

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	14
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	16
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	17
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	20
4.5 - Processos sigilosos relevantes	21
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	22
4.7 - Outras contingências relevantes	23
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	24

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	25
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	26
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	27
5.4 - Outras informações relevantes	28
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	29
6.3 - Breve histórico	30
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	31
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	32
6.7 - Outras informações relevantes	33
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	34
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	35
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	36
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	40
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	41
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	47
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	48
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	49
7.9 - Outras informações relevantes	50
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	52
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	53
8.3 - Operações de reestruturação	54
8.4 - Outras informações relevantes	55
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	58
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	59

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	60
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	61
9.2 - Outras informações relevantes	62
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	63
10.2 - Resultado operacional e financeiro	69
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	71
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	73
10.5 - Políticas contábeis críticas	75
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	76
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	77
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	78
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	79
10.10 - Plano de negócios	80
10.11 - Outros fatores com influência relevante	82
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	83
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	84
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	85
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	88
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	90
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	91
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	92
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	93
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	100
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	101

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	102
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	103
12.12 - Outras informações relevantes	104

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	105
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	107
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	116
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	117
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	118
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	119
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	120
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	121
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	122
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	123
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	124
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	125
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	126
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	127
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	128
13.16 - Outras informações relevantes	129

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	130
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	131
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	132

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	135
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	136
15.3 - Distribuição de capital	144
15.4 - Organograma dos acionistas	145
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	146
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	147
15.7 - Outras informações relevantes	148
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	149
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	150
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	155
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	156
17.2 - Aumentos do capital social	157
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	158
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	159
17.5 - Outras informações relevantes	160
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	161
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	162
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	163
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	164
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	165
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	166

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	167
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	168
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	169
18.10 - Outras informações relevantes	170
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	171
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	172
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	173
19.4 - Outras informações relevantes	174
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	175
20.2 - Outras informações relevantes	176
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	177
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	178
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	180
21.4 - Outras informações relevantes	181
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	182
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	183
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	184
22.4 - Outras informações relevantes	185

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Bruno Armbrust

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Jorge Henrique da Silva Baeta

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	20/04/2007 a 23/03/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 334.641,00 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais)
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor independente em 2011 e nos três exercícios anteriores, além do rodízio mandatório. Em 23/03/2012, em razão do rodízio mandatório, ocorreu a substituição do auditor com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição do auditor independente além do rodízio mandatório, assim, não houve razão apresentada pelo auditor independente, não havendo discordância quanto à substituição ocorrida em 2007 face à necessidade decorrente do rodízio.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Cláudia Eliza Medeiros de Miranda	20/04/2007 a 31/12/2010	998.676.997-34	Rua da Candelária, nº 65, 12º, 14º e 15º and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (0021) 32326116, Fax (021) 32326112, e-mail: claudia.eliza@br.pwc.com
Maria Salete Garcia Pinheiro	01/01/2011 a 23/03/2012	299.484.367-68	Rua da Candelária, nº 65, 12º, 14º e 15º and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (0021) 32326083, Fax (021) 32326591, e-mail: salete.garcia@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	567-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Performance Auditoria e Consultoria S/S
CPF/CNPJ	41.968.512/0001-23
Período de prestação de serviço	01/04/2012
Descrição do serviço contratado	Serviço de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 334.641,00 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais)
Justificativa da substituição	Rodizio legal mandatário
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância do auditor, por se tratar do rodízio legal mandatário

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Renato Andrade Mendonça	01/04/2012	083.901.935-15	Av. Tancredo Neves nº 1632, Torre Sul CJ 1301, Caminho das árvores, Salvador, BA, Brasil, CEP 41820-020, Telefone (71) 31134530, Fax (71) 311345000, e-mail: renato.medonca@performanceonline.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

2. Auditores Independentes

2.3. Outras informações relevantes.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não houve substituição do auditor independente em 2011 ou nos três exercícios anteriores, sendo o auditor independente a PricewaterhouseCoopers, pelo período de 2007 a 2011.

Em 23/03/2012, em razão do rodízio legal mandatário, ocorreu a substituição do auditor com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012.

Em 09/04/2012, em cumprimento ao disposto no artigo 28 da Instrução Normativa Nº 308/99 da CVM, a Companhia comunicou o mercado a respeito da substituição, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião realizada em 23/03/2012.

A informação também foi prestada ao Conselho Fiscal da Companhia, que, em reunião realizada no dia 10/05/2012 verificou o correto cumprimento pelos administradores, da obrigação de informar a CVM sobre a troca dos auditores independentes e de sua regularidade perante o órgão, em cumprimento ao disposto no artigo 29 da Instrução Normativa Nº 308/99 da CVM.

O novo auditor externo, contratado a partir de 01/01/2012, PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S é inscrito no CNPJ sob o nº 41.968.512/0001.23, possui endereço à Av. Tancredo Neves nºs 1632, 1301 a 1303, Caminho das árvores, Salvador – BA, CEP 41.820-020, Código CVM 5673, e o responsável técnico é o Sr. José Renato Andrade Mendonça, inscrito no CPF sob o nº 083.901.935-15, e no CRC/BA sob o nº 9749.

Em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 11.638/2011 e com a Instrução Normativa CVM nº 381 de 14 de Janeiro de 2003, a Companhia informou em seu Relatório Anual da Administração que mantém contrato de prestação de serviços exclusivamente de auditoria externa contábil com a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S; que não possui sociedades por ela controladas e que a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S não prestou serviços à nenhuma outra sociedade integrante do mesmo grupo econômico ao qual pertence a Companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	885.982.446,97	867.917.469,68	750.563.368,75
Ativo Total	2.057.089.423,84	1.928.015.551,58	2.012.553.426,58
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.735.832.136,35	2.304.052.600,51	2.263.645.867,91
Resultado Bruto	423.347.725,61	361.638.280,39	318.392.511,16
Resultado Líquido	290.377.389,74	251.666.879,10	230.043.535,61
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	17,061900	16,714000	14,454100
Resultado Líquido por Ação	5,592000	4,846500	4,430100

3.2 - Medições não contábeis

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

3. Informações financeiras selecionadas

3.2 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: a. informar o valor das medições não contábeis; b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

A Comissão de Valores Mobiliários editou em 04/10/2012 a Instrução Normativa 527/2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM, inclusive os valores relativos a 2011 e 2010, possibilitando a correta comparação do dado entre os exercícios.

Outras informações contábeis selecionadas pelo emissor (R\$ mil)	2012	2011	2010
Lajida	572.514	527.781	501.074
Lucro líquido do exercício	290.377	251.667	230.043
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	132.970	109.972	88.349
Resultado Financeiro	47.221	67.586	82.260
Depreciação e amortização	101.946	98.556	100.422

A Companhia entende que, por eliminar os efeitos dos financiamentos e dos impostos, a utilização do LAJIDA (EBITDA) como medição não contábil, oferece ao leitor das demonstrações uma boa fonte de comparação, pois mede com maior precisão a produtividade e a eficiência do negócio.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

3. Informações financeiras selecionadas

3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social, que as altere substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

3. Informações financeiras selecionadas

3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 03 últimos exercícios sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Em conformidade com a legislação societária, são constituídas reservas de capita e de lucros. A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembléia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

b. regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos anualmente.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado	285.508.755,04	239.083.535,14	218.541.358,83
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	100,000000	100,000000	63,690000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,327746	0,310992	0,291170
Dividendo distribuído total	285.508.755,04	239.083.535,14	83.868.507,44
Lucro líquido retido	0,00	0,00	11.502.176,78
Data da aprovação da retenção		27/04/2012	29/04/2011

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	41.513.381,30	31/07/2013	42.565.570,49	31/07/2012	39.007.015,92	30/07/2011
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	243.995.373,74	31/07/2013	196.517.964,65	31/07/2012	44.861.491,52	30/07/2011

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

3. Informações financeiras selecionadas

3.6 Informar se, nos 03 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos últimos 03 exercícios sociais não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2012	0,00	Outros índices	34,25000000	Método utilizado para calcular este índice: Dívida Financeira/(Dívida Financeira + Patrimonio Líquido)*100 = 34,25% => Motivo da utilização deste índice: Mostra a participação do capital de terceiros no financiamento total (Capital Próprio + Capital Terceiros)

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2012)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Quirografárias	173.938.059,29	233.269.665,58	42.557.006,35	11.745.805,36	461.510.536,58
Total	173.938.059,29	233.269.665,58	42.557.006,35	11.745.805,36	461.510.536,58
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

3. Informações financeiras selecionadas

3.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre as informações financeiras selecionadas.

Não há outras informações relevantes sobre as informações financeiras selecionadas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

A Companhia é concessionária do serviço público de distribuição de gás canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, possuindo exclusividade para a distribuição do gás natural canalizado na sua área de concessão.

No Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta), foram fixadas obrigações e assumidos determinados compromissos com o poder concedente, que, caso não sejam cumpridos, podem resultar na perda da concessão. A exemplo de causa da perda da concessão citamos o descumprimento da obrigação de expandir o fornecimento aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro e prestar o serviço com defeito de qualidade e/ou segurança.

Determinados serviços são prestados por meio do apoio de empresas terceirizadas, o que pode gerar passivos trabalhistas. Assim, a companhia adota diversas medidas para minimizar eventual risco decorrente de tais relações, que integram a sua Política de Redução de Passivos Trabalhistas, de acordo com a qual:

- (i) mantém um grupo de trabalho interno com as diretorias de Compras, Financeira, Recursos Humanos e Jurídica para análise mensal das altas e baixas de processos e, proposição de ações de melhoria;
- (ii) retenção de cauções contratuais das empresas terceirizadas para deduzir das provisões trabalhistas, liberando somente, com o compromisso de fazer acordos nos processos trabalhistas com seus empregados;
- (iii) realização de acordos nos processos de ex-empregados de empresas terceirizadas, quando a empresa deixa de trabalhar para a CEG e encerra suas atividades;
- (iv) contratação pela área de compras de empresa para auditoria permanente nas empresas terceirizadas, para verificação do cumprimento da legislação fiscal e trabalhista;
- (v) revisão de critérios de avaliação e seleção de empresas terceirizadas, buscando empresas sólidas e que tenham uma amplitude maior de atuação, não prestando serviços exclusivamente para a CEG.

Além do passivo judicial trabalhista, os demais passivos judiciais e administrativos também são acompanhados nos mesmos moldes e com objetivos acima descritos.

A Companhia mantém uma área de gestão fiscal que atua dentro dos limites tributários e visa aprimorar a capacidade de gestão das diferentes unidades de negócios, fornecendo orientação para a correta aplicação da legislação e desenvolvimento de oportunidades.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O grupo Gas Natural Fenosa adquiriu o controle da Companhia no curso da privatização, assumindo determinados compromissos por meio do Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de gás natural, estando sujeito ao prazo da concessão de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta) e a outras obrigações, que, caso não sejam cumpridas podem resultar na perda da concessão, como por exemplo, a obrigação de expandir o fornecimento de gás canalizado aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Trata-se de um sólido grupo espanhol que atua na área de energia, sendo o maior grupo de atuação no setor de gás natural na América Latina. Em 2009 passou por um processo de fusão com o grupo Union Fenosa, também espanhol, que atua no mercado de energia elétrica. Após a fusão, o grupo está presente em 25 países em todo mundo.

As ações da Gas Natural Fenosa são negociadas no mercado espanhol e formam parte do índice Ibex 35 e em particular do índice Ibex Utilities. Assim, as ações do grupo estão sujeitas às variações do mercado espanhol.

c. a seus acionistas

A Companhia teve seu capital aberto, com a obtenção do registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM no período da privatização, em 1997, em atendimento às regras impostas pelo Edital de Desestatização. Naquela oportunidade, parte das ações foi oferecida ao grupo de controle e parte aos empregados da companhia à época.

Atualmente os principais acionistas são o BNDESPAR, o Fundo de Investimentos em Ações Dinâmica Energia – ambos investidores institucionais – e o grupo controlador Gás Natural Fenosa, responsável pelo funcionamento operacional da

4.1 - Descrição dos fatores de risco

companhia, não se verificando a pulverização do controle. A atual participação dos adquirentes das ações da companhia na qualidade de então empregados é parte do *free float* que corresponde a 0,24% do capital social.

Esta estrutura vem sendo mantida há cerca de dez (10) anos. Resultado desta configuração societária é um reduzido volume de negociação das ações da Companhia, se comparado com outras companhias do mesmo setor, cujas ações apresentam maior liquidez.

d. a suas controladas e coligadas

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

e. a seus fornecedores

Em razão da própria natureza do negócio, a Companhia possui como única fornecedora a Petrobrás, estando sujeita às políticas públicas relacionadas à Estatal.

f. a seus clientes

A companhia possui uma carteira diversificada de clientes distribuídos entre os segmentos industrial, comercial, veicular, residencial e geração de energia elétrica (térmico), minimizando assim eventuais riscos relacionados a impactos decorrentes de crises enfrentadas por determinado segmento.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Como acima descrito, parte da carteira de clientes é representada pelo segmento industrial, assim, a Companhia está sujeita à eventuais crises enfrentadas pelo setor, como a que ocorreu ao final de 2008 e se estendeu pelo ano de 2009, atingindo a economia mundial, com reflexos no setor produtivo no país.

Além disso, a Companhia está sujeita às políticas públicas relacionadas ao setor de energia. A exemplo podemos citar os leilões de gás realizados pela Petrobras durante o ano de 2009, que resultou na queda da tarifa do gás para os segmentos não térmicos (sobretudo industrial e comercial), bem como, eventuais consequências de determinações do Órgão Nacional do Sistema – ONS, que afetam a necessidade de acionamento das térmicas, resultando num aumento do volume de consumo de gás natural pelo setor.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita à regulação por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e aos órgãos de fiscalização e regulamentação e à legislação ambientais.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia não atua em países estrangeiros.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.2 Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Do ponto de vista das relações laborais, a partir de 2007, observou-se um aumento de reclamações trabalhistas propostas por terceiros em face da Companhia após o fim do projeto de conversão do gás manufaturado para gás natural, o que resultou no término de grandes contratos mantidos pela área Comercial e de Conversão com empresas que prestavam serviços exclusivamente para a CEG. Tais empresas encerraram suas atividades, deixando um passivo Trabalhista.

O conjunto de ações com o objetivo de redução do passivo trabalhista que têm sido implementadas pela Companhia desde o segundo semestre de 2008, representou uma redução do passivo trabalhista em 3%, com relação ao ano de 2007. Em 2009 comparado com 2008 houve uma redução na ordem de 8,9%, já em 2010 comparado com 2009 houve um acréscimo de 19%, apesar de serem mantidas as ações já iniciadas em 2008. Com esse acréscimo houve incremento de novas ações para que continuasse a redução planejada. Já no ano de 2011 comparado com 2009 a redução foi na ordem de 9,1%. Já em 2012 comparado com 2011, houve um acréscimo de 15,36%, apesar de incrementadas as ações abaixo, esse acréscimo ocorreu, devido ao término de contratos de algumas terceirizadas ocorridas em anos anteriores.

Este resultado se dá devido a implementação das seguintes ações:

- a) Retenção de caução das empresas prestadoras de serviços;
- b) elaboração de acordos na Justiça do Trabalho logo na primeira audiência;
- c) Contratação de empresa para realizar auditoria nas terceirizadas, a fim de verificar o cumprimento da legislação;
- d) Revisão dos critérios da avaliação e seleção de terceiros, buscando empresas maiores e que tenham maior amplitude nos serviços prestados.

Do ponto de vista dos passivos judiciais cíveis, a Companhia mantém Políticas de Redução dos Passivos, inclusive com busca pela realização de acordos, cujo objetivo é a redução do passivo para 12% das previsões de condenação, observando-se a realização de acordos em média em 46% dos casos nos últimos três anos.

Do ponto de vista da regulamentação do setor e submissão às normas regulatórias, a Companhia mantém setores especificamente voltados para análise e cumprimentos das normas e ao atendimento à fiscalização (regulatórios e ambientais), visando o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos no Contrato de Concessão.

Do ponto de vista dos segmentos de mercados, a Companhia busca diversificar o atendimento aos diversos setores (residencial, industrial, comercial e termelétrico), evitando a concentração num determinado segmento, inclusive por meio de investimentos na expansão de redes de distribuição (tubulações).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo; i. valor provisionado, se houver provisão.

Fatores de Risco - Ações Trabalhistas de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
Ministério Público do Trabalho / RJ	CEG	58ª VT/RJ	24/05/2007	Suspensão de atividade terceirizada	Suspensão da contratação pela CEG, com empresas especializadas, de todos os serviços que, segundo a inicial, estão ligados a atividade fim da CEG.	Remota	Suspensão de atividade terceirizada	Não há

(1) Possível; provável; remoto

Fatores de Risco - Ações judiciais da Área Fiscal de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG (2)	Fazenda	28ª Vara Federal	08/10/2007	303.436.196,26	Anular débitos	Remota	Pagamento	Não há
Fazenda	CEG (2)	7ª Vara de Execução Fiscal	20/07/2006	51.453.205,29	Execução Fiscal	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/10/2002	18.572,82	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	23/06/2008	1.868.217,09	Compensação	Possível	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/02/2010	2.528.700,00	Compensação	Possível	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/02/2010	2.541.881,08	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG	INSS	2ª Vara Federal	29/07/2005	11.835.224,73	Anular débitos	Possível	Pagamento	Não há
CEG	Fazenda	7ª Vara Federal	10/09/2001	8.212.717,64	Anular débitos	Possível / Remota	Pagamento	7.551.333,47

(1) Possível; provável; remoto

(2) Em conexão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Fatores de Risco - Ações judiciais Cíveis de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG	AGENERSA	1ª VFP	24/06/2004	s/valor definido (obrigação de fazer)	Compelir a AGENERSA, no prazo de 60 dias, a concluir a apreciação e deliberar acerca das propostas de revisão tarifária quinzenal, bem como para que aquela autarquia se abstenha de atribuir efeito retroativo à sua deliberação sobre a revisão tarifária.	PEDIDO DESISTÊNCIA	Postergar a revisão tarifária, acarretando prejuízos à CEG e CEG RIO.	N/A
CEG	AGENERSA	3ª VFP	24/06/2004	R\$ 10.357.132,00	Anular a deliberação proferida no processo administrativo, de forma a assegurar a manutenção do critério, até então adotado, de repasse do ônus financeiro da CPMF às tarifas de gás praticadas pela CEG.	REMOTO	Prevalecer a deliberação da AGENERSA que alterou o critério de repasse da CPMF para as tarifas, trazendo significativos ônus financeiros para a CEG.	N/A
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/07/2004	R\$ 120.035.455,19	Anular as deliberações AGENERSA-RJ 298/2002 e 324/2003, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para que as concessionárias possam: a) repassar para as tarifas a Taxa AGENERSA, os custos da CPF e os custos do aumento da alíquota da COFINS; b) restabelecer a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; c) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalecerem as deliberações nº 298/02 e 324/03, o que acarretará graves prejuízos para a CEG.	N/A
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/08/2004	R\$ 6.548.660,64	Anular deliberações da ASEP, para que as Companhias possam: a) repassar para as tarifas os tributos incidentes (Taxa ASEP, CPMF e Cofins), restabelecendo a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; e b) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalecerem as deliberações AGENERSA, o que acarretará graves prejuízos para a CEG e CEG RIO.	N/A
CEG	AGENERSA	10ª VFP	26/04/2006	s/valor definido (obrigação de fazer)	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 611 e 555, que dispuseram sobre o reajuste quinzenal das tarifas da CEG e da CEG RIO e a revisão das tarifas das Concessionárias na forma prevista nos seus respectivos Contratos de Concessão.	REMOTO	Prevalecer as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	N/A
CEG	AGENERSA	8ª VFP	10/07/2006	R\$ 3.818.434,21	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 13/06 e 15/06, que dispuseram sobre o repasse de variações no custo de aquisição do gás natural nos meses de setembro de 2005 e novembro de 2005, assim como determinaram que doravante os repasses somente poderiam ser procedidos após 30 dias contados da publicação de avisos na imprensa.	REMOTO	Prevalecer as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	N/A
Ministério Público RJ	CEG	8ª VFP	31/08/2005	Este feito se encontra reunido com o descrito na linha acima. A contingência está sendo feita no processo acima.	Ação Civil Pública em que o MP/RJ alega que a Companhia somente poderia praticar tarifas reajustadas 30 dias após a publicação de aviso na imprensa (diferentemente do disposto no Contrato de Concessão).	REMOTO	Suportar os custos financeiros de aquisição do gás, por 30 dias contados da data em que efetuassem a publicação dos reajustes.	N/A
Petrobrás	CEG	13ª VFP	29/07/2009	R\$ 4.151.536,46	Declaração de ilegalidade das Deliberações nº 370 e 371 da AGENERSA, tornando inexistente a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada pelas concessionárias CEG e CEG-RIO.	REMOTO	Tornar inexigível a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada pelas concessionárias CEG e CEG-RIO.	N/A
AGRAGET – Assoc. Bras. de Geradoras Termelétricas	CEG	14ª VFP	25/05/2009	R\$ 742.513,50	Anular as Deliberações nº 370/2009 e nº 371/2009 da AGENERSA, que homologaram os aumentos das tarifas cobradas pela CEG e pela CEG RIO em 2009	REMOTO	Restituir para as termelétricas os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A
CEG	União Federal	28ª Vara Federal RJ	04/10/2007	R\$ 266.871.167,00	COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PIS/CONFINS. Impugnar os efeitos retroativos atribuídos pela Receita Federal à decisão administrativa que declarou "sem efeito" decisão proferida 2 (dois) anos antes, por meio da qual a própria Receita havia deferido pedido de restituição de indébito tributário.	REMOTO	Pagamento do imposto relativo ao tempo em que foi feita a compensação com juros e multa.	N/A

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ministério Público Federal	CEG	29ª Vara Federal RJ	17/12/2008	s/valor definido (obrigação de fazer)	Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da CEG e outros, por meio da qual pretende o Autor (i) a decretação liminar da indisponibilidade dos bens pertencentes aos Réus; (ii) a condenação solidária dos Réus ao ressarcimento integral dos supostos danos materiais causados ao patrimônio público, no valor de R\$ 133.144.795,25, correspondente ao valor de compensação que alega ter sido indevidamente deferido pelos Réus em favor da empresa CEG nos autos de processo administrativo em 2003; bem como (iii) a condenação solidária dos Réus aos danos morais causados à coletividade; (iii) a proibição dos Réus de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou créditos, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de dez anos; e (iv) o pagamento de multa civil em valor estabelecido pelo Juízo.	REMOTO	Pagamento das verbas pleiteadas	N/A
CEG	Estado do Rio de Janeiro	11ª VFP	27/08/2002	R\$ 1.564.106,00	Anular o ato declaratório da suposta dívida fiscal, cancelando-se, por conseguinte, a exigência fiscal a que se refere o auto de infração, determinando o arquivamento do processo administrativo referente ao auto de infração.	REMOTO	Valor de R\$1.182.167,43 já depositado em juízo e que no caso de improcedência da ação será repassado ao Estado.	N/A
CEG	Light Serviços de Eletricidade S/A	8ª Vara Federal RJ	02/10/2001	R\$ 136.285,60	Declarar a ilegalidade da cobrança de sobretarifa feita pela Light (pelo não cumprimento de metas de consumo impostas durante o período de crise do setor de energia elétrica), bem como suspender a cobrança e condenar à mesma a restituir os valores pagos indevidamente.	FEITO ACORDO	Tornar exigível a cobrança da sobretarifa.	N/A
UFRJ	CEG	6ª Vara Federal RJ	17/11/2000	R\$ 1.606.830,09	Ação ajuizada pela UFRJ, em 2000, pleiteando não ser tributada pelo ICMS incidente em suas faturas de fornecimento de energia elétrica, gás e telefone, por entender gozar de imunidade de impostos (com base no art. 150, VI, "a" da Constituição). A UFRJ pleiteia também a devolução, pelo Estado e pelas concessionárias, do valor pago a maior.	REMOTO	A CEG ser condenada a não cobrar o ICMS, e ainda ressarcir a UFRJ em R\$5.738.678,91.	N/A
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	09/06/2006	R\$ 1.294.335,30	Processo instaurado pela AGENERSA para verificar a procedência de reclamação de morador em relação a supostas irregularidades referentes às cabines de medidor, que geraram os Termos de Notificação CAENE nº 001/09, 003/09 e 005/09.	POSSÍVEL	Pagamento de multa	N/A
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	12/11/2004	R\$ 1.497.362,87	Processo instaurado para avaliar reclamação de moradores quanto a supostas inadequações no Conjunto IAPI, na Penha.	POSSÍVEL	Pagamento de multa	N/A
CEG	CEDAE	8ª VFP	21/10/1999	Não há	Declarar a inexistência de obrigação entre CEG e CEDAE relativa ao pagamento de tarifa de esgoto sanitário e despejo industrial, bem como condenar a CEDAE a restituir os valores pagos indevidamente nos últimos 20 anos. Esta ação foi ajuizada pela CEG contra a CEDAE, em 1999, pois apenas 1/5 da água consumida pela CEG é coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada.	FEITO ACORDO	Pagar a tarifa de esgoto sanitário e despejo industrial	N/A
GERDAU AÇOS LONGOS	CEG	6ª VFP	30/06/2009	R\$ 4.992.187,88	Declarar a nulidade da deliberação nº 371/2009 da AGENERSA, que homologou o aumento da margem cobrada pela CEG em 11,32% e condenar a CEG a restituir à GERDAU aquilo que eventualmente tiver sido pago a mais em decorrência da anulação da referida deliberação.	REMOTO	Restituir para este cliente os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A
CEG	AGENERSA			R\$ 26.848.666,71	PCS do gás. Ação objetivando anular deliberação 299/02-da Agência referente a fator de correção do poder calorífico do gás manufaturado que determinava a compensação de valores arrecadados em razão da diferença entre o determinado e o efetivado, devendo ser processada em favor do consumidor.	REMOTO	Praticar o PCS determinado pela AGENERSA, o que irá gerar a devolução aos clientes dos valores cobrados considerando o PCS atual.	N/A

(1) Possível; provável; remoto

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

4. Fatores de risco

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando: a . juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo; i. valor provisionado, se houver provisão.

Não há ações cíveis, fiscais e trabalhistas a serem apontadas em relação aos critérios acima apontados.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.5 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não há processos sigilosos relevantes em que a companhia seja parte.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

4. Fatores de risco

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando: a. valores envolvido; b. valor provisionado, se houver; c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência:

Fatores de Risco - Ações judiciais, administrativas ou arbitrais, repetitivos ou conexos, baseados em causas semelhantes, que não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes			
Valores envolvidos	Valor provisionado	Causa das ações (prática que causou a contingência)	Trabalhista / Tributário / Cível / PROCON / Outros
R\$ 7.602.380	R\$ 7.602.380	Equiparação salarial, horas extras e adicionais de salários	Trabalhista – processos de ex-empregados da CEG
R\$ 30.954.571	R\$ 30.954.571	Responsabilidade subsidiária	<i>Trabalhista – processos de ex-empregados de empresas Terceirizadas</i>
R\$ 3.544.941,40	Não há, em razão da baixa possibilidade de perda	Cobrança de multas por supostas irregularidades nas obras de manutenção realizadas em vias públicas.	Tributário
R\$ 60.905.116,27 (Valor da causa)	R\$ 9.644.971,47	2375 ações de menor complexidade por diversos motivos de natureza consumerista;	Cível

4.7 - Outras contingências relevantes

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

4. Fatores de risco

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro**
- d. outras questões do interesse dos investidores**

Este item não se aplica à Companhia, que não se trata de emissora de valores estrangeira.

Além disso, vale ressaltar que a Companhia não emite valores mobiliários em outros países, estando sujeita somente à regulamentação posta pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pois suas ações são negociadas no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Riscos de mercado

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

(a) Riscos de mercado:

(i) **Risco cambial.** O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita nas Demonstrações Financeiras da Companhia nas Notas Explicativas denominadas Gestão de Riscos Financeiros e Empréstimos e Financiamentos.

(ii) **Risco com taxa de juros.** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) **Derivativos (Deliberação CVM nº550).** Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de empréstimos e financiamento contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos de "swap" são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

Swaps - são avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

Em conformidade com a deliberação CVM nº 550, os derivativos da Companhia podem ser assim demonstrados:

	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valores a receber		Valores a pagar		Ganhos (perdas) realizados	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contratos de "swaps" - curto prazo										
Posição ativa										
Moeda estrangeira		5.733		5.683						
Posição passiva										
Variação do CDI		5.391		5.380		343		40	(566)	

As operações com swap existentes em 31 de dezembro de 2011 foram liquidadas no exercício 2012.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras denominada Contas a receber de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, conforme mencionados na Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras denominada Instrumentos Financeiros – Endividamento Financeiro.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando: a. riscos para os quais se busca proteção; b. estratégia de proteção patrimonial (hedge); c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos; g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. No exercício encerrado, não existiu nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

5. Riscos de mercado

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Riscos de mercado

5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre riscos de mercado

Não há outras informações relevantes sobre os riscos de mercado, além daquelas já descritas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/06/1969
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de empresa pública em 1969, a CEG foi privatizada em 1997, quando o Programa Estadual de Desestatização - PED (Decreto nº 21.985/1996 e Lei Estadual de nº 2.470/1995), adotou a modalidade de abertura de capital para oferta das ações ao novo grupo de controle da Companhia.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	17/11/1977

6.3 - Breve histórico

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

6. Histórico do emissor

6.3. Breve Histórico do emissor

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, anteriormente denominada Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro, foi constituída através do decreto-lei nº 29, de 28 de maio de 1969, com a finalidade de operar os serviços de gás canalizado na cidade do Rio de Janeiro. Com a criação, em 1975, do novo estado do Rio de Janeiro, foi editado o decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975, que ampliou o seu objeto social e área de distribuição, que passou a ser toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 64, de 21 de setembro de 1990, a CEG passou a atuar na distribuição de gás para os municípios que integram a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A CEG foi incluída no Programa Estadual de Desestatização – PED através do Decreto n.º 21.985, de 16 de janeiro de 1996, por enquadrar-se nos objetivos do PED previstos no artigo 1º da lei estadual de n.º 2.470, de 28 de novembro de 1995.

Em 14 de julho de 1997, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, alienou, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 65,41% do capital social da CEG. Desse total, 56,41% foi oferecido em lote único ao novo Grupo Controlador e 9,0% foi ofertado aos empregados da Companhia.

Em 21 de julho de 1997 foi assinado o Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de gás canalizado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG.

Em 17 de novembro de 1997, a companhia obteve da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme processo CVM n.º RJ 97/3178, o registro de Companhia Aberta para negociação de ações em Bolsa.

A razão social da Companhia foi alterada, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29/04/98, passando a se chamar COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG.

Além da ampliação do número de clientes e da expansão das suas redes, outro compromisso assumido no Contrato de Concessão foi o de fazer a conversão do gás manufaturado para gás natural em toda a cidade do Rio de Janeiro, projeto que foi concluído em meados de 2007.

Atualmente a CEG atende, dentro de sua área de concessão, aos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Niterói, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Maricá, sendo este último atendido com GNC – Gás Natural Comprimido. O município de Japerí já possui rede de gás canalizado, cuja atividade comercial já está pronta para ter início. Quando isso ocorrer, passarão a ser 18 os municípios abastecidos com gás natural.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

6. Histórico do emissor

6.5. Principais Eventos Societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: a. evento; b. principais condições do negócio; c. sociedades envolvidas; d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor; e. quadro societário antes e depois da operação.

Nos últimos três exercícios sociais, não houve nenhuma operação de reestruturação societária na Companhia, que não possui empresas por ela controladas.

Em 16/07/2004 a Companhia divulgou Fato Relevante, no qual informou ao mercado acerca da aquisição, pela Gas Natural Internacional SDG S/A, da integralidade da participação acionária de Enron International Brazil Gas Holding LLC, passando a sua participação acionária a 35,26%. Com a aquisição, o grupo controlador da Companhia, formado pela Gas Natural Internacional SDG S/A e por sua controladora Gas Natural SDG S/A, passou a deter 54,16% da participação acionária. Posição que mantém atualmente.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

6. Histórico do emissor

6.6. Informações de pedidos de falência fundados em valor relevante ou e recuperação judicial ou extrajudicial.

Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não foram feitos pedidos de tais naturezas.

6.7 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

6. Histórico do emissor

6.7. Outras informações relevantes.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

História da Distribuição de Gás no Rio de Janeiro

A história do gás canalizado no Rio de Janeiro teve início em 1851, quando Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, assinou um contrato para iluminação a gás no Rio de Janeiro. O contrato determinava a construção de uma fábrica de gás no centro da cidade e a instalação de canalizações em perímetros determinados, o que mudou radicalmente os hábitos e costumes da população carioca.

Assim surgiu, em 1854, a Companhia de Iluminação a Gás. Três anos mais tarde, a Companhia já iluminava a cidade através de 3.027 lâmpadas públicas, 3.200 residências e três teatros. Em 1865, a Companhia de Iluminação a Gás foi vendida para uma empresa inglesa que assumiu os serviços de gás através da Rio de Janeiro Gas Company Limited.

A partir de 1870 ocorreu a expansão do uso de gás canalizado em outras cidades brasileiras. Já em 1874, a empresa abastecia na capital do Império 10 mil residências, 5 mil estabelecimentos públicos e 6 mil lâmpadas. Para tanto eram destiladas 25 mil toneladas de carvão, produzindo 7 milhões de m³ de gás por ano. Em 1876, a concessão dos serviços de gás passou para a empresa belga Société Anonyme du Gaz - SAG.

Em 1910, a The Rio de Janeiro Traway Light and Power Company Limited passou a deter o controle do capital da SAG. Foi a própria SAG que procurou ampliar o emprego de gás e decidiu construir uma nova fábrica no bairro de São Cristóvão. Esta fábrica foi construída em 1911, com maior capacidade de fornecimento (cerca de 180 mil m³ por dia) permitindo inclusive estender o uso de gás a fogões e aquecedores domésticos.

Inversamente    tendência mundial, ocorreu no País um declínio do uso do gás canalizado, do início do século até 1967, permanecendo somente em duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, representando naquele último ano, apenas 0,3% da demanda brasileira de energia primária.

Em 1967, a SAG inicia o craqueamento catalítico de nafta, abandonando o uso do carvão como matéria-prima. Em maio de 1969, o então Estado da Guanabara, assume a opera  o do serviço de gás canalizado. É criada a Companhia Estadual de Gás da Guanabara - CEG GB. Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em julho de 1974, a Ceg passa a se denominar Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro - CEG.

Em 1982 a Ceg entra na era do gás natural substituindo a nafta como matéria prima da produ  o do gás manufaturado e passando também a distribuí-lo diretamente. Após a privatiza  o, em julho de 1997, no ano de 1998, a Ceg mudou sua razão social para Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG.

Em janeiro de 1997 foi criada a CEG RIO S.A, sociedade an  nima de capital fechado, que visa distribuir gás canalizado a 65 municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi privatizada, juntamente com a Ceg, em julho de 1997, quando seu controle também passou para o Grupo Gas Natural Fenosa.

A Companhia está levando o gás canalizado a novos municípios do interior do Estado, como Petrópolis, Três Rios e Paraíba do Sul e viabilizou a passagem para a Ceg dos gasodutos Reduc-Bayer e Japeri-Santa Cruz, incorporando 12 indústrias ao sistema de distribui  o da CEG e ampliando seu consumo.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do emissor

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas.

A companhia opera serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, na área de sua concessão (região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro); explora com exclusividade a distribuição de gás canalizado e seus subprodutos, no âmbito da concessão; pode produzir, importar; comercializar e distribuir produtos relacionados à sua atividade principal e de produtos gasodomésticos; pode exercer atividades correlatas à sua finalidade principal como a execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados ao setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviço de consultoria técnica à terceiros e pode participar no capital de outras sociedades.

A Companhia não possui empresas controladas.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

7. Atividades do emissor

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita Líquida		
	2012	2011	2010
GÁS NATURAL	94,5	95,6	96,9
GLP	0,1	0,1	0,1
SERVIÇOS	5,3	4,3	2,9

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Seguimento Operacional	2012		2011		2010	
	Receita (R\$ mil)	% da Receita Líquida	Receita (R\$ mil)	% da Receita Líquida	Receita (R\$ mil)	% da Receita Líquida
Residencial	562.103	17,3	527.492	18,7	444.711	16,3
Comercial	251.604	7,8	237.002	8,4	198.954	7,3
Automotivo	844.659	26	832.264	29,5	783.073	28,6
Petroquímico	48.428	1,5	58.890	2,1	52.535	1,9
Cogeração	63.226	1,9	67.270	2,4	66.651	2,4
Industrial	624.317	19,2	681.587	24,2	640.221	23,4
Termelétrica	678.021	20,9	293.383	10,4	467.493	17,1
Serviços	173.323	5,3	120.820	4,3	80.068	2,9
Total	3.245.681	100	2.818.708	100	2.733.706	100

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Seguimento Operacional	2012		2011		2010	
	Lucro / Prejuízo (R\$ mil)	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo (R\$ mil)	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo (R\$ mil)	% do Lucro Líquido
Residencial	111.862	44,9	94.976	45,4	85.590	44,8
Comercial	42.496	17,1	37.160	17,8	33.562	17,6
Automotivo	30.966	12,4	28.359	13,6	23.712	12,4
Petroquímico	3.121	1,3	4.212	2,0	3.818	2,0
Cogeração	3.658	1,5	2.914	1,4	2.920	1,5
Industrial	36.814	14,8	30.597	14,6	28.626	15,0
Termelétrica	19.529	7,8	10.562	5,1	12.699	6,6
Serviços	418	0,2	319	0,2	111	0,1
Outros	0	0	0	0	0	0
Total	248.864	100,0	209.101	100,0	191.037	100,0

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor.

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção

O gás natural distribuído pela CEG é fornecido pela Petrobrás – Petróleos Brasileiros S/A, nos Pontos de Entrega: Japeri, Paracambi, Metropolitano e Guapimirim. Adjacentes a esses pontos, também denominados city-gates, a CEG possui instalações onde o gás natural é medido, odorizado e tem sua pressão regulada para os níveis recomendados para distribuição.

Até meados de 2007, quando foi concluído o Projeto de Conversão do gás manufacturado para o gás natural, a produção de gás manufacturado ocorria na fábrica de gás da CEG, situada em São Cristóvão, zona central do Município do Rio de Janeiro. O terreno ocupa uma área total de 119.000 m², dos quais 47.000 m² eram ocupados pelos equipamentos de produção e o restante da área por instalações de apoio administrativo e operacional. Com a conclusão do projeto de conversão, não há mais produção e distribuição de gás manufacturado.

b. características do processo de distribuição

O gás utilizado pela CEG é proveniente, em quase toda a sua totalidade, da Estação de Cabiúnas localizada na Bacia de Campos. Ainda em estado condensado, o gás é transportado por um duto de 180 km de extensão, pertencente à Petrobrás, até a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), situada no município de Duque de Caxias, onde, passando por uma unidade de processamento (UPGN), é desidratado e fracionado, resultando em três produtos: gás natural processado, GLP e gasolina natural.

O gás tratado e processado está, então, pronto para a distribuição. O volume de gás é medido nos city-gates, pontos de saída onde o gás é entregue às companhias de distribuição regionais. Para transportar o gás natural desde o ponto de recebimento (city-gates) da empresa fornecedora (Petrobras) até os clientes a CEG possui um sistema de dutos de aço de grandes diâmetros. Para que os clientes da CEG possam usufruir desta energia, o sistema de distribuição possui estações que regulam a pressão do gás aos níveis recomendados.

As redes da CEG distribuem o gás natural em alta, média ou baixa pressão.

O sistema de distribuição de gás à Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui atualmente cerca de 4.042 km de extensão, sendo composto por redes de ferro fundido, aço carbono, aço galvanizado, de polietileno, com diâmetros variando de 25 a 500 mm e operando a diferentes pressões:

Redes de Ferro Fundido: com diâmetros que variam de 50 a 500 mm, estão instaladas nas redes de baixa pressão;

Redes de Aço Carbono: seu diâmetro varia de 25 a 500 mm, estão instaladas em redes de baixa, média e alta pressão;

Redes de Aço Galvanizado: seus diâmetros vão de 32 a 300 mm, estão instaladas em redes de média e baixa pressão;

Redes de Polietileno: têm diâmetros de 25 a 250 mm e estão instaladas nas redes de média e baixa pressão.

A tubulação de polietileno é a mais utilizada nas novas redes em construção, pois apresenta vantagens em relação aos outros materiais. Entre as principais vantagens podemos destacar: resistência ao ataque químico, tanto interno quanto externo; isolamento elétrico, dispensando a proteção catódica; fácil soldabilidade; flexibilidade; elevada resistência ao impacto e vida útil prolongada, estimada no mínimo em 50 anos a 20°C.

A tubulação de ferro fundido, material obsoleto, vem sendo gradativamente substituído pelo polietileno.

Principais características das redes de distribuição gás natural da Companhia:

Gás Natural: A rede de distribuição da CEG está direcionada em quase toda a sua totalidade para o gás natural. A CEG possui 04 Estações de Transferência de Custódia adjacentes aos city-gates da Petrobras, onde recebe o gás natural em alta pressão. Estas estações têm como função principal a medição, a odorização, o controle de qualidade do gás e o controle da operação do sistema de distribuição.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

É uma rede relativamente nova, construída em aço carbono soldado, com proteção catódica, ferro fundido e em polietileno, utilizando as especificações de normas internacionais. As estatísticas disponíveis sobre vazamentos mostram baixos índices, confirmando o seu bom estado, não apresentando risco anormal à segurança ou à continuidade da operação.

As estações reguladoras tanto de alta / média como média / baixa possuem duplo sistema, um em operação e outro em reserva, que mantêm a disponibilidade e a segurança da operação, além de possuírem dispositivos de proteção contra sobre-pressão nas linhas à jusante.

Principais características do sistema de distribuição de GLP da Companhia:

GLP: A CEG também distribui Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. Essa distribuição é realizada a partir de uma infraestrutura viabilizada pela existência de um núcleo de clientes específico.

Cada célula do sistema de distribuição de GLP da CEG é formada basicamente por uma estação de estocagem de gás, associada a sua rede de distribuição. A estação de estocagem dispõe de unidades independentes de vaporização natural ou forçada, a qual engloba uma bateria de tanques de GLP – abastecidos periodicamente por caminhões-tanque, um vaporizador, uma estação de redução de pressão e demais dispositivos de segurança e controle necessários para o suprimento de gás. Em termos financeiros é um mercado pouco significativo tendo representado 0,1% do faturamento da Companhia em 2012.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

Residencial: A utilização neste segmento é direcionada, principalmente, para o aquecimento de água e para o abastecimento de fogões domésticos. Em países onde a utilização do gás é mais desenvolvida existe maior oferta de equipamentos domésticos que funcionam a gás, tais como: ar condicionado, refrigeradores, lavadoras de roupa e de louça, etc. A energia elétrica é a principal concorrente e única que pode substituir o gás nestas utilizações.

Em 2010 o seguimento residencial representou 16,3% do faturamento de gás natural e GLP, com 3,5% do volume comercializado, e um total de 747.269 clientes. Em 2011 o seguimento residencial representou 18,7% do faturamento de gás natural e GLP, com 4,7% do volume comercializado, e um total de 766.472 clientes. Em 2012 o seguimento residencial representou 17,3% do faturamento de gás natural e GLP, com 3,5% do volume comercializado, e um total de 786.837 clientes.

Comercial: Segmento voltado para o suprimento de hospitais, restaurantes, hotéis, lavanderias, clubes, ou seja, pequenos e médios negócios. Tem utilização semelhante ao do uso doméstico, para aquecimento de água e abastecimento de fogões industriais. Oferece perspectivas de substituição das energias elétrica e de óleo combustível por gás natural.

Em 2010 o seguimento representou 7,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,5% do volume comercializado, e um total de 10.477 clientes. Em 2011 o seguimento representou 8,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,4% do volume comercializado, e um total de 10.511 clientes. Em 2012 o seguimento representou 7,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,7% do volume comercializado, e um total de 10.675 clientes.

Automotivo: Utilizado como combustível para motores de combustão interna, tem tido aceitação em função das vantagens econômicas e tem crescido devido ao programa para a frota metropolitana de táxis. Desde a implantação em outubro de 1991, a demanda de gás para veículos leves cresceu rapidamente. A regulamentação por parte de órgãos do governo como o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) e a mudança no posicionamento das montadoras passando a produzir veículos bicomcombustíveis deram maior credibilidade à imagem do gás natural veicular. Verifica-se grande potencial de crescimento na frota de veículos de transporte urbano (ônibus) e de transporte alternativo (kombis e vans). Também é verificado um grande número de conversões em veículos utilitários (pick-ups).

Em 2010 o seguimento representou 28,6% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 25,7% do volume comercializado, e um total de 431 clientes. Em 2011 o seguimento representou 29,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 32,3% do volume comercializado, e um total de 437 clientes. Em 2012 o seguimento representou 26,0% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 24,5% do volume comercializado, e um total de 445 clientes.

Petroquímico: Neste setor o gás natural fornecido pela Companhia é utilizado para o funcionamento das indústrias (planta e equipamentos).

Em 2010 o seguimento representou 1,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 3,9% do volume comercializado. Em 2011 o seguimento representou 2,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 5,1% do volume comercializado. Em 2012 o seguimento representou 1,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 2,7% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 02 clientes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Cogeração: de energia industrial: Este sistema utiliza o gás natural para geração de energia elétrica, vapor e frio através de turbinas a gás ou motores à explosão. O crescimento da utilização deste sistema deve ser atribuído à necessidade de um suprimento confiável e contínuo de energia, à ausência de exigências de manutenção de estoques reguladores e pela reduzida emissão de poluentes atmosféricos. É uma solução que pode atender com vantagens a condomínios residenciais, centros- comerciais (shopping centers) e indústrias. No momento estão em operação vários centros-comerciais no Rio de Janeiro em ciclo combinado para a geração de energia elétrica e produção de ar condicionado, em unidades com ciclo de absorção. Também possuem sistemas de cogeração em suas unidades várias indústrias cariocas.

Em 2010 o seguimento representou 2,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,2% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2011 o seguimento representou 2,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,7% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2012 o seguimento representou 1,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,8% do volume comercializado, e um total de 8 clientes.

Industrial: É um dos segmentos mais importantes, pois engloba os maiores consumidores potenciais por unidade produtora, utilizando o gás, principalmente, para geração de calor. O gás natural tende a crescer neste segmento pela vantagem na relação custo/benefício, pela segurança de fornecimento contínuo e pelo baixo nível de poluição, dispensando o tratamento de efluentes.

Em 2010 representou 23,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 18,8% do volume comercializado, com um total de 330 clientes. Em 2011 representou 24,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 23,8% do volume comercializado, com um total de 334 clientes. Em 2012 o segmento representou 19,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 16,1% do volume comercializado, com um total de 329 clientes.

Termelétricas: Geração térmica com gás natural. No ano de 2000 foi criado pelo Governo Federal o Plano Prioritário de Termelétricas (PPT) com o objetivo de criar condições especiais para a instalação e funcionamento de termelétricas no território brasileiro. A proximidade do Rio de Janeiro com a Bacia de Campos tem despertado o interesse de empresas em desenvolverem plantas no Estado. Atualmente existem duas plantas em funcionamento, dentro da área de concessão da CEG, a Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (antigamente denominada Eletrobolt) no município de Seropédica, com potência de 350 MW e a Termelétrica Governador Leonel Brizola (antigamente denominada Termo Rio) no município de Duque de Caxias, com potência de 1.040 MW. Existe ainda a Termelétrica Santa Cruz, de Furnas, localizada no município do Rio de Janeiro, com potência de 350 MW, que entrou em operação em 2012.

Em 2010 o seguimento representou 17,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 43,4% do volume comercializado, e apenas 02 clientes. Em 2011 o seguimento representou 10,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 28,0% do volume comercializado, e apenas 3 clientes. Em 2012 o seguimento representou 20,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 48,8% do volume comercializado e 3 clientes.

i. participação em cada um dos mercados

A seguir, são apontados os volumes de vendas de cada segmento, com relação ao volume total de vendas de gás natural da Companhia, apontando a participação de cada um dos mercados, destacando que a CEG possui a exclusividade na distribuição do gás canalizado na sua área de concessão no Rio de Janeiro.

Principais Produtos e/ou Serviços	% Volume de Vendas		
	2012	2011	2010
Residencial:	3,5%	4,7%	3,5%
Comercial:	2,7%	3,4%	2,5%
Automotivo:	24,5%	32,3%	25,7%
Petroquímico:	2,7%	5,1%	3,9%
Cogeração:	1,8%	2,7%	2,2%
Industrial:	16,1%	23,8%	18,8%
Termelétricas:	48,8%	28,0%	43,4%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

ii. condições de competição nos mercados

A Companhia possui a exclusividade na distribuição de gás natural canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do estado do Rio de Janeiro), assim, não se verifica impactos do ponto de vista de competitividade nos seus resultados, tendo em conta a principal operação/atividade da Companhia (distribuição de gás canalizado).

Com relação ao mercado de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, a Companhia possui uma participação discreta nas vendas na sua área de concessão. Este mercado apresenta maior competitividade, e vem recebendo investimentos pela Companhia, principalmente nos municípios/bairros onde ainda está em desenvolvimento ou estudo a expansão da rede de distribuição (Tubulações).

d. eventual sazonalidade

O ciclo de vendas de gás sofre grande influência das estações do ano. A utilização do gás cresce à medida que a temperatura ambiente se reduz. Esta variação ocorre principalmente em função do aumento do consumo para aquecimento de água, calefação, gerando maior reflexo no seguimento residencial, nos meses mais frios do ano.

Na análise dos reflexos causados pela sazonalidade na venda de gás, em regra, são desconsiderados os volumes de venda de gás para geração de energia elétrica, visto tratar-se de um mercado influenciado pelas decisões de política energética para o País, que estão fora de nossa gestão e que não são afetadas exclusivamente por fatores sazonais, e sim por questões de ordem estratégica.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

Matéria Prima	Nome do Fornecedor	% de Fornecimento sobre o total das Compras da Companhia
Gás Natural	PETROBRAS	100%

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades de comercialização e transporte de gás natural são reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando a lei nº 11.909 de 04 de março de 2.009 - Lei do Gás.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Em razão da própria natureza da atividade, qual seja a distribuição de gás canalizado, exercida por meio de concessão do Governo do estado do Rio de Janeiro, e considerando que a produção de gás natural é detida pela Petrobras, este é o único fornecedor da matéria prima do negócio da Companhia.

iii. eventual volatilidade em seus preços

O preço do gás praticado pela PETROBRAS à Concessionária é binomial, isto é, decomposto em duas parcelas, uma fixa atualizada pelo I-GPM e outra variável, atualizada por uma cesta internacional de óleos, sendo esta última, responsável pela volatilidade verificada na formação do preço do gás natural.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

7. Atividades do Emissor

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente;

Cliente	Receita bruta	Receita Líquida	Receita Líquida Total 2012	% Part. Receita Líquida
CSA THYSSEN - SID. DO ATLANTICO	92.383.531,80	72.391.735,52	2.568.714.902,59	2,82
GERDAU	61.989.092,14	48.574.652,60		1,89
GPC QUÍMICA COMB. (PROSINT)	50.127.127,52	45.264.796,15		1,76
AMBEV (BRAHMA)	49.689.015,48	38.936.312,53		1,52
RIO POLIMEROS	45.916.321,19	35.980.029,28		1,40
OWENS ILLINOIS	37.855.953,63	29.663.925,26		1,15
BAYER S/A	32.779.863,51	29.600.216,75		1,15
LANXESS ELASTOMEROS BRASIL SA	31.619.435,83	24.776.989,92		0,96
T o t a l		325.188.658,01		2.568.714.902,59

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os segmentos afetados pelas receitas provenientes dos clientes acima apontados são o Industrial e Petroquímico.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Compete ao Estado, na forma do artigo 25 § 2º da Constituição Federal, explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado. Assim, tendo sido celebrado o respectivo contrato de concessão, fica à Concessionária permitido o exercício de tal atividade.

Especificamente quanto à necessidade de autorizações para a realização de obras nos logradouros públicos de todos os Municípios localizados na área de concessão, tais solicitações são dirigidas à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Não existe histórico de problemas em relação à obtenção de licenças para a realização de obras emergenciais, entretanto, nos casos de expansão e renovação de redes, observa-se uma acentuada demora na concessão de tais licenças em virtude do trâmite burocrático nas Secretarias de Obras e Fazenda do Município.

Nos casos previstos na Resolução CONEMA nº 015 de 2009, havendo necessidade de obtenção de licenciamento ambiental de Dutos de Gás Natural, são solicitadas as respectivas licenças ao INEA.

Em geral, as licenças necessárias ao exercício das atividades de distribuição de gás natural são obtidas junto aos órgãos competentes, não havendo histórico de problemas em relação a essa obtenção.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A avaliação ambiental da CEG foi realizada em duas grandes dimensões: a primeira compreende a análise da sua situação de conformidade do ponto de vista da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a discussão dos eventuais passivos ambientais, à luz dos princípios de responsabilidade objetiva inscritos nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente e da prática de sua aplicação.

A empresa inicialmente produzia gás manufacturado a partir do carvão. Ao longo dos anos setenta, esta matéria-prima foi substituída pela nafta, e a partir de 1982 passou a ser utilizado o gás natural.

Desde agosto de 2007 a empresa não realiza mais a produção do gás manufacturado, de maneira que a distribuição tornou-se exclusiva de gás natural após a conversão total da rede de distribuição.

A sede administrativa - está localizada num dos extremos da área central do Rio, às margens de um dos canais de drenagem superficial do solo de manguezais reclamado desde o início do século, que hoje acomoda várias indústrias, inclusive uma fábrica de tintas e uma usina de asfalto.

Conformidade Ambiental

A seguir estão listadas as ações para garantia de conformidade e prevenção da constituição de passivos em curso, incluindo-se ainda a realização obrigatória de auditoria ambiental:

- Solicitação, em julho/1997, das licenças de operação das seguintes unidades da CEG: Unidade São Cristovão, Estação Botafogo, Estação Piauí, Estação Leblon (desativada em maio/2003) e Estação de Modulação de Gás Natural.
- Monitoramento das emissões atmosféricas: Realizada avaliação das emissões atmosféricas da fabricação de gás manufacturado, em janeiro/1998.
- Análise de Riscos e Plano de Emergência: Realizada em maio/1998 Análises de Riscos de cada unidade (Fábrica de Gás e Estações Emissoras - Leblon, Botafogo e Piauí). Elaborados dois planos de emergência, um relativo ao sistema de distribuição de gás, em Janeiro/1998 e outro de Fábrica de Gás em Fevereiro/1999.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Medições da contaminação do solo/subsolo e pesquisa e identificação de hot spots: Avaliação qualitativa da contaminação do solo da Fábrica realizada em 1997.
- Revisão do Gerenciamento de Rejeitos: Vinculação, em Setembro/97, da CEG ao Sistema de Manifestos de Resíduos junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) com entrega do Inventário de Resíduos e em Janeiro/99 apresentado à FEEMA o Relatório do Programa de redução de Resíduos.
- Obtenção da Certificação ISO 14.001:2004.
- Auditoria Ambiental Legal realizada anualmente, a última auditoria foi em novembro/2012
- Licenciamento ambiental dos novos ramais de distribuição em alta pressão (AP), da CEG.
- Renovação do Licenciamento Ambiental dos ramais de distribuição que operam em alta pressão (AP);
- Projetos para redução de emissões atmosféricas
- Monitoramento da legislação ambiental
- Projeto de redução e gestão de resíduos
- Campanhas de conscientização ambiental

Obtenção da Certificação ISO 14.001:2004 pela AENOR (Asociación Española de Normalización y Certificación)

Em 2012 a CEG recebeu a certificação ISO 14.001:2004, demonstrando o comprometimento da empresa em atender aos requisitos ambientais ligados ao grupo.

Auditoria Ambiental legal

O objetivo das auditorias que vem sendo realizada é de caráter compulsório (regulamentar), com intuito de incentivar a implantação da política e sistema de gestão ambiental, apoiar o órgão ambiental, fornecendo um diagnóstico técnico da conformidade legal e do desempenho ambiental ao longo dos últimos anos, identificando os aspectos ambientais e seus potenciais poluidores e de risco.

Verificar o cumprimento dos dispositivos legais de proteção e controle ambiental, bem como condicionantes e restrições das licenças ambientais e compromissos de recuperação, compensação e mitigação, verificar as condições de operação, de manutenção dos sistemas de controle de poluição e de prevenção de acidentes.

Realização do licenciamento ambiental das redes de Média Pressão (MP), após a publicação do DECRETO nº 42.159, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM determinou a obrigatoriedade do licenciamento das redes com essa classe de pressão. Recebido do INEA, dia 08/12/2010 a Licença de Instalação e Operação – LIO dessas redes.

Acompanhamento do licenciamento ambiental dos ramais de distribuição no órgão Estadual (INEA - Instituto Estadual do Ambiente) e realização de estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e Análise Quantitativa de Riscos).

Realização de compensação ambiental, para o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), no ano de 2002, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição para a Termelétrica Eletrobolt, através de Convênio para desenvolvimento de projeto de orientação e educação ambiental - Agentes Ambientais Seniores.

Realização de compensação ambiental, para o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), no ano de 2003, referente processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição Itaboraí através da construção de deck de ancoragem e abertura de canal com 50 metros de extensão.

Realização de compensação ambiental, para o IEF (Fundação Instituto Estadual de Florestas) no ano de 2005 e 2006, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição de São Gonçalo/Niterói e do ramal de distribuição de Guapimirim, através Projeto de Melhoria da Infra-Estrutura e de apoio operacional do Parque Estadual da Serra da Tiririca.

Realização do Projeto de Reflorestamento no interior da APA-Petrópolis, em área degradada, para o IBAMA, iniciado em 2005 e com previsão de encerramento em agosto de 2011, referente ao processo de licenciamento ambiental junto ao INEA do ramal de distribuição Petrópolis.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Realização de compensação ambiental no ano de 2006, referente aos processos de licenciamento ambiental junto ao INEA dos seguintes ramais de distribuição: Guapimirim, São Gonçalo/Niterói, Novas Fontes 1/Furnas Santa Cruz, Paraíba do Sul/Três Rios e Petrópolis, através de Acordo de Cooperação.

Solicitação de Licença de Operação da Rede de Alta Pressão (Sistema AP-12) da CEG visando a regularização da situação ambiental do Sistema de Distribuição da CEG.

Realização de depósito em conta poupança dos valores referentes às compensações ambientais, fração IBAMA, dos projetos Novas Fontes 1 – Furnas Santa Cruz e Gaseificação Paraíba do Sul / Três Rios. Procedimento firmado pela assinatura em 16/12/08 do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), solicitado pelo procedimento da Câmara de Compensação Ambiental.

Projetos para Redução de Emissões Atmosféricas

• **Neutralização de emissões**

Este programa é uma iniciativa destinada a empresas e pessoas físicas que querem compensar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) através dos créditos gerados com projetos de tecnologia limpa contribuindo para desacelerar o aquecimento global.

A GNF Brasil tem inventariado as emissões de alguns de seus maiores eventos, quantificado e expressado em CO₂eq (dióxido de carbono equivalente) para posterior compensação. A partir do nível de emissões, é estimado o valor da compensação.

A neutralização de eventos apresenta como principais vantagens além da própria compensação, ajudar a conscientizar o público do evento sobre os impactos ambientais e às mudanças climáticas.

Entre os eventos neutralizados em 2011, cabe mencionar:

* II Workshop Ambiental – Natureza e Florestas (04/10/2011)

Foram Neutralizados 1.422 kg CO₂eq com a aquisição de 2 Créditos de Carbono – RVEs (Reduções Voluntárias de Emissões Certificadas) proveniente do projeto de compensação “Pequena Central Hidrelétrica” (PCH Garganta da Jararaca). Série EN11RD00794 - EN11RD00795

* Festa de final de ano, no Rio de Janeiro (08/12/2011)

Foram neutralizados 5.828kg CO₂eq com a aquisição de 6 Créditos de Carbono – RVEs (Reduções Voluntárias de Emissões Certificadas) proveniente do projeto de compensação “Pequena Central Hidrelétrica” (PCH Garganta da Jararaca). Série EN11RD00875 - EN11RD00880

* 1º Encontro da Unidade de Gestão de Rede (17/05/2012)

Foram neutralizados 623kg CO₂eq com a aquisição de 1 Crédito de Carbono – RVEs (Reduções Voluntárias de Emissões Certificadas) proveniente do projeto de compensação “Pequena Central Hidrelétrica” (PCH Garganta da Jararaca). Série EN12SC00519

* Workshop Ambiental (29/06/2012)

Foram neutralizados 530kg CO₂eq com a aquisição de 1 Crédito de Carbono – RVEs (Reduções Voluntárias de Emissões Certificadas) proveniente do projeto de compensação “Pequena Central Hidrelétrica” (PCH Garganta da Jararaca). Série EN12SC00686

* 2º Encontro da Unidade de Gestão de Rede (28/09/2012)

Foram neutralizados 200kg CO₂eq com a aquisição de 1 Crédito de Carbono – RVEs (Reduções Voluntárias de Emissões Certificadas) proveniente do projeto de compensação “Pequena Central Hidrelétrica” (PCH Garganta da Jararaca). Série EN12SC00967

• **Avaliação da Conformidade Legal**

Ao que Dispõe a Legislação Federal, Estadual e Municipal

A CEG adota a sistemática Themis, programa desenvolvido para controlar os requisitos legais e outros requisitos ambientais aplicáveis em seu âmbito de atuação aos aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades e serviços das Unidades.

A empresa utiliza também o Banco de legislação Sogi para alimentação da ferramenta corporativa Themis, de requisitos legais.

• **Plano de Redução, Reutilização, Reciclagem e Valorização Energética dos Resíduos - Projeto PRE3VER**

Destina-se a definir um quadro para o estabelecimento e padronização de critérios, diretrizes e objetivos relacionados com a minimização e gestão de resíduos a nível corporativo. Esse objetivo será realizado tendo em conta os princípios estabelecidos na Política de Responsabilidade Ambiental Corporativa de Gas Natural Fenosa.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Este projeto teve início no ano de 2009 e vem sendo desenvolvido atualmente.

Objetivos:

Atender as metas estabelecidas pelo PRE3VER

Conscientizar os colaboradores dos conceitos e práticas ambientais para redução da geração de resíduos

Estabelecer ferramentas de controle operacional e outros documentos necessários para a melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado – SIG.

Campanhas de Conscientização Ambiental

* Arte Natural (Rio)

Evento cultural com o objetivo de levar arte e conhecimento de gás para crianças

* Futuro no meu Jardim

Peça teatral que leva conhecimento sobre as fontes de energia e em especial sobre o gás natural e seu uso seguro, para crianças e pré-adolescentes

* Workshop Ambiental: energia sustentável para todos (29/06).

Diversas atividades ambientais trabalharam o tema do consumo consciente de energia no workshop em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente: Colaboradores e seus filhos participaram das oficinas de bonecos pet; de desenho coletivo com frutas; da palestra da área de Soluções Energéticas e; e do “contador de histórias”.

*Divulgação do Dia Mundial dos Solos (03/05)

Objetivo: Reforçar a importância deste recurso natural na vida do Planeta.

* Campanha de Conscientização Ambiental – Dia Mundial da Água (22/03)

Campanha realizada com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre a importância deste recurso natural.

* Dia do Combate a poluição (14/08)

Conscientização sobre os diversos tipos de poluição e as principais formas de combatê-las.

* Divulgação do Dia do Agente de Defesa Ambiental (6/02)

Homenagem aos facilitadores do Sistema de Gestão Integrada que colaboram com as questões ambientais, multiplicando as boas práticas nos diversos setores de trabalho.

* Neutralização da Festa de Final de Ano (08/12)

Com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente, a CEG comprou créditos de carbono equivalentes ao que foi emitido na festa de final de ano realizada no Itanhangá Golf Clube

Cadastro Técnico Federal do IBAMA

Em atendimento a lei 10.165 é realizado anualmente, através da entrega dos Relatórios de Atividades do IBAMA referente ao ano 2012, das unidades da CEG (incluindo a Estação de Modulação) e dos ramais de distribuição de gás natural.

Passivos Ambientais

Eliminação do passivo do resíduo de catalisadores de níquel, no ano de 2002, resultante do processo de fabricação de gás manufacturado. O processo utilizado para eliminação deste passivo foi o de incorporação em cimenteira, devidamente aprovado pelo INEA.

• Investigação ambiental do subsolo da Unidade São Cristovão (2000 e 2001):

Avaliação e caracterização, na Unidade São Cristovão (*on-site*) e na região no entorno à Fábrica (*off-site*), das áreas potencialmente impactadas (solo e água) e proposição de alternativas aplicáveis de remediação das áreas impactadas e tratamento final dos resíduos; Instalação de 37 poços *on-site* e 19 poços *off-site* para monitoramento das águas subterrâneas.

• Investigação Ambiental Complementar Unidade São Cristóvão – Área Nordeste (2006)

Os serviços realizados compreenderam a execução de 31 (trinta e uma) sondagens e a instalação de 20 (vinte) poços de monitoramento/extração para delimitação da pluma de produto em fase livre.

• Remediação ambiental do subsolo da Fábrica

Área Nordeste da Unidade São Cristóvão: Instalação de sistema de bombeamento do óleo em fase livre (remoção de óleo), com início da operação em Janeiro/2002, devidamente autorizado pelo INEA.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Modificação e ampliação do sistema de remoção de óleo por extração Multifásica, em 2006. Este sistema encontra-se em operação.

Área Sudeste da Unidade São Cristovão: Instalação de Barreira Hidráulica para controle da migração da pluma de contaminação existente na porção sul-sudeste da Fábrica em julho de 2002, o Sistema de Barreira Hidráulica foi modificado e ampliado, em 2004, com a instalação de novos poços, objetivando um maior controle da migração da pluma de contaminação. Este sistema encontra-se em operação.

Realização de investigações ambientais nas estações do Leblon (2002), Mangue (2005), Piauí (2006), caracterização hidrogeológica e geológica preliminar do Posto de GNV Acari, em março/2004. Descomissionamento da estação Piauí, em 2006; e monitoramentos ao longo de 2007 e 2008, sendo constatado pelo INEA e descomissionamento da estação Botafogo em 2007 com posterior investigação ambiental do subsolo que demonstrou que a área estava livre de passivo ambiental.

- **Plano Global de Monitoramento:**

Realização de campanhas de monitoramentos semestrais para acompanhamento das concentrações nas águas subterrâneas, na área interna e externa da Unidade São Cristovão da CEG, permitindo assim ao longo do tempo a tomada de decisão quanto a ações corretivas, caso as mesmas sejam necessárias.

- **Comentários sobre a Legislação Ambiental**

Proteção ambiental é matéria tratada na Constituição Federal e na legislação da União, dos Estados e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988 em vigor estabelece, em seu capítulo especial sobre meio ambiente, o direito das pessoas a um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, estabelecendo ainda, como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição. A primeira lei federal que disciplinou a matéria, de modo sistemático e moderno, foi a de número 6.938/81, que estabeleceu uma Política Nacional de Meio Ambiente, a ser exercida por um Sistema Nacional de Meio Ambiente, composto por agências federais e municipais, e institucionalizou o CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, responsável pela elaboração das normas federais operacionais de controle ambiental.

Entre as novidades relevantes de 1981, surge o conceito de "responsabilidade objetiva" ou "sem culpa", seguindo o exemplo dos Estados Unidos e de alguns países europeus, bem como a atribuição ao Ministério Público de poderes e responsabilidades específicas para o ajuizamento das chamadas ações civis públicas.

Em 1985, os poderes do Ministério Público foram significativamente ampliados para efeito de condução direta das ações civis ou da atuação como fiscal da Lei, especialmente quanto às ações relativas à responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (Lei 7.347/85).

O Ministério Público pode exigir a recuperação do meio ambiente alterado, a indenização por danos ambientais comprovados ou a cessação das atividades nocivas, o que pode acarretar o fechamento da empresa poluidora ou a aplicação de multa diária enquanto persistir a conduta lesiva. O poluidor e seus sucessores, bem como qualquer um que tenha contribuído para o dano, são considerados responsáveis perante a lei.

Trata-se do Princípio da Responsabilidade Solidária, consagrado no artigo 1.518 do Código Civil, que especifica que os responsáveis responderão, individual ou conjuntamente pelo pagamento do total da indenização devida.

No âmbito criminal, recentemente, o Governo Federal editou a Lei 9.065/98, que dispõe sobre as sanções penais, bem como administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, não revogando as demais leis que tipificam crimes ambientais.

Aprovação em 26 de novembro de 2002 e publicação em 28 de dezembro de 2002 a Deliberação CECA nº 4.231 que cria os critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Combustível (Natural ou Manufaturado), e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Aprovação em 23 de maio de 2006 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 25 de julho de 2006 a Deliberação CECA nº 4.678, que estabelece os critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Natural ou Manufaturado, e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Aprovação em 02 de dezembro de 2009 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o DECRETO nº 42.159, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM e dá outras providências.

Aprovação em 22 de setembro de 2009 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 2009 a CONEMA nº 015, que revoga a Resolução CECA nº 4.678 e estabelece critérios para o licenciamento ambiental e dá outras providências.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Aprovação pela Resolução Conema nº 21, de 07 de maio de 2010 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 14 de maio de 2010 a revisão da DIRETRIZ -056- revisão 3 do INEA com os novos itens a serem auditados e os novos requisitos ambientais a serem atendidos, incluindo novos indicadores ambientais dos últimos 5 anos que devem ser informados ao INEA.

Aprovação em 02 de agosto de 2010 da LEI Nº 12.305 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Adequação Ambiental da CEG

O projeto de adequação ambiental da CEG é uma consequência de seu incansável objetivo de sempre aperfeiçoar seus procedimentos, e decorre das recomendações resultantes da avaliação feita à época da privatização, que pode ser entendida em duas dimensões: a primeira compreendeu a análise da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a discussão das questões ambientais, levando em conta o princípio da responsabilidade objetiva inscrito nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Para o desenvolvimento da atividade de exploração do serviço local de gás canalizado, é imprescindível a obtenção da respectiva concessão junto ao Estado, conforme estabelece o artigo 25 § 2ª da Constituição Federal. A Concessionária CEG celebrou seu Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado em 21/07/1997.

As marcas utilizadas pela CEG são registradas no INPI, não havendo registro de patentes. Além disso, atualmente inexistem contratos de royalties e franquias em vigor.

As licenças necessárias para o exercício das atividades são solicitadas aos órgãos competentes. As obras em logradouros públicos são licenciadas pela Prefeitura, enquanto as questões ligadas ao licenciamento ambiental são resolvidas junto ao INEA.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas são obtidas na área de concessão da Companhia (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros.

- b. **receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não há clientes em países estrangeiros, assim, não há receitas provenientes de clientes em países estrangeiros.

- c. **receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Como acima descrito, não há cliente em países estrangeiros, assim, a companhia não possui receita proveniente de países estrangeiros, sendo nula respectiva participação na receita líquida total da Companhia.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Conforme informação prestada no item 7.6 deste Formulário de Referência, em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas da Companhia são obtidas na sua área de concessão (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros, portanto, não sendo auferida pela Companhia receita de país estrangeiro.

Assim, a Companhia não está sujeita à regulação de nenhum país estrangeiro, e conseqüentemente não há que se falar em efeitos no negócio da Companhia.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Os contratos comerciais e industriais são firmados pelos prazos de vigência médios de 03 (três) a 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogados, para até a equiparação ao prazo do contrato firmado pela Companhia com a Petrobras para aquisição de gás natural.

Os contratos de compra e venda de gás natural firmados com as térmicas Barbosa Lima Sobrinho e Governador Leonel Brizola possuem vigência até dezembro de 2014.

Os contratos firmados no segmento residencial possuem vigência por prazo indeterminado, limitados ao período de concessão, qual seja, de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período, durante o qual a Companhia se mantém como prestadora do serviço de distribuição de gás natural.

O Contrato de aquisição de gás natural firmado com a Petrobras tem vigência até 2019.

7.9 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do emissor

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre as atividades do emissor.

Gás Natural, Energia do Futuro.

Produto: definição, composição e propriedades

O petróleo tal como é encontrado na natureza é uma mistura de hidrocarbonetos em seus três estados (sólido, líquido e gasoso) e pequenas quantidades de enxofre, oxigênio e nitrogênio. Quando da extração do óleo de uma jazida, de petróleo, por uma questão de pressão e temperatura, parte do que é sólido se liquefaz e parte do que se encontra em estado líquido, transforma-se em gás. A conceituação do gás natural ou gás pressupõe todo o hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros.

Assim, o gás natural é uma energia de origem fóssil, mistura de hidrocarbonetos leves entre os quais se destaca o metano (CH₄), que se localiza no subsolo da terra e é procedente de decomposição de matéria orgânica espalhada entre os extratos rochosos. Tal e como é extraído das jazidas, o gás natural é um produto incolor e inodoro, não é tóxico e é mais leve do que o ar. Além disso, é uma energia carente de enxofre e a sua combustão é completa, liberando como produtos o dióxido de carbono (CO₂) e vapor de água, o que faz do gás natural uma energia ecológica e não poluente.

Uma vez extraído do subsolo, o gás natural deve ser transportado até as zonas de consumo. O transporte desde as jazidas até estas zonas é feito através de tubulações de grande diâmetro, denominadas gasodutos. Quando o transporte é feito por mar, e não é possível construir gasodutos submarinos, o gás é carregado em navios metaneiros. Nesses casos é liquefeito a 160°C abaixo de zero reduzindo seu volume em 600 vezes, possibilitando o transporte de maiores quantidades. No porto receptor o gás é descarregado em plantas ou terminais de armazenamento e é regaseificado.

Assim, permanece armazenado em grandes depósitos na pressão atmosférica e posteriormente é injetado na rede de gasodutos até os pontos de consumo. Todas essas instalações são construídas preservando-se o meio ambiente, sendo em grande parte subterrâneas, favorecendo a possível restituição da paisagem.

Diferentes utilizações do gás natural

Dentre as fontes de energia, o gás natural se caracteriza por sua eficiência, limpeza e versatilidade. O gás natural pode ser utilizado tanto nas residências, como no comércio e na indústria, não necessitando ser armazenado previamente, tratando-se de um combustível não poluente.

Fornos e Fogões

Os aparelhos para cozinhar com gás, como os fogões com ou sem forno, estão equipados com modernos sistemas de acendimento e segurança, que facilitam sua utilização. Os fornos de gás dispõem cada vez mais de um número maior de opções para oferecer produtos com mais qualidade. Em seus interiores o vapor de água gerado na combustão do gás permite que as refeições não fiquem ressecadas, mantendo todo o sabor.

Aquecedores

Os aquecedores de gás produzem água quente instantânea e sem limite. Estes aquecedores funcionam somente quando há necessidade de água quente, o que permite uma máxima economia da energia. Os aquecedores de acumulação armazenam água quente para quando houver necessidade de utilizá-la em vários pontos ao mesmo tempo e, em grandes quantidades.

Lavadoras de Roupas e de Louças

O gás natural também é aplicado nas lavadoras de roupas e louças, que utilizam a água aquecida por um aquecedor ou caldeira de gás, gerando economia de tempo e financeira.

Radiadores Murais, Lareiras e Churrasqueiras

O gás natural também permite aquecer os lares gerando máximo conforto. Os radiadores murais autônomos produzem um calor instantâneo no cômodo desejado, não consumindo o ar do interior da residência. As lareiras de gás natural têm uma chama real, não produzem resíduos, e são acesas automaticamente. No jardim, as churrasqueiras de gás natural oferecem a máxima limpeza, já que não produzem resíduos.

7.9 - Outras informações relevantes

Comércio e Indústria

Nos comércios e nas indústrias o gás natural pode ser usado para qualquer processo de geração de frio ou calor, na co-geração de energia térmica e elétrica, e na geração própria de eletricidade. No comércio já é amplamente utilizado em padarias, restaurantes, hotéis, escolas de natação, etc.

Como combustível, o gás natural é utilizado nos processos e equipamentos industriais que precisam de uma energia térmica limpa, eficaz e econômica: em cerâmicas, vidraçarias, fornos em geral, fundições, tratamentos térmicos, etc.

O gás natural também permite climatizar e gerar frio para prédios e locais industriais, tanto como produzir gelo para pistas de patinação.

Co-geração

Outra aplicação de grande atualidade e com grande futuro é a co-geração. A co-geração com gás natural produz em conjunto energia elétrica (ou mecânica) e calor útil para fábricas, centros de saúde e hotéis, assim como grandes complexos urbanísticos. A co-geração com gás natural reduz em grande medida a emissão de resíduos contaminantes.

O gás natural é também cada vez mais utilizado na geração de eletricidade nas centrais térmicas convencionais ou de ciclo combinado. Este processo permite economizar energia e além de tudo, diminuir os níveis de poluição.

GNV

O gás natural como combustível para automóveis também é uma importante alternativa, viável, e eficiente na redução de emissão de poluentes atmosféricos, especialmente nas cidades com alta intensidade de trânsito.

Gás natural: a melhor energia do planeta

O gás natural é consumido em vários países há mais de 50 anos e cerca de 95% de quase todo o gás canalizado do mundo corresponde a gás natural. Este tipo de gás é uma das fontes de energia mais limpas que existe, uma vez que não produz resíduos em sua combustão e não polui o meio ambiente. É altamente valorizado em consequência da progressiva conscientização mundial da relação entre energia e meio ambiente.

O gás natural é uma energia que:

- se utiliza tal qual é extraída da natureza, chegando à casa do cliente sem nenhuma transformação;
- permite resolver os problemas energéticos e em consequência das grandes reservas existentes, possibilita seu desenvolvimento e expansão em diversos campos;
- dispõe de alto poder calorífico, quase duas vezes e meia maior que o do gás manufacturado;
- preserva o meio ambiente, pois a sua combustão não produz fumaça nociva, ajudando a reduzir a poluição da cidade;
- é versátil, com muitas aplicações como a lavagem e secagem de roupas, de louças, em ar condicionado, em veículos, na geração de energia elétrica, além das utilizações tradicionais.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

8. Grupo Econômico

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a. controladores diretos e indiretos

O controle da Companhia é exercido pelo grupo espanhol Gás Natural, composto pela Gas Natural SDG S/A e Gas Natural Internacional SDG S/A, que detém 54,2% das ações ordinárias da Companhia.

Abaixo a descrição das participações acionárias, apontando-se os acionistas representados no Conselho de Administração, inclusive os acionistas minoritários.

Acionista	Percentual	Nacionalidade
Gas Natural Internacional SDG S.A	35,26%	Espanha
BNDESPAR	34,56%	Brasil
Gas Natural SDG S.A	18,90%	Espanha
Fundo de Investimentos Ações Dinamica Energia	8,78%	Brasil
Pluspetrol Energy S.A	2,26%	Argentina
Ações em tesouraria	0,0047%	
Outros	0,23%	
Total	100%	

b. controladas e coligadas

A Companhia não é controladora e nem possui participação acionária em outras sociedades.

c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia não possui participações em outras sociedades, nem mesmo nas sociedades sob controle comum, como acima destacado.

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Outras sociedades sob controle comum não possuem participação acionária na Companhia.

e. sociedades sob controle comum

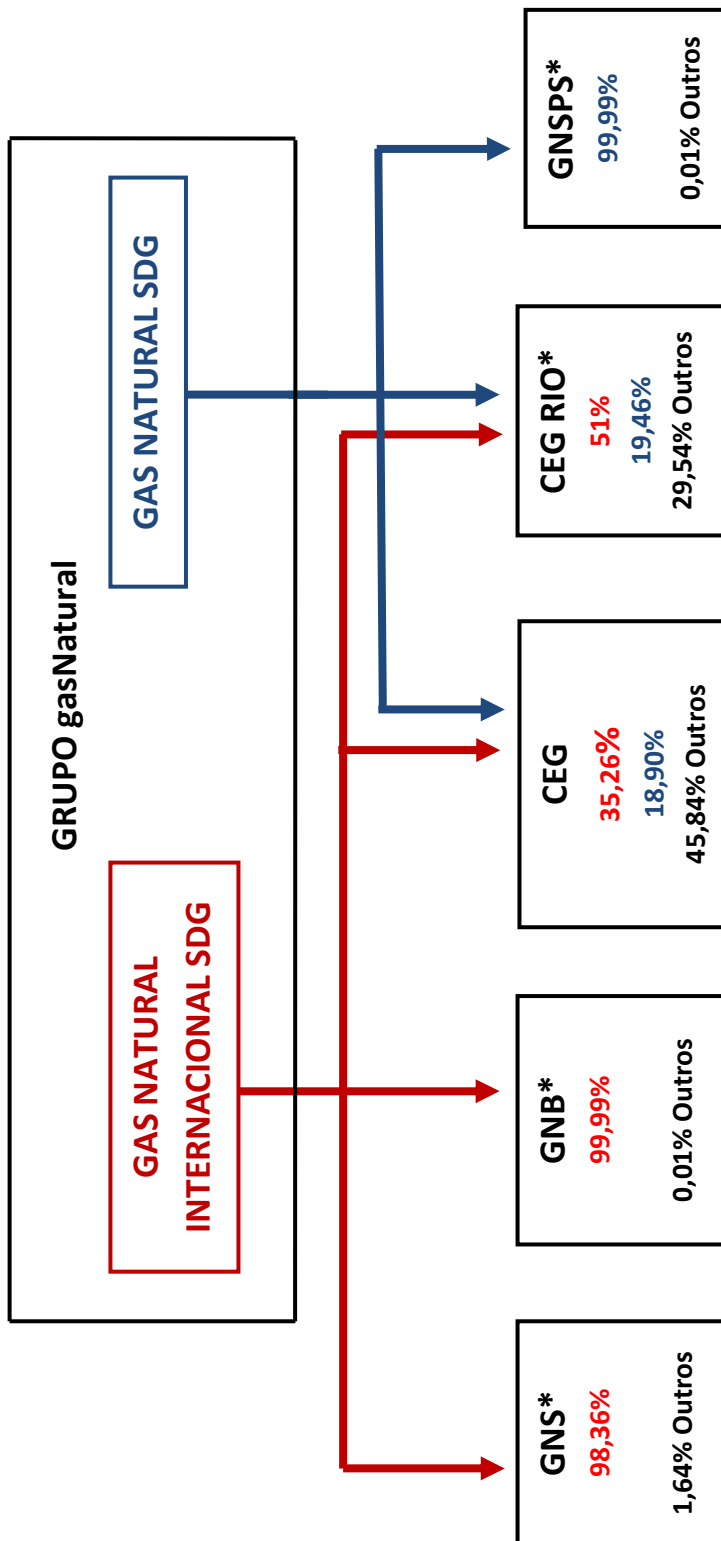
O Grupo Gás Natural também possui o controle acionário das seguintes Sociedades Anônimas, todas de capital fechado: CEG RIO S/A, Gás Natural Serviços S/A, Gas Natural São Paulo Sul S/A, e Gas Natural do Brasil S/A.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

8. Grupo econômico

8.2. Organograma do grupo econômico



*S/A de Capital Fechado.

OBS: Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, CEG RIO S/A e Gás Natural São Paulo Sul S/A (GNSPS) são concessionárias de serviços públicos de distribuição de gás. As duas primeiras possuem concessão para distribuição de gás no Rio de Janeiro e a última possui concessão para distribuição de gás em região de São Paulo. As sociedades Gás Natural Serviços S/A (GNS) e Gás Natural do Brasil S/A (GNB) não são concessionárias de serviços públicos.

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve operações de reestruturação tais como incorporação, fusão, cisão, incorporação de ações, alienação e aquisição de controle acionário nos últimos três anos.

8.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

8. Grupo

8.4. Outras informações relevantes sobre o grupo econômico

Gas Natural Fenosa - multinacional líder no setor de gás e eletricidade

A CEG é operada pela Gas Natural Fenosa, que é uma multinacional líder no setor de gás e eletricidade, presente em 25 países, e que conta com cerca de 20 milhões de clientes e 17,3 GW de potência elétrica instalada no mundo.

É a primeira distribuidora de gás da América Latina, líder em comercialização de gás natural na península Ibérica. Com uma frota de 11 navios metaneiros é um operador de referência de gás natural liquefeito (GNL) e gás natural na bacia do Atlântico e Mediterrâneo, onde opera 30 bcm., com uma plataforma de infra estrutura única.

Apesar da crise mundial que gerou um cenário mais exigente, a Gas Natural Fenosa melhorou seus resultados em 2012 graças ao equilíbrio do seu perfil de negócios, ao crescimento da sua atividade internacional e também graças à sua disciplina financeira.

A empresa teve em 2012 uma evolução muito superior à média das empresas similares. Seu Ebitda consolidado aumentou 9,4% e o lucro líquido cresceu 8,8% , com volume de negócios, até 31 de dezembro de 2012, passando de 24.904 milhões de euros, o que representa um aumento de 18,2% com relação ao ano anterior.

Em seu plano estratégico 2010-2014, a Gas Natural Fenosa estabelece duas fases diferenciadas: até 2012, a companhia esteve voltada para o fortalecimento do balanço, para a otimização na consecução de sinergias e para o crescimento orgânico. Na segunda fase, até 2014, estará centrada na realização de investimentos em função do entorno, para aproveitar as oportunidades nos mercados chave. O plano prevê que a América Latina continue como um pilar dentro do grupo.

A Companhia tem posições bem complementares em mercados importantes como Espanha, México, Colômbia e Brasil, e ocupa posição atrativa na América Latina, com grande potencial de crescimento. É um dos maiores operadores mundiais de ciclos combinados, com 9.287 GW de potência¹. Tem ainda participações em três regaseificadoras e em duas usinas de liquefação.

Presença em 25 países no mundo

Na Espanha, a Gas Natural Fenosa distribui e comercializa gás e eletricidade e desenvolve atividades de geração elétrica, regaseificação e exploração. Na França, Bélgica e Luxemburgo realiza atividades de comercialização de gás; na Holanda comercializa energia e na Itália distribui e comercializa gás natural e desenvolve projetos de regaseificação. Suas atividades em Portugal incluem comercialização de gás e eletricidade e ainda projetos eólicos.

Na América Latina, a Companhia realiza atividade de distribuição de gás na Argentina e Brasil; de distribuição no mercado elétrico e gasista na Colômbia e de geração elétrica e distribuição de gás no México. A atividade em Porto Rico está voltada para a geração elétrica e a operação de uma planta de regaseificação

A Gas Natural Fenosa também realiza o serviço de distribuição elétrica na, Nicarágua e Moldávia; gera e distribui eletricidade no Panamá; e participa de negócios de telecomunicações na Guatemala. Na Costa Rica, República Dominicana e Quênia, o grupo desenvolve atividades de geração. No sul da África, conta com uma mina de carbono e, no Marrocos, realiza atividades de exploração e de operação do gasoduto Magreb-Europa.

8.4 - Outras informações relevantes

Além disso, participa de plantas de liquefação no Egito, Omán, e tem uma carteira de projetos eólicos na Austrália, além de projetos de upstream em Angola. A empresa mantém ainda relações comerciais de compra e venda de gás em numerosos países, entre os quais destaca-se a Argélia, por onde passa o gasoduto Magreb-Europa.

Líder também em matéria de Responsabilidade Corporativa, a Gas Natural Fenosa tem uma série de reconhecimentos, conferidos por entidades de referência (quadro abaixo).

Reconhecimentos



Índices mundiais de responsabilidade corporativa	Outros reconhecimentos
<div style="margin-bottom: 10px;">  <p>Presente no índice de forma ininterrupta nos últimos oito anos. Incluída no DJSI Europe pela sétima vez consecutiva. Líder no setor de distribuição de gás.</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;">  <p>Distinguida pelo quinto ano consecutivo no Anuário da Sustentabilidade.</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;">  <p>Incluída no índice de sustentabilidade pelo 11º ano consecutivo.</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;">  <p>Incluída desde a criação do índice.</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;">  <p>Terceira posição no mundo e <i>utility</i> melhor valorada, segundo o Informe Carbon Disclosure Project (CDP Global 500) correspondente a 2012.</p> </div>	<div style="margin-bottom: 10px;">  <p>Prêmio de excelência financeira.</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;">  <p>1ª companhia do mundo no setor de gás. Prêmio de melhor iniciativa de desenvolvimento comunitário para o projeto Cuartel V na Argentina.</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;">  <p>10ª companhia energética mais admirada do mundo.</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;">  <p>Prêmio de melhor operação financeira.</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;">  <p>Selo "Excelencia en Diversidad", conforme o modelo EDC de gestão para favorecer a inclusão da pessoa com deficiência.</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;">  <p>Certificado efr em Desenvolvimento Humano e Social.</p> </div>

Gas Natural Fenosa no Brasil: 870 mil clientes e R\$ 4,4 bilhões de investimentos

O ano de 2012 foi de importantes resultados para a Gas Natural Fenosa no Brasil. A empresa - operadora da Ceg, Ceg Rio, Gas Natural SPS e Gas Natural Serviços - realizou um volume de investimentos que chegou a R\$ 206,5 milhões.

Desde 1997, já contabiliza mais de R\$ 4,4 bilhões de investimentos no país, sendo boa parte destinada à ampliação e melhoria da malha de distribuição de gás em todas as áreas de concessão.

A Gas Natural Fenosa fechou 2012 com um total de 870 mil clientes no Brasil e uma rede de mais de 6 mil km de extensão. As empresas do grupo já estão presentes em 68 municípios brasileiros. Em 2012, iniciou, através da Ceg Rio, o abastecimento em Teresópolis, Iguaba Grande, Itaipava, Paty do Alferes e Rio Bonito. Através da Gas Natural SPS, concluiu as obras da estação de descompressão que viabilizará a antecipação da chegada do gás a Itapetininga, em 2013.

Em 2012, a Gas Natural Fenosa teve novas indústrias incorporadas à sua carteira de clientes, entre elas destaca-se a Nissan do Brasil, que firmou contrato de abastecimento de gás natural para a unidade situada no município de Resende, cujo consumo previsto é de 13.695.000 m³/ano, em média.

8.4 - Outras informações relevantes

Além desta, foram incorporadas a Masterpav (fábrica de asfalto), e a Saint-Gobain do Brasil, localizadas no Rio de Janeiro; e em São Paulo, a italiana Arvedi Metalfer do Brasil, produtora de peças para o segmento automobilístico. Juntas, essas indústrias representam um consumo de mais de 2.413.356 m³/ano.

No mercado de cogeração e climatização, firmou contrato de abastecimento de gás natural com o Centro Comercial Nova América, onde também atenderá diversos pontos de abastecimento de gás, com consumo projetado é de 23,6 GWh/ano.

No mercado residencial, o destaque do ano ficou para o início do abastecimento das edificações do programa *Minha Casa, Minha Vida*. O condomínio "Morar Carioca" terá 2.240 domicílios abastecidos por gás natural, com aplicação da tarifa social.

Na área de negócios não regulados, a Gas Natural Fenosa - através da empresa Gas Natural Serviços - ampliou o serviço de venda e instalação de aquecedores a gás. Desde o início dessa atividade já comercializou mais de 13 mil aparelhos. A empresa também fechou 21 contratos de soluções energéticas com destaque, em 2012, para a implantação de sistemas de geração de energia com gás natural no Casa Shopping e no Fluminense Futebol Clube. A atuação da Gas Natural Serviços garante conforto e segurança aos consumidores de gás natural canalizado na medida em que proporciona não apenas a venda de equipamentos a gás aos seus clientes como também a revisão das instalações internas de gás.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

9. Ativos Relevantes**9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor**

Total R\$

1.389.949.438,25	1.338.923.941,06
------------------	------------------

CLASSE	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2012	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2011
SOFTWARE	15.539.215,72	17.163.865,58
INTANGÍVEL	899.431,13	1.046.105,38
TERRENOS	1.890.212,49	1.890.212,49
BENFEITORIAS	1.145.573,24	150.099,05
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	18.895.065,60	20.220.520,68
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.044.102,01	3.035.111,77
HARDWARE	2.748.662,42	2.632.350,71
VEÍCULOS	3.177.438,63	3.401.907,41
EDIFICAÇÕES	8.845.165,20	7.841.566,55
INSTALAÇÕES	112.975.725,14	107.577.479,28
REDE DE GÁS	1.106.009.830,12	1.017.887.143,28
DIFERIDO	114.779.016,55	156.077.578,88

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Praça Mario Nazaré nº 15, 19, s/nº, São Cristóvão	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Av. Presidente Vargas, nº 2610, Cidade Nova	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Pedro Jório nº 415, Acari	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Conde de Bonfim, nº 645 / Loja B, Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Procópio Ferreira, Lote 1, Vila Lage	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Estrada do Camboatá, Lote 02	Brasil	RJ	Queimados	Própria
Jd.Maracanã, QD 73 L.17, 18, 38, 39, 45;QD 91 L.1 a 4;QD 92 L.3, 4;QD 93 L.1,2	Brasil	RJ	Seropédica	Própria
Rua Hemenengarda nº 60, Loja 108, Méier	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Av. Pedro II, nº 68, São Cristóvão	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Av. Ayrton Senna, nº 1850 Loja M-N, Barra da Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Rua Visconde de Sepetiba, nº 935/ Loja 111/122/124, Centro	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Rua Dom Valmor, nº 383/Loja 8, Centro	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
Alameda São Boa Ventura, nº 520, Fonseca	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Rua Raimundo Correa nº 40 / Ljs. C-D - Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rod. Washington Luiz - KM 1.900	Brasil	RJ	Dique de Caxias	
Estrada Rio Magé s / nº Km 6,5 (BR - 493)	Brasil	RJ	Itaboraí	
Av. Abelardo Bueno, nº 3.300 / Ljs. 701 a 705 e 710 - Barra da Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Rua Passo da Pátria nº 105 / Ljs. 13 e 14 Jardim 25 de Agosto	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Servidão de Passagem das redes de gás (registrado como intangível)	Área de Concessão (Região Metropolitana do RJ)	Prazo da Concessão - 30 anos	Término do prazo da concessão ou rescisão do contrato de concessão	Perda da concessão para distribuição de gás canalizado na área de concessão (Região Metropolitana do RJ)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana	42.124.693/0001-74	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Limpeza Urbana (empresa pública)	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	41,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação da CEG na Comlurb, sociedade anônima de capital fechado, corresponde a 0,000088% do capital social. O total de 41 (quarenta e uma) ações já era detido pela CEG antes de sua desestatização em 1997, não possui liquidez, e não há regra de compra de tais ações prevista pela Comlurb, por isso a CEG ainda detém tal participação.								
RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro	42.171.058/0001-48	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Desenvolvimento do turismo no município (empresa pública)	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	640,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação da CEG na Riotur, sociedade anônima de capital fechado, corresponde a 0,001394% do capital social. O total de 409 (quatrocentas e nove) ações já era detido pela CEG antes de sua desestatização em 1997, não possui liquidez, e não há regra de compra de tais ações prevista pela Riotur, por isso a CEG ainda detém tal participação.								
Serviços de Cogeração Carioca LTDA.	04.165.227/0001-48	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Projeção, implantação, operação e manutenção de central de cogeração de energia, prestação de serviços correlatos e locação de equipamentos.	11,170000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	380.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A CEG possui 380 cotas da sociedade e visa a locação de equipamentos de cogeração de energia.								

9.2 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

9. Ativos Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As marcas utilizadas pela Companhia estão protegidas por registro no INPI, contudo não estão registradas no ativo da companhia. A principal marca comercial está registrada sob o nº 821065041 no INPI.

Em razão das políticas de mudança da marca da Companhia, que estão sendo implementadas em 2011, previamente foi depositado – em 18.10.2010 – pedido de registro no INPI, sob o nº 903046563, da nova logo que será utilizada pela empresa, mediante cessão não-onerosa por parte da sua controladora, detentora da titularidade da marca.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em **2010**, passados os efeitos da crise econômica mundial, o Brasil tornou-se uma das economias com maiores perspectivas de crescimento. A produção da indústria colocou o setor como o principal motor da economia brasileira, com crescimento de 10,5%. O melhor desempenho foi da indústria extrativa mineral (13,5%), seguida pela construção civil (10,7%), indústria de transformação (10,5%) e eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (6,6%). Vale destacar que em 2010 começou a produção do pré-sal. O volume diário de gás natural consumido foi de aproximadamente 48 milhões m³/dia, 37% acima de 2009. Este aumento foi provocado pela maior atividade industrial – o uso de gás pela indústria cresceu 20,15%, mas o consumo das termelétricas se destacou devido à situação hidrológica desfavorável, elevando-se 171%. A cogeração registrou alta de 19,6% e as residências demandaram mais 7,2% de gás natural, seguidas do segmento comercial, com alta de 6,26% no consumo. A grande evolução em 2010 foi a efetivação da Lei do Gás, com a publicação do Decreto nº 7.382 em 03 de dezembro de 2010, o qual, remete aos Estados a regulamentação da distribuição e comercialização do gás natural. Vale lembrar que os marcos regulatórios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo já estabelecem condições para a distribuição de gás canalizado para o consumidor livre, assim como suas tarifas referentes ao serviço de distribuição. Dessa forma, cabe aos Estados regulamentar as condições e as tarifas para as novas operações previstas na Lei/Decreto. Os principais pontos do Decreto são a instituição do Plano Decenal de Expansão da Malha de Gasodutos – PEMAT; a regulamentação do período de exclusividade; e a regulamentação do acesso de terceiros aos gasodutos de transporte e da troca operacional de gás (swap). A nova lei contribuirá, no médio e longo prazo, para o aumento da competitividade no mercado de gás

Em **2011**, com o agravamento da crise na União Européia e a fraca perspectiva de crescimento nos Estados Unidos, a solidez da economia brasileira vem atraindo cada vez mais o investidor estrangeiro. O Brasil foi classificado como a sexta maior economia do mundo. As três maiores agências mundiais de risco elevaram a nota do Brasil, que permanecia inalterada no nível máximo desde 1941. No terceiro trimestre deste ano, porém, o PIB brasileiro ficou estagnado, depois que o consumo das famílias e a indústria tiveram ligeira queda, fechando o ano com um crescimento de 2,7%.

O gás natural tem se tornado, cada vez mais, um energético estratégico, representando 21% da matriz energética mundial. No Brasil, apesar das reservas abundantes, esse percentual é de 9%. De acordo com a Agência Internacional de Energia – EIA, o gás natural deve atingir, até 2035, um quarto da demanda de energia do mundo.

O volume diário de gás natural consumido pelas distribuidoras brasileiras foi de 47,6 milhões de m³/dia, 4% abaixo do volume registrado no ano anterior. Essa redução foi provocada pelo menor consumo termoeletrico, uma vez que o maior nível dos reservatórios das hidroelétricas diminuiu o acionamento das térmicas a gás natural, que registraram um consumo 37% inferior ao consumido em 2010. Entretanto, o segmento de cogeração apresentou um aumento de 3,1% no consumo de gás natural.

As distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas ainda não abastecidas e o mercado brasileiro encerrou o ano com, aproximadamente, 21 mil km de rede de distribuição e mais de 2 milhões de clientes de gás natural.

Em **2012**, Devido à crise mundial, o desempenho econômico não conseguiu cumprir com as expectativas tanto do Governo quanto do setor privado. A atividade industrial foi reduzida em 2,7% o que teve um impacto direto na economia, que encerrou o ano com baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que ficou em 0.9%.

Mas graças à política de ajuste implantada, a inflação acumulada em 2012 comportou-se positivamente passando de 6,5%, em 2011, para 5,84%. Essa desaceleração da economia e menor inflação permitiram que o Banco Central reduzisse substancialmente a taxa de juros, chegando a 7,25% ao ano, ao final de 2012, fato que tornou-se um dos destaques econômicos do ano.

Merece também destaque a trajetória da taxa de câmbio no período, quando o governo conseguiu depreciar moderadamente a moeda local frente ao dólar. O Real iniciou o ano bastante valorizado, sendo apontado como um dos grandes responsáveis pela perda de competitividade da indústria nacional. Ao longo do ano, em especial a partir da segunda metade, esta tendência se reverteu, com um processo de depreciação da moeda local frente ao dólar, até alcançar o nível desejado pelo governo. Desde então, o Banco Central passou a realizar intervenções no mercado de forma a mantê-lo em torno dos R\$ 2,00, parecendo ser este o novo patamar buscado no curto prazo.

Outro indicador a se considerar na análise do cenário de 2012 é o setor de energia elétrica, que passou por mudanças importantes. O fato a se destacar foi a decisão do governo sobre as condições de prorrogação antecipada das concessões de geração e transmissão, que vencerão em 2015, com redução das tarifas elétricas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O consumo de energia elétrica apresentou um crescimento moderado de 3,5% no período de janeiro a dezembro de 2012, situando-se em 448,3 TWh. Grande parcela da expansão verificada no período foi liderada pelos setores comercial e residencial que tiveram, respectivamente, elevações de 7,9% e 5% em relação ao igual período em 2011. Já o acumulado do consumo energético do setor industrial ficou estável, quando comparado a 2011, reflexo do baixo nível de atividade do setor.

O nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas (UHEs) em 2012 manteve-se bem abaixo do observado em 2011. Em decorrência das baixas vazões hidrológicas, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que determina o valor da comercialização da energia no mercado livre, alcançou altos níveis em 2012, passando dos R\$ 500/MWh, o maior patamar desde 2008, com o registro de R\$ 569,59/MW.

Por outro lado, derivado da baixa demanda de energia por parte das concessionárias de distribuição, os leilões A-3 e A-5 foram constantemente remarcados. Assim, em 2012, foi apenas realizado o Leilão A-5 de 14 de dezembro, sendo contratados doze projetos de geração, sendo duas hidrelétricas e dez eólicas, somando capacidade instalada de 574,3 MW dos 14.181 MW habilitados. O preço médio final alcançou R\$ 91,25/MWh – um deságio médio de 18,53% em relação ao preço inicial.

Em 2012, o mercado de gás natural no Brasil foi impactado pela demanda destinada à produção termoelétrica, que apresentou crescimento significativo devido ao baixo nível dos reservatórios das hidroelétricas, sendo suprida, sobretudo, com importação via GNL.

De janeiro a novembro de 2012, o consumo médio brasileiro de gás natural atingiu 92,8 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), registrando crescimento de 4% sobre o consumo do mesmo período do ano anterior. O volume médio comercializado pelas distribuidoras de gás natural e concessionárias existentes no país foi de 56,3 milhões de m³/d, volume 13,5% maior do que nos onze primeiros meses de 2011. Dos 36,3 milhões de m³/dia restantes, 17,4 milhões de m³/dia foram consumidos diretamente pelo produtor em refinarias, fábricas de fertilizantes nitrogenados (FAFENS) e termoelétricas e, o restante, consumido na produção, processamento e transporte de gás.

O preço médio do gás natural da Região Sudeste fechou, em dezembro de 2012, a US\$ 12,34/MMBTU, valor superior ao mesmo período de 2011, que foi de US\$ 11,87/MMBTU, representando uma variação de 4,00%, com taxa média de crescimento de 0,33% ao mês. Já o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor – fechou, em novembro de 2012, a US\$3,42/MMBTu, valor inferior à média de 2011 (US\$ 4,00 MMBtu).

A produção nacional média foi de 73 milhões de m³/dia até novembro de 2012. A oferta nacional média disponível ao mercado foi de 39,3 milhões de m³/dia, aumento de 16%, comparada com igual período do ano anterior, tendo o gás natural não associado sido determinante para suprir esse aumento. A oferta importada de gás natural atingiu os 34,4 milhões de m³/dia, havendo acréscimo de 25% em 2012, comparado com o mesmo período de 2011. Esse acréscimo deve-se ao elevado aumento da importação de GNL em 2012, crescimento de 498% comparado com os onze primeiros meses do ano anterior. Cabe ressaltar que no Brasil praticamente a metade da oferta de gás natural deriva da importação tanto de GNL quanto do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol).

Quanto à produção nacional média de petróleo, até outubro de 2012 foram registrados 2,15 milhões de barris por dia (b/d), uma queda de 1,0% em relação à produção média observada em 2011, de 2,17 milhões de b/d no mesmo período. Segundo dados da Petrobras, que representa cerca de 92% da produção média diária de petróleo no país, até outubro foi de 1,97 milhões de b/d, o que significa uma queda de 1,8% em relação ao período anterior.

A crise mundial, no entanto, não afetou em 2012 os preços internacionais do barril de petróleo, que se mantiveram historicamente em alta. O preço médio do petróleo tipo WTI no ano 2012 foi US\$ 94,1/barril, praticamente estável em relação ao verificado em 2011, de US\$ 94,9/barril. O Brent apresentou comportamento semelhante, sendo observado um preço médio de US\$ 111,6/barril, também em linha com o do ano anterior, de US\$ 111,2/barril. Desta forma, os preços médios do barril de petróleo estabilizaram-se nos níveis historicamente altos, que foram alcançados pelo energético no ano passado.

Apesar das dificuldades apresentadas em 2012 e a alta competitividade, o mercado de gás natural cresceu e a previsão para o próximo ano é de recuperação dos indicadores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- (i) hipóteses de resgate;
- (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural	54,16
Gas Natural Internacional SDG S.A	35,26
Gas Natural SDG S.A	18,9
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), e mesma quantidade de ações que integram o capital social, todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que foram mantidas em tesouraria

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem como fonte de financiamento o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e bancos comerciais. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem. No ano de 2012 a companhia apresentou uma redução da dívida financeira bruta de cerca de R\$ 34 milhões.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro:

operações de crédito de curto e longo prazo contratadas junto a bancos comerciais, negociadas durante o ano. Essas linhas de crédito possuem um custo médio de captação de 129,0% ao ano e não tem garantias oferecidas.

Recursos do BNDES:

(i) para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.

(ii) para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

Recursos do Banco Europeu de Investimentos (BEI):

Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos - BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possuía prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos foram calculados pela variação do dólar acrescida da libor mais 0,15% ao ano e tem "swap" para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização dos recursos captados com o BEI, que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias foram prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano, tiveram, como lastro, recebíveis da Companhia na proporção de 20% do saldo devedor. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

anos e possuíam vencimento em março de 2012, data em que foi liquidada a referida operação bem como a respectiva garantia.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A empresa contratou, junto ao BNDES, financiamento de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012. A previsão de recebimento para esse financiamento vai até maio de 2013. O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras.

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados (em milhares de reais):

	2012			2011			2010		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	31.865	173.939	(142.074)	48.807	213.374	(164.567)	97.543	317.210	(219.667)
Não circulante		287.572	(287.572)		282.681	(282.681)		355.437	(355.437)
	<u>31.865</u>	<u>461.511</u>	<u>(429.646)</u>	<u>48.807</u>	<u>496.055</u>	<u>(447.248)</u>	<u>97.543</u>	<u>672.647</u>	<u>(575.104)</u>

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o ano de 2012 com um custo médio de captação de 113 % do CDI (103,8% - 31 de dezembro de 2011).

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	2012		2011		2010	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional								
Banco Itaú BBA S.A.							13.106	
União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco		100%	17.310		18.712	16.667	54.094	33.333
Banco Bradesco S.A.		100%					16.447	
Banco Safra S.A.		100%					47.527	
Banco Alfa de Investimento S.A.		100%			21.286		29.760	20.800
Banco HSBC S.A.		100%	50.831		1.234	50.000	1.204	50.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	1.029	30.000	31.505		31.451	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		53.405	170.253	44.394	166.411	42.757	151.290
Banco Santander S.A.		100%		42.067	43.101		40.195	
ING Bank		100%	51.364		47.406	49.603	29.647	94.800
Banco do Brasil S.A.		100%		45.252				
			<u>173.939</u>	<u>287.572</u>	<u>207.638</u>	<u>282.681</u>	<u>306.188</u>	<u>350.223</u>
(b) Em moeda estrangeira								
European Investment Bank - BEI	100%				5.736		10.489	5.214
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%						533	
					<u>5.736</u>		<u>11.022</u>	<u>5.214</u>
Total empréstimos e financiamentos (**)			<u>173.939</u>	<u>287.572</u>	<u>213.374</u>	<u>282.681</u>	<u>317.210</u>	<u>355.437</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(**) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Entre os financiamentos destacamos as operações de longo prazo realizadas com os bancos BNDES e BEI:

Recursos do BNDES:

- i. para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás.
- ii. para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás.

Recursos do Banco Europeu de Investimentos (BEI):

Conforme descrito detalhadamente na letra (d) “fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas” acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (f.i) acima.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas.

Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 5 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembléia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Dando prosseguimento a sua política de financiamento de parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES, em dezembro de 2010, a empresa contratou novo financiamento no montante total de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012, com previsão de desembolsos até o ano de 2013.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Receita Líquida: Em 2012, as receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 2.735.833 mil, o que representou um aumento de 18,74%, com relação a 2011, quando somaram R\$2.304.053 mil. Desta forma, e como apontam os demais índices do sumário financeiro, a Companhia manteve-se em um bom ritmo de crescimento.

Lucro Bruto: O lucro bruto em 2012 chegou a R\$ 846.505 mil, superando em 8,47% o resultado obtido no ano anterior, o que representa uma margem bruta de 30,94%, margem essa um pouco inferior a apresentada em 2011 (33,87%).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado Financeiro: A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no início de 2012, foi de redução da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento da crise europeia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzir a taxa Selic em seguidos cortes, passando a taxa de 11,00% para 7,25%, em dezembro de 2012.

Com esta política de redução da Selic implantada pelo BACEN, a Companhia teve em 2012 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2012, o valor negativo de R\$ 47.221 mil, frente ao valor negativo de R\$ 67.586 em 2011.

O endividamento financeiro da empresa, que era de 38,3% em 2011, caiu para 34,3% em 2012.

Lucro Operacional: O lucro operacional do período foi de R\$ 470.568 mil, resultado superior ao obtido em 2011, que foi de R\$ 429.225 mil, e representa incremento de 9,63%.

Lucro Líquido: O lucro líquido do exercício fechou em R\$ 290.377 mil, o que representa um aumento de R\$ 38.710 mil, ou seja, 15,38% superior ao exercício anterior.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2012	2011	Variação 2012/2011 (%)	Variação 2012/2011 (R\$)	2010	Variação 2011/2010 (%)
Rec. líq. das vendas e serviços	2.735.833	2.304.053	18,74%	431.780	2.263.645	1,79
Lucro bruto	846.505	780.371	8,47%	66.134	674.634	15,67
Lajida (Ebitda)	572.514	527.781	8,48%	44.733	508.160	6,16
Lucro operacional	470.568	429.225	9,63%	41.343	400.652	7,13
Lucro líquido do exercício	290.377	251.667	15,38%	38.710	230.043	9,40

Lajida (Ebitda): A Comissão de Valores Mobiliários editou em 04/10/2012 a Instrução Normativa 527/2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM, inclusive os valores relativos a 2011, possibilitando a correta comparação do dado entre os exercícios de 2011 e 2012.

O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$572.514 mil do ano de 2012 supera em 8,48% o obtido em 2011. Este aumento é resultado da redução de custos operativos, aumento da margem do gás, e demonstra o comportamento favorável que apresentam os negócios da Companhia, o qual se reflete na manutenção do crescimento médio anual do Lajida em torno dos 10,54% nos últimos 06 seis anos.

LAJIDA (R\$ mil)	2012	2011	Variação 2012/2011 (%)	Variação 2012/2011 (R\$)	2010	Variação 2011/2010 (%)
Lajida	572.514	527.781	44.733	8,48%	501.074	5,33%
Lucro líquido do exercício	290.377	251.667	38.710	15,38%	230.043	9,40%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	132.970	109.972	22.998	20,91%	88.349	24,47%
Resultado Financeiro	47.221	67.586	-20.365	-30,13%	82.260	-17,84%
Depreciação e amortização	101.946	98.556	3.390	3,44%	100.422	-1,86%

10.2 - Resultado operacional e financeiro

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.2 Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

As receitas da companhia são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 2010, a CEG celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS aditivo de prazo ao contrato de fornecimento de gás natural vigente pra o mercado convencional, prorrogando-o por mais dois anos, até 31/12/2014. Essa prorrogação permitirá que a demanda de vendas de gás projetada para os próximos anos sejam plenamente atendidas.

Em 2011, a CEG celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS novo aditivo ao contrato de fornecimento de gás firmado em 2008, visando: (i) prorrogar a vigência do contrato de 2014 para 2016; (ii) reduzir as quantidades diárias contratuais de volumes (QDCs) para o período de prorrogação e (iii) extinguir a modalidade de contratação firme-flexível. Essa prorrogação permitiu que a demanda de vendas de gás projetada para os próximos anos fossem plenamente atendidas. Além disso, a Companhia melhorou a relação entre suas vendas e o compromisso de Take or Pay, adequando o CONTRATO ao seu atual nível de vendas, bem como o previsto para os próximos anos, em contrapartida a PETROBRAS estendeu por mais dois anos a vigência do Contrato de Fornecimento de Gás Natural com Take or Pay de 80%. Embora os valores pagos a título de Take or Pay possam ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação, não houve pagamento de TOP no ano de 2011.

Em 2012 foram assinados novos aditivos ao CONTRATO de fornecimento de gás com a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS para CEG e CEG RIO S/A e em 01.12.12 para a Gas Natural São Paulo Sul S/A, todas empresas controladas pelo Grupo Gás Natural Fenosa, grupo controlador da CEG, estabelecendo-se novo acordo global de retirada de gás (compras de gás), que passou a contemplar as 3 concessionárias, o novo limite deixa de ser calculado individualmente, passando a considerar as três empresas do grupo, mantendo-se o percentual de 80% de retirada mínima, o que assegura maior flexibilidade no seu cumprimento. Não houve pagamento de penalidade (TOP) no ano de 2012 e não há previsão de pagamento para 2013. Além disso, o prazo de vigência do contrato de fornecimento de gás de longo prazo foi prorrogado até 2019.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinqüenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENRSA.

Em 2010 os resultados operacionais foram positivamente impactados em razão do maior despacho das termelétricas, que não estava previsto em orçamento, gerando um incremento de 164% no volume de gás fornecido a este seguimento, em comparação com 2009, o que representa um aumento de 67% (cerca de 17,7 milhões de reais). O volume de vendas para o seguimento industrial também apresentou aumento, com destaque para as indústrias que puderam se beneficiar dos leilões de gás natural de curto prazo, realizados pela Petrobrás, e que lhes garantiu a aquisição do insumo com tarifa reduzida (reflexo da redução do custo do gás negociado nos leilões), somando-se a isso a recuperação econômica no pós-crise econômica mundial. Além disso, em razão de um esforço comercial realizado ao longo do ano por meio de campanhas de incentivo ao consumo do gás natural canalizado, observou-se um importante incremento no número de clientes.

Em 2011, exatamente ao contrário do que ocorreu em 2010, os resultados operacionais foram negativamente impactados pelo menor despacho das termelétricas em razão dos altos níveis dos reservatórios de água, reduzindo a necessidade de acionamento das térmicas. Desta forma, o volume de vendas para o segmento de geração elétrica sofreu queda de 52% com relação a 2010. As vendas para o segmento industrial se mantiveram praticamente em linha com o ano anterior (-0,2%), apesar da crise econômica européia que afetou a economia global. Os segmentos comercial e residencial apresentaram crescimento com relação ao volume de vendas (7,8% e 4,2% respectivamente) contribuindo para manter positivo o resultado das vendas convencionais, que ficaram em linha com as vendas em 2010 (acréscimo de apenas 0,3%).

O ano de 2011 foi sobretudo um ano de investimentos com acréscimo de 47% se comparado ao ano anterior, principalmente em razão da decisão de antecipar investimentos para o programa de renovação de redes de gás canalizado sobretudo nos bairros de Copacabana e Centro da Cidade que concentraram cerca de 50% do total dos investimentos e, ainda, com a expansão e instalação de redes.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2012, a Companhia obteve um crescimento das captações por ação comercial, frente ao real 2011 (8,4%), bem como um incremento líquido de clientes (+6,7%) contra o real 2011. No segmento de Geração Elétrica, a Companhia incrementou em 132,7% as vendas de gás, percentual comparado à realidade de 2011. As vendas para o segmento industrial apresentaram retração na ordem de 13%, tendo como principal causa a crise econômica que afetou a economia. Os segmentos comercial e residencial apresentaram crescimento com relação ao volume de vendas de 1,62%, frente ao volume de vendas realizado em 2011. Apesar das menores vendas do mercado convencional a margem convencional foi incrementada em +5,6% frente 2011.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Toda a variação ocorrida é informada no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços pela companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em janeiro de 2010, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 1,59% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009, além da aplicação do percentual de 2,00% sobre as margens vigentes em 31 de dezembro de 2009, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, maio, agosto e novembro de 2010, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 3,16%, 9,81%, 3,01% e 2,77% respectivamente.

Em janeiro de 2011, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 10,27% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens praticadas em 31 de dezembro de 2010, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, ocorreu aumento do custo de aquisição do gás natural, resultante do custo de gás de longo prazo, impactando sobre as tarifas em 4,63%.

Em 2007 verificou-se a diminuição da dívida financeira (resultante de menores gastos com juros) e da reestruturação do passivo financeiro da Companhia (resultante da substituição de obrigações de longo prazo a custos mais baixos), o resultado financeiro representou impacto positivo. Em 2008 e 2009, com a implementação da política monetária do Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da qual foi reduzida a taxa básica de juros (Selic), a companhia sofreu um impacto negativo.

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 2009 sofreu reversão ao final de 2010 com tendência de elevação da taxa básica de juros (Selic) visando conter a alta da inflação. Apesar do impacto referente à subida da Selic, a Companhia apresentou em 2010 um menor custo financeiro, frente ao ano de 2009. Este impacto, somado à redução do endividamento, gerou menor gasto financeiro com dívida, frente ao exercício anterior. O resultado financeiro apresentou em 2010 o valor negativo de R\$ 82.260 mil, frente ao valor negativo de R\$ 74.637 em 2009. Apesar do menor custo financeiro citado anteriormente, a Companhia apresentou um maior gasto com atualização monetária de processos em tramitação nas vias judiciais e variação monetária positiva ocorrida em 2009, o que não se repetiu no ano de 2010.

No início de 2011 a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) também foi de elevação da taxa básica de juros (Selic), contudo, a partir do agravamento da crise europeia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzi-la em seguidos cortes, passando de 12,50% para 11,00%, em dezembro de 2011. Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2010, a Companhia apresentou em 2011 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2011, o valor negativo de R\$ 67.586 mil, frente ao valor negativo de R\$ 82.260 em 2010. O endividamento financeiro da empresa, que era de 49,2% em 2010, caiu para 38,3% em 2011.

Em 2012, a partir do agravamento da crise europeia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzir a taxa Selic em seguidos cortes, passando a taxa de 11,00% para 7,25%, em dezembro de 2012. Com esta política de redução da Selic implantada pelo BACEN, a Companhia teve em 2012 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2012, o valor negativo de R\$ 47.221 mil, frente ao valor negativo de R\$ 67.586 em 2011. O endividamento financeiro da empresa, que era de 38,3% em 2011, caiu para 34,3% em 2012.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2010 a Companhia cumpriu o compromisso assumido em relação ao município de Maricá dando início ao abastecimento com GNC (gás natural comprimido).

Em 2011 e 2012 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve efeito relevante na composição acionária da companhia em 2012 e nem nos últimos três exercícios.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2010:

Foi realizado o registro contábil da operação de venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo, após realização de acordo nos autos da ação judicial que questionou a venda do terreno no ano anterior.

Revisão quinquenal de tarifas pelo quinquênio 2008-2012. Em 2009, a Companhia, de acordo com o BR GAAP antigo, efetuou o registro contábil da retroatividade da revisão tarifária, reconhecendo seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão. Como resultado da aplicação das novas práticas contábeis, o ativo regulatório foi revertido por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. No entanto, o referido ativo está sendo registrado na medida em que é realizado o faturamento adicional.

Foi realizado acordo em contenda judicial com a CEDAE. Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a referida empresa, no processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo, registrando a recuperação dos gastos em "Outras Receitas Operacionais", tendo em, 31 de dezembro de 2010, contra partida no ativo no valor de R\$ 19.333 com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 33.833 com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível será pago em 33 parcelas mensais remanescentes, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.

Em 2011:

Em decorrência dos acidentes ocorridos nas caixas subterrâneas da Light, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPERJ propôs uma Ação Civil Pública Coletiva nº 0101795-61.2011.8.19.0001, em face da Light e da CEG, visando prevenir a ocorrência de novos acidentes. Após a Light firmar um Termo de Compromisso com o MPERJ, a CEG, o MPERJ, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, visando encerrar a ação judicial, em 28 de julho de 2011, firmaram um acordo por meio de um Termo de Compromisso, que foi homologado pelo Juiz da 4ª. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no dia 03 de agosto de 2011, extinguindo o processo em relação à CEG. No acordo a CEG assumiu o compromisso de: (i) antecipar os investimentos previstos para renovação de sua rede de distribuição de gás localizada no Centro e Copacabana, considerando o atual programa de investimentos para manutenção e renovação de redes subterrâneas; (ii) as obras deverão ser concluídas no período de 12 (doze) meses; e (iii) duplicar no ano de 2011, em relação a 2010, o número de inspeções previstas em seu Programa de Monitoramento da rede de distribuição localizada no Centro e Copacabana. O descumprimento do acordo ou a ocorrência de novo acidente em que haja lesão corporal ou fatal, ou dano ao patrimônio público ou privado, decorrente de acidente comprovadamente causado por escapamento de gás natural canalizado, será aplicada à CEG uma multa no valor de R\$ 100 mil. Previamente à aplicação da multa, a CEG poderá se manifestar sobre a causa do evento, nos autos da ação judicial, ficando isenta do pagamento se comprovar que o gás canalizado de sua rede de distribuição não contribuiu ou foi causador do acidente. Desta forma, o pagamento da multa somente será devido após análise do Juiz acerca da responsabilidade da CEG, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Em 2012:

No ano de 2012 a Companhia cumpriu integralmente o Termo de Compromisso celebrado com o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, renovando a rede de distribuição de gás natural dos seguintes bairros: (i) Copacabana (28Km); e (ii) Centro (31Km). Tal compromisso gerou impacto no investimento da Companhia (+41,0%).

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na lei 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "*International Accounting Standard Board - IASB*". A aplicação da referida Lei e MP foi obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras. A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas: (i) Reversão de ativos e passivos financeiros e, (ii) Participação de não controladores.

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2011 e 2012 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado

Instrumentos financeiros: Os saldos a receber e a pagar de contratos de instrumentos financeiros derivativos passaram a ser apresentados em linhas separadas no balanço considerando o prazo de vencimento dos contratos. Esses montantes foram calculados a valor justo nas respectivas datas-bases.

Imposto de renda e contribuição social: Os ajustes referem-se à compensação de ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social que têm a mesma natureza (antecipação de impostos correntes).

Impostos diferidos: Conforme o CPC 32 os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos classificados como circulante, passaram a ser classificados como não circulante.

Contrato de concessão: Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo a Companhia reconhecia os gastos com a infraestrutura da concessão como ativo imobilizado. Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC01, em 1º de janeiro de 2010, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" o montante referente a esses bens vinculados à concessão que estão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no Contrato de Concessão, divulgado na Nota 15 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, os gastos de construção da rede de gás passaram a ser reconhecidos nas rubricas de receitas de vendas e custo dos serviços prestados.

Dividendos não aprovados: De acordo com o BR GAAP antigo, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com as políticas contábeis novas, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 28.638 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório. Da mesma forma, o montante de R\$ 53.843 em 31 de dezembro de 2009 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Plano de pensão: A Companhia passou a adotar o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais conforme disposições do CPC 33. No BR GAAP antigo, as perdas e os ganhos atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças de premissas, que excediam 10% dos ativos ou passivos do plano eram reconhecidas no resultado no período esperado de serviço remanescente dos participantes do plano.

Ajuste a valor presente: Esse ajuste é relativo ao CPC 12, que já estava em vigor em 2009, mas, como o efeito não era material, a Companhia não o registrou naquele exercício. Refere-se a impostos indiretos parcelados (ICMS CIAP).

Reservas de lucros: Exceto pelos itens de reclassificação, os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados e posteriormente transferidos para reserva de expansão em 1º de janeiro de 2009. As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs -nas seguintes datas: (i) Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009; (ii) Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009; (iii) Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Ativo regulatório: Em 2009, a Companhia, de acordo com o BR GAAP antigo, efetuou o registro contábil da retroatividade da revisão tarifária, reconhecendo seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão. Como resultado da aplicação das novas práticas contábeis, o ativo regulatório foi revertido por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. No entanto, o referido ativo está sendo registrado na medida em que é realizado o faturamento adicional.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes nos últimos três exercícios.

10.5 - Políticas contábeis críticas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

- (a) Reconhecimento da receita de venda de gás:** Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 157.153 (R\$ 79.257 em 31 de dezembro de 2011).
- (b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
- (c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais:** Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.
- (d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.
- (e) Vida útil do ativo intangível:** A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.
- (f) Provisão para contingência:** A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.
- (g) Benefícios de planos de pensão:** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da companhia.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar: a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não sejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

iv. contratos de construção não terminada

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b. natureza e o propósito da operação**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão.

A Companhia investiu em 2012 R\$ 155.552 mil, aplicados basicamente nos programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás.

Em comparação com o exercício anterior, cujo total de investimentos foi R\$ 110.329 mil, o nível de investimentos realizados pela Companhia teve um acréscimo de 41,0%. Este aumento se deu, sobretudo, no programa de conservação e renovação das redes de gás, que concentrou cerca de 51% dos investimentos, sendo o restante destinado a expansões, instalações de redes e outros.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto ao BNDES e captação de recursos também junto à bancos comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Com a conclusão do projeto de conversão do gás manufacturado para gás natural em 2007, foram desativadas estações de gás manufacturado.

Em 2008, 2009 e 2011 não houve desinvestimentos.

Em 2010 foi realizado o registro contábil da venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo.

Em 2012 não houve desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) projetos em desenvolvimento já divulgados:

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.10 - Plano de negócios

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

11. Projeções

11.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção;**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção;**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle;**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão.**

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

11. Projeções

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções, assim, não há acompanhamento e alterações relativas à projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia geral e administração

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. Atribuições de cada órgão e comitê

As atribuições da Diretoria (órgão) estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- O Diretor que possuir atribuições que contemplem relações com investidores, poderá acumular outras atribuições, de acordo com determinação do Conselho de Administração;
- Compete ao Diretor-Presidente o acompanhamento e fiscalização da implementação das determinações do Conselho de Administração e da política estratégica da Sociedade, bem como a coordenação e supervisão das atividades dos demais Diretores;
- Competem à Diretoria as atribuições fixadas em lei, observadas as demais normas deste estatuto, devendo as deliberações relativas às matérias constantes da letra (e) do Artigo 15 (abaixo apontada) e que se encontrem abaixo do limite ali fixado serem tomadas pela Diretoria;
- Compete ao Diretor Presente, em conjunto com outro Diretor, a nomeação e outorga de poderes aos Procuradores, para os fins estabelecidos neste Estatuto;
- É vedado aos Diretores e aos procuradores da Sociedade obrigar a mesma em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social, salvo quando se tratar de concessão de fianças em contratos de locação de imóveis destinados à moradia de diretores e/ou gerentes da Sociedade.

As atribuições do Conselho de Administração estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- (b) encaminhar à Assembleia Geral propostas de fusão, incorporação e cisão que envolvam a Sociedade;
- (c) autorizar a Sociedade a participar em outras sociedades;
- (d) orientar o voto da Sociedade nas reuniões de sócios-quotistas e nas assembleias gerais de acionistas de sociedades coligadas ou controladas;
- (e) autorizar a Diretoria a assumir qualquer responsabilidade ou obrigação pela Sociedade quando envolva valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e a exonerar terceiros do cumprimento de obrigações para com a Sociedade ou transações para prevenir ou por fim a litígios, ou não, quando envolva valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- (f) autorizar a alienação, a promessa de alienação ou a oneração de bens do ativo permanente;
- (g) escolher auditores independentes;
- (h) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- (i) eleger, suspender e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Sociedade e fixar-lhes a remuneração, as atribuições e responsabilidades;
- (j) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados pela Sociedade ou em via de celebração;
- (l) manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o relatório e as contas da Diretoria;
- (m) autorizar a representação da Sociedade por 1 (um) de seus Diretores ou por 1 (um) procurador nomeado nos termos do Artigo 19 deste Estatuto;
- (n) fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral, a remuneração dos administradores, quando votada em verba global;
- (o) convocar, por seu Presidente ou por seu substituto indicado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 13, ou por 2 (dois) quaisquer de seus membros, as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- (p) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, obedecidos aos limites legais e o disposto neste Estatuto;
- (q) outorgar poderes para procuradores que não os previstos no Artigo 19, Parágrafo Primeiro, deste Estatuto;
- (r) criar ou extinguir Diretorias, que possuirão sua denominação e atribuições determinadas pelo Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto;
- (s) autorizar a emissão de notas promissórias comerciais para subscrição pública ("*commercial papers*"); e,
- (t) resolver, quando delegado pela Assembleia Geral, sobre as condições de emissão de debêntures, conforme disposto no § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76 e autorizar a venda de debêntures, inclusive conversíveis em ações, de emissão da Companhia que estejam em tesouraria;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente. Nos três últimos exercícios foi instalado em 28/04/2009, 29/04/2011 e 29/04/2013.

Não há outros comitês instalados na Companhia.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação para o Conselho de Administração descrito no Estatuto Social. Com relação aos membros das Diretorias, observar o item (e) a seguir. Não há outros comitês instalados na Companhia.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições das Diretorias, cuja atuação está sujeita à fiscalização pelo Conselho de Administração e acompanha pelo Diretor Presidente, como previsto no Estatuto Social, estão descritas no regimento interno, sendo abaixo descritas:

Diretoria Comercial: Planificação comercial na expansão da rede, fixando os objetivos de crescimento de clientes e definindo os recursos e as políticas a serem aplicadas, levando em conta os critérios de rentabilidade definidos. Comercialização de gás natural a grandes clientes. Definição do plano comercial para cada uma das Zonas, produtos e segmentos de mercado. Acompanhamento das ações dos concorrentes, análise de potencial de mercado. Fixação de objetivos, definição da política de canal, da oferta comercial aos clientes, instaladores e canais alternativos. Ações de promoção e publicidade para o desenvolvimento dos usos do gás.

Diretoria de Gestão de Rede: Planificação da expansão, operação e manutenção da rede de gás, maximizando a rentabilidade dos ativos e otimizando a arquitetura e o dimensionamento da rede. Implantação e garantia do cumprimento das políticas de qualidade, segurança e meio ambiente do Grupo nos processos de distribuição. Exploração da rede de gás, gestão dos centros de atendimento de urgências e realização do dispatching e previsão da demanda. Revisão e atualização da normativa e da garantia de qualidade nas áreas de atividades de distribuição de gás, conforme os critérios do Grupo.

Diretoria de Operações: Consecução dos objetivos de crescimento dos pontos de fornecimento e demanda de gás, através da gestão e materialização em campo das atividades de captação e colocação em serviço de pontos de fornecimento de gás. Construção e manutenção das infraestruturas de rede de gás, aplicando as políticas, procedimentos e normas do Grupo para a manutenção das infraestruturas de gás, garantindo a máxima confiabilidade, qualidade e segurança do serviço, bem como a otimização dos custos. Execução e cumprimento do plano de manutenção da rede fixado pelo Gestor de Rede, bem como pelo atendimento de urgências para todas as zonas de distribuição. Operações domiciliares. Aplicação da execução dos planos comerciais em campo cumprindo com os objetivos fixados, fazendo uso dos recursos e políticas definidas pela unidade Comercial.

Diretoria de Planificação de Ingressos e Regulação: Liderar as negociações com os reguladores locais, estaduais e Federais, nos processos de revisão tarifária, elaborar estudos que contribuam a conhecer o mercado energético global e local e que ajudem a fortalecer a visão estratégica corporativa identificando novas oportunidades de negócio, gerir e otimizar os aprovisionamentos de energia conforme o planejamento corporativo, planos estratégicos e marco regulatório. Cumprir a gestão comercial dos contratos de fornecimento e distribuição com os clientes termoeletrônicos (existentes ou potenciais), com a finalidade de assegurar que a estratégia é coerente e consistente com a estratégia do grupo e maximizam o valor da empresa.

Diretoria de Compras, Prevenção e Serviços Gerais: É responsável pelo cumprimento das políticas, modelo operacional e da metodologia, no âmbito de compras, logística, homologação e qualidade de fornecedores. Também se responsabiliza por velar pelo cumprimento das políticas gerais e princípios de saúde, prevenção de riscos trabalhistas, meio ambiente e garantia da qualidade. Trata da gestão dos contratos com fornecedores de serviços gerais, da adequada exploração e funcionamento operacional. Gerencia e aperfeiçoa o patrimônio, assim como as aquisições, locações e vendas de imóveis. Analisa a necessidade e coordena o desenvolvimento de grandes reformas nos imóveis.

Diretoria de Recursos Humanos: Aplicar, coordenar e controlar as políticas de Recursos humanos nos âmbitos de relações laborais, desenvolvimento de RH, formação, serviços de recursos humanos, remuneração e previdência privada, conforme a legislação aplicável, as políticas corporativas e os princípios estratégicos do Grupo, com o fim de proporcionar o apoio necessário para o desenvolvimento do negócio localmente e garantir a coerência com os objetivos estratégicos.

Diretoria de Serviços Jurídicos: Coordenar e prestar serviços de assessoramento e gestão jurídica de todos os assuntos que ocorram e reportar as eventuais situações de risco, conforme a legislação vigente, aspectos regulatórios e as diretrizes, políticas e estratégias do Grupo, com o fim de garantir atuação em todo o momento dentro de um estrito cumprimento da legislação local, minimizando riscos jurídicos, de modo mais conveniente para a defesa de seus interesses e para que a corporação adote as medidas convenientes.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Diretoria de Econômico-Financeiro: Responsável pela implementação de políticas do Grupo marcados desde a Diretoria Geral Econômica Financeira em temas Financeiros, Fiscais, Contábeis e Controle de Gestão, levando em conta as particularidades locais do país.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não há mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração descrito no Estatuto Social.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia.

No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembleia geral e administração

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. prazos de convocação

Conforme lei 6.404/76, a convocação é publicada por três vezes em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Assim, a primeira convocação para assembleias é publicadas com 15 (quinze) dias de antecedência da data agendada para a realização do ato, e a segunda convocação é publicada com até 08 (oito) dias de antecedência, ambas em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Além disso, as Convocações são enviadas aos acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia.

b. competências

As atribuições da Assembleia de Acionistas estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses de cada ano para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem;
- A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, por um acionista eleito na mesma Assembleia, que convidará um acionista, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos;
- Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou administrador da Sociedade ou advogado ou instituição financeira, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia Geral;
- A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à Sociedade, podendo tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, bem como delegar poderes decisórios ao Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto e da legislação em vigor;
- As atas das Assembleias Gerais poderão ser publicadas por extratos, com sumário dos fatos ocorridos e transcrição das deliberações tomadas, observadas as disposições do parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976;
- Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, a pedido de acionista interessado, declarar a invalidade de voto proferido contra disposição expressa no acordo de acionistas arquivado na sede da Sociedade.
- A administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos por mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.
- Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos ficam disponíveis para análise na sede da Companhia, situada no endereço: Av. Pedro II, nº 68, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, a contar da convocação para o ato ou publicação dos documentos da Administração.

Além disso, os documentos são enviados aos acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia independentemente de solicitação, na forma prevista na legislação societária.

Para aprovação das matérias em Assembleia Geral Ordinária – AGO a Companhia publica, integralmente os documentos da Administração em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Não há no Estatuto Social da Companhia previsão de regras para identificação e administração de conflitos de interesses.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Tendo em vista que a Companhia não possui o controle pulverizado, não há solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Recepção da procuração, na sede da Companhia, para representação do acionista, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da Assembléia, não sendo aceitas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não há manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores mantém um canal direto de comunicação com os acionistas, obtendo um relacionamento próximo e freqüente, estando disponível para o recebimento de sugestões, informações, solicitações, propostas e pedidos de informações, com o objetivo de permitir a inclusão, e até mesmo a elaboração conjunta, sempre que possível, da ordem do dia que servirá como pauta para as Assembleias.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas	
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	O Globo - RJ	26/03/2013	
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2013	
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2013	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Jornal do Commercio - RJ	12/04/2013	
			15/04/2013	
			16/04/2013	
		O Globo - RJ	12/04/2013	
			15/04/2013	
			16/04/2013	
	31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	28/03/2012
O Globo - RJ			28/03/2012	
Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras		Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2012	
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2012	
Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras		Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2012	
			13/04/2012	
			16/04/2012	
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2012	
			13/04/2012	
			16/04/2012	
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras		Diário do Estado - RJ	30/05/2012	
		Jornal do Commercio - RJ	30/05/2012	
31/12/2010		Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	30/03/2011
			O Globo - RJ	30/03/2011
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2011	
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2011	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2011	
			13/04/2011	
			14/04/2011	
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2011	
			13/04/2011	
			14/04/2011	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	20/05/2011	
		Jornal do Comércio - RJ	20/05/2011	

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia geral e administração

12.5 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

a. frequência das reuniões

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho ou por 02 (dois) Conselheiros em caso de ausência do Presidente. A convocação deverá se feita por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

Analisando-se o histórico de reuniões, observa-se a realização pelo menos trimestral do Conselho de Administração da Companhia.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O acordo de acionistas firmado em 27 de abril de 2000, arquivado na sede da Companhia, não prevê restrições ao direito de voto, sendo, contudo, previstas hipóteses legais e estatutárias de votação tendo-se em conta *quorum* qualificado, conforme apontado no item 18.2 do Formulário de Referência.

A seguir, transcrevemos as disposições do Acordo de Acionistas relativas ao direito de voto, também descritas no item 15.5 do Formulário de Referência:

“As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, têm direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igualou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.”

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

No Estatuto Social da Companhia não há previsão de regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia geral e administração

12.5 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

Não há, no estatuto da Companhia, cláusula compromissória para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA 551.773.957-15	53 Administrador de empresas	Pertence apenas à Diretoria Diretor Econômico Financeiro e de Relações com Investidores	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
MIGUEL MARCELO NAPOLITANO 027.043.778-98	50 Tecnólogo Mecânico	Pertence apenas à Diretoria Diretor Comercial	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
KATIA VALVERDE JUNQUEIRA 908.884.487-91	53 Advogada	Pertence apenas à Diretoria Diretora de Serviços Jurídicos	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
KATIA BRITO REPSOLD 028.239.027-83	42 Engenheira	Pertence apenas à Diretoria Diretora de Gestão de Rede	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
GILBERTO GUIMARÃES ROSA DA SILVA 545.521.257-53	53 Contador e Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria Diretor de Serviços Compartilhados	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
DANIELE VIANA TOVAL CONRADO 079.971.577-86	36 Psicóloga	Pertence apenas à Diretoria Diretora de Recursos Humanos	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
FRANCESC SOLBES PONS 000.000.000-00	49 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013 29/04/2013	28/04/2014 Sim
JOSÉ PAIS RANGEL 239.775.667-68	73 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013 29/04/2013	28/01/2014 Não
NARCÍS DE CARRERAS ROQUES 000.000.000-00	46 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013 29/04/2013	28/04/2014 Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
JORDI GUTIERREZ OLIVER	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
054.433.577-51	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2013	Sim
GERMÁN PATRICIO MACCHI	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
000.000.000-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Não
RONALDO DIAS	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
221.285.307-68	Bancário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2013	Não
SERGIO MANUEL ARANDA MORENO	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014 28/04/2014
060.484.797-19	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2013	Sim
JUAN MANUEL OTOYA ROJAS	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
000.000.000-00	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Sim
PEDRO IGNACIO BERNAL	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
000.000.000-00	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2013	Não
CLAUDIO BARBOSA DA ROCHA	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
806.362.507-25	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Não
MAURICIO EDGARDO MIDON	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
000.000.000-00	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2013	Sim
RENATA BEZERRA CAVALCANTI	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
374.778.977-34	Engenheira	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Não

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
CLAUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
374.778.977-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Não
ANTONI ALMELA CASANOVA	56	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
054.099.587-80	Engenheiro	Diretor Geral	29/04/2013	Sim
BRUNO ARMBRUST	52	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
676.200.607-82	Arquiteto	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	29/04/2013	Sim
IGNACIO PASCUAL LOPEZ	46	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
061.369.337-05	Engenheiro	Diretor de Planejamento, Ingressos e Regulação	29/04/2013	Sim
JOSÉ MARIA MARGALEF BADENAS	54	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
054.680.497-75	Engenheiro	Diretor de Operações	29/04/2013	Sim
AILTON PINTO SIQUEIRA	74	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014
006.936.346-34	Banqueiro	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/04/2013	Não
FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA	41	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014
028.532.207-96	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
JAYME ANTONIO CORREA DE FREITAS	64	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014
273.813.747-49	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
MANOEL EDUARDO LIMA LOPES	70	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014
046.227.237-00	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/04/2013	Não
PAULO ANDRADE RODRIGUES	66	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
093.083.427-53	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
RENATO ACHUTTI	56	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014
334.651.420-04	Engenheiro	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA - 551.773.957-15

Nascido no Rio de Janeiro em 1960, é formado em Administração de Empresas pela Faculdade da Cidade do Rio de Janeiro, possui MBA em Finanças pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), em 2003 concluiu Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa ISE da IESE Business School – RJ e, em 2010 concluiu o Pós Graduação pelo Programa de Gerenciamento e Desenvolvimento Econômico – PMD no IESE – Universidade de Navarra – Barcelona / Espanha. Atuou em grande empresa do segmento varejista por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na CEG, em 1997 no cargo de Chefe de Serviço de Tesouraria, assumindo a Gerencia de Planejamento Financeiro e Tesouraria em 2003, passou à Gerencia de Finanças em 2005 e à Gerencia de Contabilidade e Consolidação em 2008, sendo indicado ao cargo de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores.

MIGUEL MARCELO NAPOLITANO - 027.043.778-98

Nascido na cidade de Avaré - SP em 1963, é formado em Tecnologia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), concluiu em 1994 uma Pós Graduação em Engenharia de Produto pela Universidade São Judas Tadeu, possui MBA em Gestão de Empresas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 1999, concluiu em 2005 uma Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School), em 2005 concluiu uma Pós Graduação em Engenharia do Gás Natural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atuou em grandes empresas do segmento industrial por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Gas Natural São Paulo Sul - GNSPS, em 2000 no cargo de Especialista Vendas Industriais, assumindo a Gerencia de Serviços Técnicos em 2004, passou à Gerencia de Comercial em 2007 e à Gerencia de Grandes Clientes para os negócios de Distribuição do Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil em 2009 e na CEG, sendo indicado ao cargo de Diretor Comercial.

KATIA VALVERDE JUNQUEIRA - 908.884.487-91

Nascida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1960. Formada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Pós-Graduada em Direito Empresarial pelo Instituto Metodista Bennett. MBA em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões pela Fundação Getúlio Vargas. Especialista em Gestão Empresarial pelo Instituto Superior da Empresa. Professora Universitária. Ingressou no grupo Gas Natural em 1998, como advogada sênior do Departamento Jurídico da CEG. Ocupou o cargo de Gerente de Assuntos Regulatórios.

KATIA BRITO REPSOLD - 028.239.027-83

Nascida no Rio de Janeiro em 1971. Formada em Engenharia Industrial Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1992 e Mestrado em Tecnologia Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1999. Atua na área de assistência a clientes, implementação de sistemas da qualidade, tendo atuado em diversas empresas tais como Exaplas Resinta Produtos Plásticos Ltda. E CBV Indústria Mecânica S/A, está no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 2001, onde atualmente é Diretora de Serviço ao Cliente.

GILBERTO GUIMARÃES ROSA DA SILVA - 545.521.257-53

Nascido na cidade do Rio de Janeiro - RJ em 1960, é formado no Curso de Ciências Contábeis e Administração, pela Faculdades Integradas Celso Lisboa - FICL, concluiu em Março de 1995 uma Pós Graduação Latu Sensu em Contabilidade para Gestão de Negócios pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluiu em 2003 um MBA em Desenvolvimento em Gestão Empresarial – DGE (ISE/ IESE Business School), concluiu em 2005 um MBA em Controladoria e Finanças pela Faculdades Integradas Candido Mendes, e atualmente está participando do Programa Avançado Gerencial AMP (ISE/ IESE Business School), com previsão de término agora em Dezembro de 2012.

Atuou em grandes empresas do segmento de petróleo e gás por quase 20 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Serviconfort (atualmente Gas Natural Serviços), em 2001 no cargo de Coordenador Administrativo Financeiro, sendo transferido para CEG no ano de 2003, onde assumiu a Gerencia de Administração e Fiscal (Contabilidade e Consolidação), passando em 2007 à Gerencia de Controle de Gestão (Controller), sendo indicado ao cargo de Diretor de Serviços Compartilhados.

DANIELE VIANA TOVAL CONRADO - 079.971.577-86

Nascida na cidade do Rio de Janeiro - RJ em 1977, é formada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 2007 e concluiu em 2011 um Programa de Desenvolvimento Gerencial no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School). Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, CEG, em 2000 no cargo de Especialista em Recursos Humanos, trabalhou nas diversas áreas de RH tais como desenvolvimento de recursos humanos, remuneração e organização. Assumiu a Gerência de Desenvolvimento de RH em 2007 e em 2012, foi indicada ao cargo de Diretor de Recursos Humanos.

FRANCESC SOLBES PONS - 000.000.000-00

Nasceu em Barcelona, Espanha, em 10.02.1964. Passaporte AD603533, expedido pelo governo da Espanha. Formado em Ciências Empresariais pela Universidade de Barcelona, MBA pelo Instituto de Empresa (Madri), Executive Master em Direção Econômico-Financeira pelo ESADE (Barcelona) e Formado em Programa de Desenvolvimento Diretivo pelo IAE (Universidade Austral de Buenos Aires). Incorporou-se ao Grupo Gas Natural Fenosa em julho de 1988, onde atualmente ocupa o posto de Diretor Econômico-Financeiro Internacional e, anteriormente, os de Controller de Negócios Varejistas, Controller América Latina, Controller Internacional, e Responsável por Projetos de Organização na Espanha, bem como os cargos de Gerente de Organização e Gerente de Administração de Pessoal na Argentina.

JOSÉ PAIS RANGEL - 239.775.667-68

Nascido em setembro de 09.09.1940. CPF/MF n.º 239.775.667-68. Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes. Atuou no Banco Central do Brasil entre 1961 e 1991. Foi Coordenador do Projeto do Sistema SELIC no Mercado Financeiro Brasileiro, e assessor da Comissão Especial de Desestatização – SEPLAN – da Presidência da República. Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A. Diretor Presidente do Banco Clássico S.A. (cargo atual). Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (cargo atual). Membro Titular do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A. (cargo atual). Administrador de Fundo de Investimentos credenciado pela CVM. Gestor do Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia (patrimônio líquido R\$ 3 bilhões) (cargo atual). Membro do Conselho de Administração da Dinâmica Energia S.A. Diretor da Social S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial (cargo atual). Fundador e Membro do Conselho de Curadores da CENTRUS – Fundação Banco Central de Previdência Privada. Coordenador do Programa de Desestatização de empresas de capital aberto controladas pelo Banco Central do Brasil. Presidente do Conselho de Administração da Cia. América Fabril. Membro Titular do Conselho de Administração da Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel. Presidente da Cia. Nacional de Tecidos Nova América.

NARCÍS DE CARRERAS ROQUES - 000.000.000-00

Nasceu em Barcelona, em 2/8/1967. Passaporte AA119275, expedido pelo governo da Espanha. Formado em Ciências Econômicas e MBA pela Escola Superior de Administração e Direção de Empresas (ESADE) de Barcelona. Inicou sua carreira no departamento de Finanças Corporativas do Banc Sabadell, especializando-se em “project financing” para projetos energéticos, e em fusões e aquisições. Em 1994 atuou como representante da Assessoria de Indústria do governo da Catalunha em Nova York, em 1995 passou a integrar a Equipe de Desenvolvimento de Negócios para o continente americano do Grupo Ansaldo (Gruppo Finmeccanica), sociedade italiana do setor de engenharia e construção de centrais elétricas. Em 2000 regressa à Europa e desenvolve atividades de consultoria em desenvolvimento de negócios e projetos no setor de infra estruturas em geral, e de energia. Em 2006 ingressa no Grupo Gas Natural como Diretor de Desenvolvimento Internacional. Com a aquisição da Unión Fenosa, desempenha o cargo de Diretor de Desenvolvimento Corporativo Eletricidade. Atualmente, é Diretor de Desenvolvimento Corporativo para América Latina do Grupo Gas Natural Fenosa. Ao longo de sua carreira profissional, esteve envolvido e foi responsável direto pela aquisição, desenvolvimento, financiamento e construção de empresas e projetos energéticos em países como a Espanha, Itália, França e outros países europeus como Turquia. No continente americano, teve responsabilidade executiva em países como os Estados Unidos, Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, México e América Central/Caribe.

JORDI GUTIERREZ OLIVER - 054.433.577-51

Nascido em Barcelona, Espanha, em 1965. Formado em Ciências Empresariais pela Universidad de Barcelona em 1996. Posteriormente fez especialização no IESE do Rio de Janeiro e atualmente cursa pós-graduação em Gás Natural na PUC. Trabalha no Grupo Gas Natural desde 1987, trabalhando na CEG como Gerente de Compras até o ano de 2004. Atuou como Gerente Geral da Gás Natural Serviços S/A e é como Diretor de Serviços Compartilhados na CEG.

GERMÁN PATRICIO MACCHI - 000.000.000-00

Nascido em Buenos Aires, Argentina, em 1966. Formado em Engenharia Industrial pela Universidade Nacional de Buenos Aires, com grande experiência na indústria de petróleo, com passagem por diversas áreas das empresas do Grupo Pluspetrol, onde trabalha desde 1983, e atualmente é Diretor Comercial.

RONALDO DIAS - 221.285.307-68

Nascido em 09.12.1946. CPF/MF nº 221.285.307-68. Eleito pelo acionista Fundo de Investimentos de Ações Dinâmica Energia. Contador formado pela Faculdade Moraes Júnior em 1976. Aposentado do Banco Central do Brasil, onde exerceu atividades de 1980 a 1998. Diretor de Administração e Finanças do RIOPREVIDÊNCIA em 2002. Ouvidor do Banco Clássico S.A. desde 2007.

SERGIO MANUEL ARANDA MORENO - 060.484.797-19

Nascido em Barcelona, Espanha, em 27.01.1959. CPF/MF nº 060.484.797-19. Formado em Engenharia Industrial Química pela Universitat Politècnica de Barcelona em 1990. Atua na área comercial e de análise e desenvolvimento de negócios desde 1989, tendo atuado no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 1982, onde atualmente é Diretor de Negócios.

JUAN MANUEL OTOYA ROJAS - 000.000.000-00

Nasceu em Popayán, Colômbia, em 08.07.1965. Passaporte Nº 79355999, expedido pelo Governo da Colômbia. Formado em Direito pela Universidade La Sabana, de Bogotá, Colômbia. Outros cursos: Universidad de Dundee: Direito, Política e Economia dos Recursos Naturais, com ênfase em Direito Petrolero, Dundee, Escócia, em 1994. Universidad de los Andes, Gestão Pública e Instituições Administrativas, Bogotá, D.C., 1996. INALDE, Programa de Desenvolvimento de Direção, PDD, Bogotá, D.C., 2.000. Ingressou no Grupo Gas Natural no ano 1999 na área de Serviços Jurídicos: Diretor de Serviços Jurídicos e secretário-geral, das empresas colombianas, filiais ou subsidiárias da Gas Natural SDG da Espanha, inicialmente na Colômbia, posteriormente Colômbia e América Central, para o grupo Gas Natural Unión Fenosa e, atualmente, América Latina. Atualmente é Diretor de Serviços Jurídicos para a América Latina.

PEDRO IGNACIO BERNAL - 000.000.000-00

Nascido na Argentina, é formado em Engenharia Industrial pelo Instituto Tecnológico de Buenos Aires (ITBA), com mais de 10 anos de experiência na indústria de Óleo e Gás, desenvolvendo vários projetos na Pluspetrol, onde atualmente é Gerente de Desenvolvimento de Negócios.

CLAUDIO BARBOSA DA ROCHA - 806.362.507-25

Nasceu em 14/05/1965 na cidade do Rio de Janeiro. Formado em engenharia Mecânica pela UERJ. Pós-Graduado em Marketing Estratégico pela FGV/RJ e em Finanças Corporativas pelo IAG/PUC-Rio. Mestre em Administração pelo IAG/PUC-Rio. Ocupou os cargos de engenheiro de ar condicionado na EMBRATEL, engenheiro de manutenção na empresa Tubos e Conexões Tigre e Conexões Tigre, engenheiro de produto, pós-vendas e chefe de serviços na empresa Springer Carrier e analista e chefe do departamento de subvenção econômica na FINEP. É funcionário do BNDES, no cargo de Engenheiro, desde 2009, onde, atualmente exerce uma das gerências no Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira 1 (DEPAC 1) da Área de Mercado de Capitais.

MAURICIO EDGARDO MIDON - 000.000.000-00

Nascido na Argentina, é Contador Público formado pela UBA - Fac. Cs. Económicas, com grande experiência na área econômico-financeira, com passagem por diversas áreas do Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 1993.

RENATA BEZERRA CAVALCANTI - 374.778.977-34

Nascida no Rio de Janeiro, em 10.05.1951. CPF 374 778 977-34. Formada em engenharia química em 1973, pela Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou na Petrobras por 25 anos, tendo atingido o último nível na carreira técnica dentro da empresa. Na carreira gerencial chefiou a Divisão de Engenharia de Produção, tendo sob sua responsabilidade a implantação dos projetos de plataformas de produção de petróleo da Bacia de Campos. Na BR distribuidora foi Assistente do Diretor de Mercado, e responsável pela área de novos negócios. Em 2007 juntou-se a equipe do Governo do Estado do Rio de Janeiro como subsecretária de Energia, Indústria e Logística, cargo que ocupou até dezembro de 2011, quando solicitou seu desligamento. Foi do conselho de Administração da Investierio, da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado e suplente no Conselho da Companhia Docas do Rio de Janeiro. É membro do Conselho de Energia da Firjan. Atualmente não ocupa cargo em conselhos de administração em outras sociedades de capital aberto.

CLAUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL - 374.778.977-34

Nascido no Rio Grande do Sul, em 27/04/1968, formou-se em economia pela PUC/RS em 1990. Mestrado em Economia - UFRGS (1993). MBA Executivo PDG/IBMEC – Programa Executivo de Desenvolvimento Gerencial (1999). De 1992 a 1993 exerceu o cargo de analista financeiro nas áreas de open market, derivativos, câmbio e bolsa de valores no Banco Icatu. Em 1993 ingressou no BNDES na área de Operações, em 1999 assumiu o cargo de Gerente no Departamento de Serviços de Privatização, em 2002 passou ao cargo de Gerente responsável pela modelagem das operações de equity nos setores petroquímico e petróleo e gás, em 2003 se tornou Chefe do departamento de Renda Fixa, em 2004 assumiu o cargo de Gerente no Departamento de Indústria Eletrônica, em 2008 passou a Chefe do Departamento de Máquinas e Equipamentos; em 2010 assumiu o cargo de Superintendente da Área de Crédito, atualmente ocupa o cargo de Superintendente da Área de Planejamento e também ocupa o cargo de Conselheiro de Administração em outras companhias, indicado pelo BNDES.

ANTONI ALMELA CASANOVA - 054.099.587-80

Nascido em Barcelona, Espanha, em 1957. Formado em Engenharia Industrial pela escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais de Barcelona, da Universidade Politècnica da Catalunya. Mestre em Gestão e Direção de Empresas pelo Instituto Catalão de Tecnologia. Atualmente é Diretor de Gestão de Ativos da empresa Gas Natural Distribuição SDG S/A, ingressou no grupo Gas Natural em 1981, já tendo atuado nas áreas de Construções de redes, Distribuição, Serviços a Clientes, Serviços Técnicos e Conexões, Projetos e Desenvolvimento ocupando cargos de Chefe de Serviços e de Diretor Comercial Residencial da CEG.

BRUNO ARMBRUST - 676.200.607-82

Nascido no Rio de Janeiro, Brasil, em 1961. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Gama Filho RJ. Pós graduado em Administração e Finanças pela UFRJ, Master IESE pela Universidade de Navarra (Espanha) e MBA em Direito Empresarial pela FGV. Membro efetivo dos Comitês de Energia e da Gestão da Competitividade da Firjan. Atual diretor presidente da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, empossado em 20/04/2007. Tendo atuado também como Diretor Técnico (1993-1995), Diretor de Planejamento e Relações Institucionais (1999-2001), Diretor Comercial (2001-2004) dentre outras atividades.

IGNACIO PASCUAL LOPEZ - 061.369.337-05

Nascido em Madri em 10/07/1967. Passaporte nº AAA 238125, expedido pelo governo da Espanha. Engenheiro Industrial formado pela Universidade Pontifícia de Comillas (ICAI) e MBA pelo Instituto de Empresa, se incorporou ao Grupo em 1998. Até assumir a presente posição, desenvolvia seu trabalho no âmbito Econômico-Financeiro na Unidade de Controller América Latina do Grupo Gás Natural Fenosa. Anteriormente ocupou postos no âmbito internacional da Unión Fenosa em funções corporativas ou relacionadas com Controle e Auditoria (EPSA – Colômbia, Grupo Electricaribe-Colômbia, Centro América e Moldávia e DEOCSA-DEORSA-Guatemala), e foi Consultor de Organização e Processos na SOLUZIONA-NORCONSULT. Fora do Grupo foi Responsável de Qualidade e adjunto ao Diretor de Produção de ALCALAGRES, S.A. Tomará posse no cargo de Diretor de Estudos e Regulação da Companhia após obtenção do visto necessário ao exercício do cargo.

JOSÉ MARIA MARGALEF BADENAS - 054.680.497-75

Nascido em Barcelona em 11/05/1959. Eleito Diretor Técnico da CEG em 23/10/2006. Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Politécnica da Catalunha em 1983. Ingressou no Grupo GasNatural em 1985, quando a Companhia em que trabalhava (Corberó S.A) foi incorporada. Ocupou diversos cargos técnicos e de direção no Grupo GasNatural, tendo sido, na CEG, Gerente de Projeto de Conversão e de Distribuição.

AILTON PINTO SIQUEIRA - 006.936.346-34

Nascido no Rio de Janeiro em 03.08.1939. CPF/MF sob o nº 006.936.346-34. Atuou no Banco Crédito Real de Minas Gerais de 1959 a 1960 e no BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro de 1960 a 1989, onde se especializou em contabilidade, ocupando os cargos de Inspetor, Auditor, Gerente de Agência e Gerente Geral de Planejamento, integrou a Comissão para exame de reabertura da Fábrica de Tecidos Nova América junto com membros no BNDES e Banco do Brasil, ingressou no Banco Clássico em 1990, sendo nomeado Diretor em 1998, e também ocupa o cargo de Diretor da Dinâmica Energia S/A, além de ocupar o cargo de Conselheiro Fiscal da Tractebel Energia S/A.

FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA - 028.532.207-96

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 01.09.1972. CPF/MF nº 028.532.207-96. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Experiência profissional como advogado, com ênfase na área de infra-estrutura (petróleo, gás, energia, rodovias, ferrovias e terminais portuários, entre outras): (i) 3 anos na Sociedade Michelin de Participações Ind. e Com. Ltda.; (ii) 5 anos na Sepetiba Tecon S.A., Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, tendo como acionistas, à época, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce; (iii) 3 anos no Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; (iv) Atual: Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A desde 2009 e da CEG desde 2008.

JAYME ANTONIO CORREA DE FREITAS - 273.813.747-49

Nascido no Rio de Janeiro em 1949. CPF/MF sob o nº 273.813.747-49. Formado em Contabilidade e Administração pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior. Trabalhou na Sul America Terrestres Marítimos e Acidentes de 1974 a 1979 como chefe de seção de classificação e análises; Supervisor contábil e posteriormente Gerente de Contabilidade da Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros de 1979 até a presente.

MANOEL EDUARDO LIMA LOPES - 046.227.237-00

Nascido no Rio de Janeiro em 07.07.1943. CPF/MF n.º 046.227.237-00. Formado em Contabilidade (1966) e Direito (1982) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro da Comissão de contabilidade da FEBRABAN e ASBACE, atuou no BANERJ, Banco do Estado do Rio de Janeiro de 1965 a 1994, tendo exercido cargos de auditor, superintendente de contabilidade entre outros, atuou também no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) como gerente de controle entre 1998 e 2001, além de desempenhar cargos de consultor e diretor de instituições financeiras, notadamente o Banco Clássico. Diretor do IBRACON e Professor Universitário da Faculdade Moraes Junior (Curso de contabilidade).

PAULO ANDRADE RODRIGUES - 093.083.427-53

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 19.01.1947. CPF/MF nº 093.083.427-53. Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior em 30.09.1977. Funcionário da CEG desde setembro de 1961, passando a exercer a função de Contador no período de 1987 até sua aposentadoria em março de 2009. Membro do Conselho Fiscal da empresa CEG RIO S/A desde 2009.

RENATO ACHUTTI - 334.651.420-04

Nascido no Rio Grande do Sul em 02.05.1957. CPF/MF nº 334.651.420-04. Formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1981, MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ, em 1990 e Pós-graduado em Marketing estratégico pela FGV/RJ em 1997. Atuando nas áreas Bancária, Financeira, Mercado de Capitais e Controladoria desde 1985, trabalhou em diversas empresas tais como Banco ABN AMRO S/A, Grupo Mesbla e na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG. Atualmente atua como Gerente Administrativo de uma Fundação de Pesquisa e Controle do Câncer. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A e da CEG desde 2008.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, instalados na Companhia ou previstos no Estatuto Social.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há nenhuma relação de parentesco entre os membros da Administração da Companhia ou membros do Conselho Fiscal nos parâmetros identificados no item 12.09 deste formulário de Referência.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia. Há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para América Latina, mantida pelo grupo controlador Gas Natural Fenosa.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****12. Assembléia geral e administração**

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Todos os administradores da Companhia são cobertos por apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O), com abrangência mundial. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de relações da atividade da Companhia.

O prêmio total do seguro, incluindo-se adicional de fracionamento, IOF e custo da apólice corresponde a R\$ R\$ 7.801,67.

São cobertos os seguintes riscos: (i) indisponibilidade de bens e “*penhoras-on-line*”; (ii) responsabilidades estatutárias; (iii) multas e penalidades civis; (iv) despesas de publicidade; (v) responsabilidades por erros e omissões na prestação de serviços profissionais; (vi) danos corporais; (vii) reclamações do tomador contra os segurados e segurado contra segurado; (viii) reclamação por danos ambientais; (xix) extensão de cobertura para cônjuge ou companheiro; (x) extensão de cobertura para espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais; (xi) extensão de cobertura para administradores de entidades externas identificadas; (xii) perdas de valores/títulos mobiliários.

12.12 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia Geral e Administração

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre assembléia geral e administração

A respeito do item 12.7 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há comitês estatutários, comitês de auditoria, de riscos, financeiro e/ou de remuneração instalados na Companhia

A respeito do item 12.9 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações mencionadas no referido item.

A respeito do item 12.10 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para a América Latina, mantida pelo Grupo Controlador Gas Natural.

Necessário ressaltar que não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, que é fixada pela Assembleia de Acionistas anualmente.

A Companhia possui para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.

b. composição da remuneração, indicando: i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv. razões que justificam a composição da remuneração;

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo, em regra aplicada correção monetária aos valores anualmente fixados.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia. No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras e, também o desempenho individual. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, a remuneração é estruturada de forma a motivar o atingimento não apenas dos objetivos individuais, mas, também, o das equipes e a meta global da empresa.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

Objetivos próprios: 40% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem desenvolvidos durante o ano.

Atuação profissional: 30% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos comportamentais, tais como: trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração.

Objetivos de direção: 20% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla a soma dos objetivos dos seus pares. Este indicador visa estimular a preocupação não apenas com o resultado individual, mas, também, estimular a visão de equipe.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Objetivos do grupo: 10% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Reflete o resultado global da empresa.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Com relação à remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal observa-se o objetivo de manter uma remuneração justa, garantindo a reposição das perdas inflacionárias.

Com relação à remuneração da Diretoria, a estruturação da política de remuneração variável da empresa procura incentivar a rentabilização dos investimentos e projetos desenvolvidos pela empresa, o atendimento às normas e regulamentos da concessão dos serviços e a valorização e respeito às pessoas e aos clientes.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há subsidiárias ou controladas. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Com relação ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembleia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito líquido e certo em caso de qualquer mudança do controlador, alterações de diretrizes internas, mudança ou rebaixamento de posição hierárquica, bem como de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros			0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			234.936,36	6.607.012,00
Benefícios direto e indireto			0,00	934.884,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	692.335,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	156.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	205.414,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações			0,00	0,00
Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros	12,00			10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	297.489,22			6.607.012,00
Benefícios direto e indireto	0,00			934.884,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			

Remuneração variável				
Bônus	0,00			692.335,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			156.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			205.414,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros		10,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		6.607.012,00		6.607.012,00
Benefícios direto e indireto		934.884,00		934.884,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		692.335,00		692.335,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		156.395,00		156.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		205.414,00		205.414,00
Cessação do cargo		0,00		0,00

Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
Total da remuneração			234.936,36	8.596.040,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00			10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	281.074,47			7.080.459,00
Benefícios direto e indireto	0,00			707.499,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			418.802,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			49.082,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros			3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			234.936,24	7.080.459,00
Benefícios direto e indireto			0,00	707.499,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	418.802,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	49.082,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações			0,00	0,00
Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros		10,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		7.080.459,00		7.080.459,00
Benefícios direto e indireto		707.499,00		707.499,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		418.802,00		418.802,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		331.947,00		331.947,00

Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		49.082,00		49.082,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
Total da remuneração	281.074,47			8.587.789,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros			3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			100.819,23	5.457.520,00
Benefícios direto e indireto			0,00	888.678,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	900.421,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	498.339,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	49.900,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações			0,00	0,00

Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros	12,00			10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	263.919,69			5.457.520,00
Benefícios direto e indireto	0,00			888.678,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			900.421,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			498.339,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			49.900,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros		10,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		5.457.520,00		5.457.520,00
Benefícios direto e indireto		888.678,00		888.678,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		900.421,00		900.421,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		498.339,00		498.339,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		49.900,00		49.900,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
Total da remuneração			100.819,23	7.794.858,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00			10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	249.192,42			5.133.040,00
Benefícios direto e indireto	0,00			908.959,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			656.577,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			370.430,00

Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			45.387,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros			3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			95.193,31	5.133.040,00
Benefícios direto e indireto			0,00	908.959,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	656.577,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	370.430,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	45.387,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações			0,00	0,00
Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros		10,00		10,00
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore		5.133.040,00		5.133.040,00
Benefícios direto e indireto		908.959,00		908.959,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente nos casos de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		656.577,00		656.577,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		370.430,00		370.430,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		45.387,00		45.387,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.		
Total da remuneração	249.192,42			7.114.393,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.3 Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho, quer vinculada a lucros e resultado.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2013 (Estimado- R\$)	2012 (R\$)	2011 (R\$)	2010 (R\$)	2009 (R\$)
Número de membros	10	10	10	10	10
Bônus	692.335,00	418.802,00	900.421,00	656.577,00	280.803,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	42.389,00	36.564,00	30.701,00	29.126,00	55.886,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	152.424,00	138.483,00	127.060,00	147.202,00	134.737,00
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no Resultado	Não há	Não Há	Não Há	Não Há	Não há
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há	Não Há
Outros	156.395,00	331.947,00	498.339,00	370.430,00	133.273,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a. termos e condições gerais; b. principais objetivos do plano; c. forma como o plano contribui para esses objetivos; d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor; e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; f. número máximo de ações abrangidas; g. número máximo de opções a serem outorgadas; h. condições de aquisição de ações; i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; j. critérios para fixação do prazo de exercício; k. forma de liquidação; l. restrições à transferência das ações; m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social¹

Em regra, cada Conselheiro de Administração possui pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Certo é que a companhia não possui regra de remuneração aos órgãos da administração com base em ações ou outros valores mobiliários.

Os Conselheiros Fiscais não possuem ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

Não há subsidiárias ou controladas.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	22.800.009
Diretoria Executiva	30.849
Conselho Fiscal	0

¹ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa é membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos foram divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (i) data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social; perdidas durante o exercício social; exercidas durante o exercício social; expiradas durante o exercício social; d. valor justo das opções na data de outorga; e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; d. em relação às opções exercíveis: (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação às opções exercidas informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; d. em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a. órgão; b. número de membros; c. nome do plano; d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; e. condições para se aposentar antecipadamente; f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Diretoria Executiva	
Número de membros	10
Nome do Plano de Previdência	Gasius e Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2012, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 879.695,37
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2012, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 94.659,12
Condições de resgate antecipado	Ver observação abaixo

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração.

Observação (1): Um Diretor é participante do plano de previdência complementar do tipo Benefício Definido, administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gasius. Sua contribuição desde a sua adesão ao plano no ano 1987 até Dezembro de 2012 foi de R\$ 173.686,70 (Reserva de Poupança). O resgate antecipado somente pode ocorrer, pelo valor da reserva de poupança e desde que ele se desligue da empresa.

Observação (2): Outros 04 diretores são participantes do plano do tipo “Contribuição Definida”, que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade, sem vinculação a aposentadoria pela previdência oficial.

Ao completar os 55 anos o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano - Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10, 15 ou 20 anos.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	10,00	10,00	10,00	12,00	12,00	12,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.822.286,00	1.661.799,00	1.327.116,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	373.275,00	438.766,00	370.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	779.869,00	858.778,90	711.439,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2012	Informações prestadas em conformidade com a faculdade conferida pelo artigo 67 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009.
31/12/2010	Informações prestadas em conformidade com a faculdade conferida pelo artigo 67 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009.

Conselho de Administração	
31/12/2012	A remuneração do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 11 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
31/12/2011	A remuneração do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros e atualmente vem funcionando com 11, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.
31/12/2010	A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 09 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.

Conselho Fiscal	
31/12/2012	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
31/12/2011	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.
31/12/2010	A remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, composto por 03 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Tais hipóteses não são previstas na política de remuneração da companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há pagamentos aos membros da administração nas condições acima especificadas, devendo-se observar as informações prestados no item 13.15, deste Formulário de Referência.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia, sendo certo que não integram comissões e não prestam serviços de consultoria ou assessoria.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*				
Global ao ano				
2009	2010	2011	2012	2013**
152.100,00	158.655,51	168.032,05	178.954,13	189.405,06

* Total de 05 membros **Proposta

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*				
Global ao ano				
2009	2010	2011	2012	2013**
212.940,00	222.117,71	235.244,87	250.535,79	265.167,08

* Total de 07 membros **Proposta

Alguns membros da Diretoria recebem remuneração do grupo controlador, por se tratarem de Diretores expatriados, que residem no Brasil somente em razão do exercício do cargo.

Diretoria Executiva	2009 (R\$)	2010 (R\$)	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (estimado)
Valores recebidos do Controlador a título de remuneração (Diretores expatriados)	2.078.516,00	2.149.880,00	2.328.001,00	2.218.602,00	2.724.762,00

OBS: Os valores consideram benefícios de qualquer natureza.

13.16 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre a remuneração da administração

A respeito dos itens 13.4, 13.5, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não possui nenhum plano ou tipo de remuneração baseado em ações.

Vale ressaltar, como informado no item 13.5 deste Formulário de Referência, que, em regra, cada Conselheiro de Administração possui pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Nenhum dos Conselheiros Fiscais possui ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****14. Recursos Humanos**

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações: a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); c. índice de rotatividade; d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas:

		Recursos Humanos					
		Total por grupos com base na atividade desempenhada			Total por localização		
		2012	2011	2010	2012	2011	2010
Número de empregados	Diretivos (empregados)	100	81	76	100	81	76
	Administrativo	31	38	47	31	38	47
	Técnico	306	321	316	306	321	316
Número de Terceirizados	Administrativo/apoio	129	310	372	129	310	372
	Área Técnica	170	91	62	170	91	62
	Área Comercial/Serv. cliente	28	40	48	28	40	48
Índice de rotatividade	Empregados	11,55%	10%	13%	11,55%	10%	13%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas (quantidade de processos trabalhistas)		1.681	1.880	1.734	1.681	1.880	1.734

Nos contratos de prestação de serviços com as empresas prestadoras de serviços terceirizados, há cláusulas que prevêm a obrigatoriedade da comprovação do adimplemento com as obrigações laborais e fiscais. O número de terceirizados refere-se a prestadores de serviços / terceirizados (que prestam serviços dentro das dependências da empresa no município do Rio de Janeiro).

Em relação à exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas recomenda-se a leitura do item 4.2 relativo à "Expectativa da variação na exposição aos riscos" deste Formulário de Referência.

r

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

14. Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

A Companhia não observou alterações relevantes com relação aos números divulgados na descrição dos recursos humanos apontada no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

14. Recursos Humanos

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da CEG é baseada na classificação de cargos em níveis de responsabilidade. Cada cargo possui um nível associado, ao qual é atribuída uma faixa salarial.

As movimentações salariais podem decorrer dos seguintes motivos:

- Reajuste Salarial – Reajuste concedido através de análise de posicionamento salarial na faixa e desempenho apresentado pelo empregado. Não resulta em alteração de cargo.
- Promoção – Movimentação na qual o empregado passa a ocupar uma posição de nível superior a atual.
- Transferência – Movimentação em que o empregado passa a ocupar uma posição em outra área da empresa, resultando ou não em aumento salarial.

A política de remuneração variável se aplica a dois grupos na empresa:

- Diretores, Gerentes e Chefes – A política de remuneração variável deste grupo é baseada no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Ademais, a remuneração deste grupo também é baseada na avaliação individual, que leva em conta os critérios de atuação profissional.
- Comercial e Operações – Política baseada em indicadores de captação de clientes, rentabilidade, prazo de carteira e consumo. É restrita aos empregados que atuam diretamente na captação de clientes residenciais, comerciais e industriais.

b. Política de benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Companhia oferece 23 tipos de benefícios a seus empregados, os quais estão a seguir indicados:

1. Assistência Médica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes legais para prestação de serviços de assistência médica e hospitalar. O Plano possui uma das redes mais completas e abrangentes de todo o Brasil. Além da cobertura ambulatorial e hospitalar possui cobertura médica em viagem, assistência pessoal e descontos na compra de medicamentos. O atendimento é através de rede credenciada ou livre escolha, com reembolso.
2. Assistência Odontológica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes para prestação de serviços odontológicos. Possui cobertura ampla e atendimento na rede credenciada do plano.
3. Auxílio Creche: Reembolso das mensalidades pagas por mães ou pais empregados à entidades especializadas na guarda, alimentação, higiene, conforto, segurança e assistência educacional dos filhos e enteados comprovadamente reconhecidos. O benefício é concedido até os filhos completarem 6,5 anos de idade. Os valores são fixados em Acordo Coletivo de Trabalho e até o segundo ano de vida o valor é acrescido em 56%.
4. Auxílio a pais e mães empregados que possuem filhos excepcionais: Pagamento mensal através da folha de pagamento de valor estabelecido em acordo coletivo, para realização de tratamento especializado, aos empregados (as) que possuem filhos, enteados ou tutelados que sejam excepcionais.
5. Auxílio Funeral: Reembolso das despesas, em caso de falecimento do empregado (a) ou por falecimento de seus dependentes. O valor limite do reembolso é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.
6. Auxílio Medicamentos: Este auxílio corresponde a 50% do custo com medicamentos necessários a tratamentos decorrentes de doenças originadas de acidente de trabalho reconhecido pela empresa e doenças crônicas, assim definidas em Acordo Coletivo de Trabalho.
7. Auxílio doença e Acidente de Trabalho: Os empregados que sofrerem redução da capacidade laboral, em decorrência de acidente de trabalho, desde que não estejam aposentados por invalidez, receberão treinamento pago pela empresa, se o INSS não tiver condições de proceder a sua readaptação.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

8. Bolsa de Estudos: Auxílio para participação em cursos de capacitação e qualificação profissional dos empregados e seus dependentes. O reembolso corresponde a 70% do valor da mensalidade de cada empregado, com um limite estabelecido em cada Acordo. O Procedimento encontra-se disponível para consulta a todos os funcionários por meio da rede interna de computadores. A empresa dispõe de um comitê que avalia todas as solicitações e define os contemplados por meio dos seguintes critérios:
 - Cursos que atendam aos objetivos do Plano Estratégico da empresa ou do grupo;
 - Cursos que estejam voltados às atividades do empregado;
 - Avaliação de desempenho do empregado realizada no último ano;
 - Empregado que tenha cursado algum curso técnico, de nível superior ou de pós-graduação e que estejam com matrícula do curso paralisada ou trancada;
 - Empregado que não possua curso técnico, superior ou pós-graduação.
9. Campanha de vacinação: Anualmente a empresa promove campanha de vacinação contra a gripe, disponibilizada gratuitamente a todos os empregados.
10. Cesta Básica: Benefício mensal concedido por meio de cartão magnético aos empregados de menores salários, para compra de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica de alimentos. Os valores dos tetos salariais para ter direito a este benefício e o valor do benefício, são fixados no Acordo coletivo de Trabalho.
11. Complementação de Auxílio doença (Previdenciário ou Acidentário): Benefício concedido aos empregados afastados de suas atividades laborais, em gozo de auxílio-doença previdenciário ou auxílio-doença acidentário concedido pela Previdência Social, e que não sejam participantes do GASIUS. Estes empregados farão jus, à custa da empresa, à complementação mensal do benefício previdenciário, por um período máximo de 24 meses. A complementação corresponde a 80 % da diferença entre as 12 últimas remunerações e o valor do benefício do INSS. É facultado, à empresa, após o 6º mês de pagamento da complementação, requerer que o empregado se submeta à exame do médico da previdência e/ou conveniado, podendo suspender o pagamento em caso de recusa do empregado.
12. Desconto na conta de Gás Residencial: Todo empregado tem direito a desconto de 20% na conta de gás residencial e
13. Empréstimo emergencial: A empresa concede, sem incidência de encargos financeiros, Empréstimo Emergencial, com o propósito de auxiliar financeiramente, seu empregado e sua família, em momentos de adversidade. A verba a ser emprestada corresponde até a duas remunerações e o desconto pode ser em até 24 meses, definidas no Acordo Coletivo de Trabalho.
14. Empréstimo para compra de material escolar: Empréstimo oferecido pela empresa, nos três primeiros meses do ano, sem incidência de encargos financeiros, visando à aquisição de material escolar, sendo beneficiados os empregados e seus dependentes. A verba a ser emprestada e as parcelas para desconto, são definidas no Acordo Coletivo de Trabalho.
15. Licença Maternidade: Com a adesão ao programa Empresa Cidadã a Licença maternidade que antes era de 4 meses, foi ampliada para 6 meses.
16. PLR: Anualmente é discutido entre a empresa e o sindicato Representante dos empregados, metas para o programa de PLR – Participação nos Lucros e Resultados. As metas do programa são discutidas entre a empresa e o sindicato e são fixadas a partir de critérios objetivos. O programa do ano de 2013 contempla as seguintes metas: (a) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social;
 - (b) acréscimo do número anual de clientes;
 - (c) redução do índice de absenteísmo; e
 - (d) índice satisfação global dos clientes.
17. Previdência Privada: Plano de Previdência complementar de aposentadorias do tipo CD – contribuição definida. A Contribuição é calculada a partir de um percentual do salário base, escolhido pelo empregado e a empresa aporta valor igual ao aportado pelo empregado. O Benefício será pago ao empregado a partir da data em que o mesmo completar 55 anos (aposentadoria antecipada) ou 60 anos (aposentadoria plena).
18. Serviço de ambulância móvel: Serviço contratado pela empresa, a fim de atender aos empregados nas situações de urgência e emergência, quando os mesmos estiverem nas dependências da empresa ou a serviço da mesma, através de contato telefônico com a Central de Atendimento do Serviço.
19. Seguro de vida em grupo: Benefício custeado, integralmente, pela empresa, com inclusão automática, que garante, em caso de falecimento ou invalidez permanente total ou parcial por acidente do empregado,

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

assistência financeira a seus familiares. O capital segurado é definido em múltiplo de salário, o qual é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.

20. Vale refeição: Benefício concedido ao empregado para cobrir despesas com refeição. São fornecidos, mensalmente, créditos em cartão magnético, correspondente a alimentação de 22 dias de efetivo trabalho. Não é concedido nos períodos de férias e afastamentos. O valor diário é estabelecido em Acordo Coletivo e o empregado contribuir mensalmente com a quantia de R\$ 0,10.
21. Empréstimo consignado: Regulamentado pela Lei n.º 10820, de 17/12/2003, tem como objetivo propiciar recursos aos colaboradores, a custos bem inferiores aos meios mais comuns de financiamentos, como cheque especial, cartão de crédito ou limites pré-aprovados, por exemplo, com a facilidade do desconto na folha de pagamento, possibilitando ao empregado acesso a orientação quanto ao planejamento financeiro. O Banco Alfa é a instituição financeira contratada para viabilizar esses serviços.
22. Flexibilização de Horário: A empresa possibilita diariamente a flexibilização de horário em 60 minutos e para permitir a conciliação entre a vida pessoal e profissional, estabelece compensações entre dias pontes e saída antecipada às sextas feiras.
23. Abono por faltas ao Serviço: Abono para assunto particular de 2 (dois) dias por ano para quem trabalha no regime de turnos de revezamento, em atividade ininterrupta.

- c. **Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: 1. Grupos de beneficiários; 2. Condições para exercício; 3 Preços de exercício; 4. Prazos de exercício; 5. Quantidade de ações comprometidas pelo plano;**

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, assim, nenhuma ação de emissão da Companhia é comprometida pelo plano de remuneração dos empregados e colaboradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

14. Recursos Humanos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

São realizadas de 04 (quatro) a 06 (seis) reuniões anuais com o Sindicato dos trabalhadores nas empresas de energia do Rio de Janeiro e Região, para negociar separadamente o reajuste referente a data base e a Participação nos lucros - PLR . As propostas são apresentadas em Assembleia dos Trabalhadores na sede do Sindicato.

As negociações são conduzidas por representantes da empresa da área de Recursos Humanos, Advogado Trabalhista de Escritório Externo, Gerente da área Operacional e por membros do Sindicato da classe.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Gas Natural SDG S.A						
05.469.385/0001-54	Espanhola	Sim	Sim	18/07/1997		
	9.814.982.372	18,901302%	0	0,000000%	9.814.982.372	18,901302%
Gas Natural Internacional SDG S.A						
05.469.380/0001-21	Espanhola	Sim	Sim	16/07/2004		
	18.311.534.269	35,263623%	0	0,000000%	18.311.534.269	35,263623%
OUTROS						
	23.798.588.683	45,830374%	0	0,000000%	23.798.588.683	45,830374%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	2.441.148	0,004701%	0	0,000000%	2.441.148	0,004701%
TOTAL						
	51.927.546.472	100,000000%	0	0,000000%	51.927.546.472	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Gas Natural Internacional SDG S.A				05.469.380/0001-21	
Gas Natural SDG S.A					
05.469.385/0001-54	Espanhola	Não	Sim	03/02/1995	
58.250.000	100,000000	0	0,000000	58.250.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
58.250.000	100,000000	0	0,000000	58.250.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Gas Natural SDG S.A				05.469.385/0001-54		
Criteria Caixa Corp. S/A						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	229.483.303	37,490000	229.483.303	37,490000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	259.280.702	38,280000	259.280.702	38,280000	
Repsol YPF S/A						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	148.296.584	24,230000	148.296.584	24,230000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	0	637.060.589	100,000000	637.060.589	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Gas Natural SDG S.A				05.469.385/0001-54		
Criteria Caixa Corp. S/A						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	229.483.303	37,490000	229.483.303	37,490000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	259.280.702	38,280000	259.280.702	38,280000	
Repsol YPF S/A						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	148.296.584	24,230000	148.296.584	24,230000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	0	637.060.589	100,000000	637.060.589	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Critéria Caixa Corp. S/A					
OUTROS					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
TOTAL					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Repsol YPF S/A					
OUTROS					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
TOTAL					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Critéria Caixa Corp. S/A					
OUTROS					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
TOTAL					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Repsol YPF S/A					
OUTROS					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
TOTAL					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	62
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	12
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	4

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	23.798.541.542	45,830283%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	23.798.541.542	45,830283%

15.4 - Organograma dos acionistas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle

15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2

O Organograma do grupo controlador foi inserido no item 8.2 deste formulário de referência.

Conforme informado no item 15.2 deste formulário de referência, não há acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. Partes

BNDES PARTICIPAÇÕES S/A – BNDESPAR,

GEC PARTICIPAÇÕES LTDA

GAS NATURAL SDG S/A

IBERDROLA INVESTIMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA e

PLUSPETROL ENERGY S/A

com interveniência da COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG.

b. data de celebração

27 de abril de 2000.

c. prazo de vigência

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igualou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, tem direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Observar a informação constante do item (d) acima, a respeito do exercício do direito de voto.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Não há cláusulas relativas à transferência de ações ou preferências, inclusive ficando expressamente apontado no acordo que não recai sobre as ações da BNDESPAR qualquer direito de preferência ou gravame.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas restritivas, devendo-se observar a informação constante do item (c) acima, a respeito do prazo de vigência do acordo de acionistas, que está vinculado à participação acionária do BNDESPAR.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor nos últimos três exercícios sociais.

15.7 - Outras informações relevantes**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****15. Controle****15.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre o controle**

Com relação aos itens 15.1 /15.2 deste formulário de referência, é necessário destacar que os acionistas controladores do grupo controlador da CEG, empresas espanholas, indicam a participação que exercem no controle das companhias por eles controladas por meio de seus direitos de voto direto e indireto nas controladas. Desta forma, por analogia, e visando preencher o quadro referente a tais itens, foram indicados os direitos a voto indiretos nas lacunas referentes às “ações preferenciais” no formulário.

Como a seguir indicado, a Caja de Ahorros y Pensionistas de Barcelona (La Caixa), que é uma entidade pública espanhola, possui participação no capital Social da Repsol YPF S/A e da Criteria Caixa Corp. S/A, que são as empresas controladoras dos acionistas controladores da CEG.

Assim, a fim de garantir a máxima transparência com relação ao grupo de controle da CEG, destacamos a seguir as informações publicamente disponíveis e acessíveis, visando melhor informar ao mercado, ainda que o preenchimento dos itens não tenha se dado de forma a identificar tais informações.

CEG - Acionistas	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO EM 26.04.2010*			Acordo de Acionistas*	Data da última alteração da posição acionária
			% Capital Social	% Ações Ordinárias**	Quantidade ações ordinárias		
Grupo de Controle						Participante	-
GAS NATURAL SDG S.A	05.469.385/0001-54	ESPANHA	18,90%	18,90%	9.814.982.372	Sim	18/07/1997
GAS NATURAL INTERNACIONAL SDG S.A	05.469.380/0001-21	ESPANHA	35,26%	35,26%	18.311.534.269	Sim	16/07/2004

A CEG possui apenas ações ordinárias.

Gas Natural Internacional SDG S.A - Acionistas	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO			Data da última alteração da posição acionária
			% Capital Social	% Ações Ordinárias**	Quantidade ações com direito a votos diretos	
Grupo de Controle						-
GAS NATURAL SDG S.A	05.469.385/0001-54	ESPANHA	100%	100%	58.250.000	3/2/1995

Gás Natural SDG S.A	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO			Data da última alteração da posição acionária
			% Capital Social	Quantidade ações com direito a voto direto	Quantidade ações com direito a voto indireto	
Grupo de Controle						-
CRITERIA CAIXACORP, SA	N/A	ESPANHA	37,495%	-	229.483.303	2/4/2009
REPSOL YPF, S.A	N/A	ESPANHA	24,230%		148.296.584	2/4/2009
Outros	N/A	ESPANHA	25,65%	-	163406041	

Criteria Caixacorp, S.A.	CNPJ	PAÍS	% Capital Social
Grupo de Controle			
CAJA DE AHORROS Y PENSIONES DE BARCELONA (“LA CAIXA”)	N/A	ESPANHA	79,44%

REPSOL YPF SA	CNPJ	PAÍS	% Capital Social
Grupo de Controle			
CAJA DE AHORROS Y PENSIONES DE BARCELONA (“LA CAIXA”)	N/A	ESPANHA	14,123%

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

16.1. Transações com partes relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Para a contratação entre partes relacionadas que envolvam a Companhia, é necessária a apreciação e aprovação dos termos do contrato e/ou avaliação do negócio pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo a proposta ser feita pela Diretoria da Companhia em Reunião do Conselho de Administração.

Além do controle dos contratos realizados entre partes relacionadas que é feito pela Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, cada área diretamente afetada / interessada na operacionalização do contrato fica responsável pelo seu acompanhamento e controle.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Gas Natural SDG S/A	01/06/2005	892.250,00	Cerca de R\$ 178.450,00 (anualmente impactado por cotação euro)	Não é possível aferir	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Aluguel de equipamentos de informática, processamento de dados e outras avenças - SIEBEL - CRM						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural SDG S/A	01/06/2005	6.841.063,00	Cerca de R\$ 1.368.213,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Aluguel de equipamento de informática, processamento de dados e outras avenças - SGC / CI						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural SDG S/A	01/04/2005	245.000,00	Cerca de R\$ 245.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Implantação SAP R/3 Econ. Fin. e Compras (utilização remota dos servidores)						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Gas Natural SDG S/A	01/04/2005	272.500,00	Cerca de R\$ 272.500,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Implantação SAP R/3 Econ. Fin. e Compras (comunicação)						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural SDG S/A	01/04/2005	150.000,00	Cerca de R\$ 150.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Implantação SAP R/3 Econ. Fin. e Compras (manutenção funcional)						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	83.411,00	Cerca de R\$ 16.682,00 (anualmente)	Não é possível aferir	04 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	148.949,00	Cerca de R\$ 59.579,72 (anualmente)	Não é possível aferir	05 anos	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de informática - cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural SDG S/A	02/06/2004	750.000,00	Cerca de R\$ 150.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Utilização do portal internet e utilização serviços helpdesk						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural SDG S/A	01/01/2005	204.000,00	Cerca de R\$ 204.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Uso e manutenção de software						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural SDG S/A	01/01/2007	406.250,00	Cerca de R\$ 81.250 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	05 anos	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Prestação de serviços de auditoria interna						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural Serviços S/A	01/01/2007	41.425,00	Cerca de R\$ 13.808,00 (anualmente)	Não é possível aferir	03 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de pessoal - cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural SDG S/A	02/01/2008	187.500,00	Cerca de R\$ 187.500,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Implantação e metodologia SOX						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
CEG RIO S/A	02/01/2003	864.904,00	Cerca de R\$ 864.804,00 (anualmente)	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa e reembolso de despesas / custos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
CEG RIO S/A	02/01/2003	21.969,28	Cerca de R\$ 21.969,28 (anualmente)	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de informática – cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****16. Transações com partes relacionadas****16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima, ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

No item 16.2 deste Formulário de Referência, não foram individualizadas transações, contudo a Companhia entende necessário destacar que:

- (i) De acordo com o contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia possui exclusividade na prestação do serviço de distribuição de gás canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do Estado). A mesma se aplica à empresa que presta o mesmo serviço na região do interior do Estado, a qual é controlada pelo mesmo grupo econômico. Tais características, principalmente tendo em conta a falta de concorrência na prestação do serviço específico, resultam naturalmente, no compartilhamento de práticas operacionais. Desta forma, a contratação entre as partes submetidas ao controle comum (ressaltando-se que uma companhia não possui participação acionária na outra) não resulta em conflitos de interesses.
- (ii) Da mesma forma, em se tratando o grupo controlador de operador técnico da Companhia, conforme definido no programa estadual de desestatização, a utilização da tecnologia desenvolvida por empresa do mesmo grupo, no Brasil ou no exterior, também não resulta em conflitos de interesses, posto que na verdade, trata-se justamente da operacionalização do serviço pelo operador técnico.
- (iii) as transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, são realizadas dentro dos mesmos parâmetros que teriam sido contratadas com partes não relacionadas. Para tanto, a empresa observa os valores praticados no mercado, bem como os serviços que são oferecidos, buscando informações comparativas no mercado, inclusive com relação à capacitação técnica para a realização do objeto do contrato;
- (iv) muitas vezes são obtidas melhores condições comerciais ou financeiras (quanto à forma de pagamento e/ou, prazo) nas transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, justamente tendo em conta uma política do grupo controlador de aplicar em todos os países nos quais mantém operações, as mesmas regras de controle e sistemas, visando a troca de experiências, o aprimoramento de serviços e de produtos, tendo em conta as distintas realidades vividas em cada país onde mantém operações;
- (v) além disso, garante o objetivo de assegurar a mesma qualidade e eficiência dos serviços prestados todos os países em que mantém operações, por meio da utilização dos mesmos sistemas e controles, melhorando a eficiência da prestação dos serviços do grupo;
- (vi) as condições verificadas nas transações são sempre comutativas, tendo em vista a própria obrigação de cumprir as normas legais dos países onde o grupo mantém suas operações e do país de sua sede, sendo certo que, cada contrato deve ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, ao exercer o controle e fiscalização sobre os atos da administração (diretoria), exigem que os requisitos relativos a comutatividade e ao tratamento de conflitos de interesses, se houver, sejam atendidos, caso a caso.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/04/2013	362.342.011,76	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/04/2013	362.342.011,76	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2013	362.342.011,76		51.927.546.473	0	51.927.546.473

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/04/2010	Assembleia Geral de Acionistas	26/04/2010	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/04/2011	Assembleia Geral de Acionistas	29/04/2011	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/04/2012	Assembleia Geral de Acionistas	27/04/2012	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/04/2013	Assembleia Geral de Acionistas	29/04/2013	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve nenhum dos eventos descritos no item 17.3 deste Formulário de Referência nos últimos três exercícios.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

17. Capital Social

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre o capital social

Não há outras informações relevantes sobre o capital social.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos são distribuídos anualmente.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos estão assegurados estatutariamente, somente podendo ser alterados por meio de deliberação de Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas que altere o Estatuto Social da Companhia, destacando-se que o direito a dividendos observa a legislação societária vigente.
Outras características relevantes	A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, não havendo previsão estatutária divergente da legislação societária.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto aos acionistas ou que os obriguem a realizar oferta pública, contudo, para a aprovação de determinados temas é adotado quorum qualificado, conforme a seguir identificado:

TEMA	PREVISÃO LEGAL
Eleger ou destituir o Presidente do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, §1º e § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros Conselho Fiscal	Art. 132, III da Lei S/A
Reformar o Estatuto Social	Art. 122, I Lei S/A
Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia	Art. 122, II Lei S/A
Tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas	Art. 122, III Lei S/A
Autorizar a Emissão de Debêntures	Art. 122, IV Lei S/A
Suspender o exercício dos direitos do acionista	Art. 122, V Lei S/A
Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do Capital Social	Art. 122, VI Lei S/A
Autorizar a Emissão de Partes Beneficiárias	Art. 122, VII e 136 VIII e X Lei S/A
Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, e cisão da Companhia, sua dissolução e I liquidação, eleger liquidantes e julgar-lhes contas	Art. 122, VIII e 136 IV e IX Lei S/A
Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata	Art. 122, IX Lei S/A
Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido	Art. 132, II da Lei S/A
Deliberar sobre a distribuição de Dividendos	Art. 132, II da Lei S/A
Criação de ações preferenciais, aumento de classes, alterações nas preferências, nas vantagens, nas regras de resgate ou amortização de ações preferenciais; redução do dividendo obrigatório; participação em grupo de sociedades. Mudança no objeto social, cessação do estado de liquidação,	Art. 136 I a X Lei S/A

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

18. Valores mobiliários

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos, previstas no estatuto.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2012**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	60,00	60,00	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	120.000	60,00	60,00	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.500	65,00	61,25	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	75.328	65,00	61,15	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil

Exercício social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	92.005	40,01	40,00	R\$ por Lote de Mil
30/06/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.304	45,00	40,01	R\$ por Lote de Mil
30/09/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.200	44,00	44,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.800	44,00	44,00	R\$ por Lote de Mil

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia possui apenas ações ordinárias, não tendo emitido valores mobiliários nos últimos três exercícios.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são negociadas somente no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.7 Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: a. país; b. mercado; c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; d. data de admissão à negociação; e. se houver, indicar o segmento de negociação; f. data de início de listagem no segmento de negociação; g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; i. se houver, banco depositário; j. se houver, instituição custodiante;

Não há emissão de valores mobiliários, pela Companhia, para negociação em mercados estrangeiros.

Conforme destacado no item 18.06 do Formulário de Referência, as ações da Companhia, todas ordinárias, são negociadas somente no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****18. Valores mobiliários****18.8 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.**

Não houve ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia no atual exercício e nem nos três últimos exercícios sociais.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas, sendo a única companhia de capital aberto integrante do grupo de empresas que estão submetidas ao mesmo controle acionário.

Os acionistas controladores da Companhia não possuem valores mobiliários admitidos à negociação em mercado Brasileiro.



18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.9 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não houve ofertas públicas de aquisição relativas a valores mobiliários da Companhia no atual exercício e nem nos três últimos exercícios sociais.



18.10 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.10 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre valores mobiliários

A respeito do item 18.5 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não emitiu outros valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão, no atual exercício social e nem nos três últimos exercícios sociais.



COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS
DO RIO DE JANEIRO-CEG

Av. Pedro II, 68 - São Cristóvão
CEP 20.941-070 - Rio de Janeiro
RJ - Brasil

Tel.: (21) 3115-6565
www.ceg.com.br

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui plano e recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2012****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

Exercício social 31/12/2011**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

Exercício social 31/12/2010**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**Valor mobiliário** Ações

Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			2.441.148	215.362,09	R\$ por Lote de Mil	20/08/2010	0,004700

19.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

19. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria

19.4 Outras informações relevantes sobre planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria.

A Companhia não possui plano de recompra de ações mantendo, entretanto, 2.441.148 (dois milhões, quatrocentas e quarenta e uma mil, cento e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal em tesouraria, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do processo nº 0023716-49.2003.8.19.0001 (2003.001.024409-2), que determinou à Companhia a recompra das ações ordinárias detidas pelo acionista minoritário Sr. Fernando Cardoso Ferreira.

Reconhecida a procedência da causa proposta pelo acionista minoritário, foi fixado o valor da recompra pelo MM. Juízo da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ainda se discute o valor da execução (recompra), cujo montante foi depositado judicialmente, estando pendente de julgamento o recurso de Agravo de Instrumento, interposto pela Companhia, uma vez que o autor considerou em seu cálculo o valor histórico das ações, quando o valor destas deveria ser fixado com base na sua cotação de mercado, em obediência à Instrução CVM nº 10/80.

As ações ordinárias objeto da operação de recompra serão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

No mês de agosto de 2010 a Companhia informou ao mercado sobre a obrigação determinada judicialmente por meio de dois Comunicados emitidos, nos dias 18/08/2010 e 27/08/2010.



20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui política de negociação de valores mobiliários aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 da Instrução Normativa 358/2002 alterada pela Instrução Normativa 449/2007 da CVM.

20.2 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

20. Política de negociação de valores mobiliários

20.2 Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:

- a. data de aprovação;**
- b. pessoas vinculadas;**
- c. principais características;**
- d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:**

A Companhia não possui política de negociação de valores mobiliários aprovada pelo Conselho de Administração na forma do artigo 15 da Instrução 358/2002 alterada pela Instrução 449/2007.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

21. Política de divulgação

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores é pautada em um Procedimento Interno da Companhia (denominado REL.INV-01-BRA. Ver. 1/08.2009) no qual são definidas as suas funções e responsabilidades, dentre elas o relacionamento com o mercado, com os acionistas e com os órgãos reguladores do mercado.

De acordo com o mesmo documento, a Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores também conta com o suporte da Diretoria de Assuntos Jurídicos da Companhia, certificando-se de que todas as obrigações legais sejam corretamente e tempestivamente cumpridas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21. Política de divulgação

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Conforme política de divulgação adotada pela Companhia, destacamos a seguir as regras concernentes aos procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.

IV. DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

4.1. Compete ao Diretor de Relações com Investidores a divulgação e a comunicação à CVM e às Bolsas de Valores de qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, de forma simultânea, em todos os mercados em que tais Valores Mobiliários sejam admitidos a negociação.

4.2. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, para que este proceda de acordo com o disposto no presente instrumento, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tiverem conhecimento em razão do exercício de suas funções na Companhia.

4.3. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser realizada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores.

4.3.1. Na hipótese de ser imperativa a divulgação de Ato ou Fato Relevante durante o horário de funcionamento das Bolsas de Valores, o Diretor de Relação com Investidores poderá, no momento da divulgação, solicitar a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários nas referidas entidades.

4.4. A divulgação referida no item 4.1. poderá ser realizada:

(a) por meio de publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a mais ampla divulgação; ou

(b) de forma resumida, sendo que, neste caso, deverá ser indicado o endereço na rede mundial de computadores - *Internet* onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor idêntico ao remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

4.5. Qualquer Ato ou Fato Relevante que vier a ser divulgado por representante da Companhia através de qualquer meio de comunicação, inclusive em reuniões com analistas de mercado, investidores ou com público selecionado, deverá ser simultaneamente comunicado à CVM, às Bolsas de Valores e ao mercado em geral.

4.6. As Pessoas Vinculadas que constatarem omissão do Diretor de Relações com Investidores na divulgação de qualquer Ato ou Fato Relevante somente se eximirão de suas responsabilidades pessoais se comunicarem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

4.7. A divulgação de informações em operações de oferta pública de Valores Mobiliários e em operação de alienação de controle acionário da Companhia deverá observar o disposto nos artigos 10 e 12 da Instrução CVM n° 358/02.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

5.1. Os Atos ou Fatos Relevantes poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia.

5.2. Caso a informação relativa aos Atos ou Fatos Relevantes referida no item anterior escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade dos Valores Mobiliários negociados, tais Atos ou Fatos Relevantes devem ser imediatamente divulgados, diretamente pelos acionistas controladores ou os administradores, ou através do Diretor de Relações com Investidores.

VI. DA MANUTENÇÃO DE SIGILO

6.1. As Pessoas Vinculadas têm o dever de guardar sigilo sobre as Informações Privilegiadas às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como o dever de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

6.2. As Pessoas Vinculadas deverão fazer com que pessoas que venham a prestar serviços à Companhia, incluindo auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, observem o disposto no item 6.1.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****21. Política de divulgação****21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

São responsáveis pela divulgação das informações da companhia e pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações o Diretor de Relações com Investidores (de acordo com a política de divulgação aprovada em 17/07/2002 pelo Conselho de Administração da Companhia) e o Diretor Presidente (de acordo com os poderes estatutários fixados no art. 16, § 5º do Estatuto Social da Companhia)

21.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

21. Política de divulgação

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre a política de divulgação de informações

Não há outras informações relevantes sobre a política de divulgação de informações da Companhia.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

22. Negócios extraordinários

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No ano de 2009 a Companhia vendeu um terreno de sua propriedade, no Bairro de Botafogo – RJ, onde se localizava uma filial, pelo valor de 10,5 MR\$, por meio de um leilão eletrônico, cujo sinal de 10% do valor foi depositado em uma conta bancária em favor da CEG. Contudo, o registro contábil da operação não pôde ser efetuado, devido a uma ação judicial que questionou a venda do terreno (pendente de decisão definitiva em 2009). Em 2010, foi realizado um acordo nos autos da ação judicial que questionou a venda do terreno no ano anterior, possibilitando finalmente o registro contábil da operação de venda do mencionado terreno.

Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, em um processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo, registrando a recuperação dos gastos em "Outras Receitas Operacionais", tendo em, 31 de dezembro de 2010, contra partida no ativo no valor de R\$ 19.333 com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 33.833 com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível será pago em 33 parcelas mensais remanescentes, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.

Em 2011 e 2012 não houve aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

22. Negócios extraordinários

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Em 2010 e 2011, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

Em 2012, na busca por maior eficiência e melhoria do desempenho das atividades e do resultado, a Companhia criou uma nova estrutura organizacional, na qual as atividades operacionais passaram a ser realizadas pela unidade de Gestão de Redes e pela unidade de Operações, que também concentrou a gestão dos serviços a clientes, mantendo-se a estrutura da unidade Comercial.

O objetivo das mudanças implantadas é criar mais sinergia e agilidade e permitir uma maneira mais eficiente de gestão, proporcionando utilizar e desenvolver o melhor das potencialidades da Companhia e de seus recursos humanos.

Além de buscar uma melhor coordenação das diferentes fases do processo de expansão e procurar garantir o cumprimento dos objetivos de negócio em termos de rentabilidade, segurança e qualidade, a nova estrutura desenhada cria espaço para que a qualidade do trabalho realizado pelos recursos humanos da Companhia possa fazer a diferença.

A nova estrutura poderá ajudar na melhora contínua da gestão interna e contribuir para a realização dos objetivos, levando a Companhia a um grau de excelência e reconhecimento ainda maior junto aos clientes.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

22. Negócios extraordinários

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve celebração de contratos relevantes pela Companhia, com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

22.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

22. Negócios extraordinários

22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes, tendo em vista que a Companhia não realizou negócios extraordinários nos últimos três exercícios sociais.